



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Letras
Curso de Letras - Bacharelado

Aspectos da Léxico-Gramática do Guarani Mbyá

João Vitor dos Santos

Recife, 2024

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Santos, João Vitor dos.

Aspectos da léxico-gramática do guarani mbyá / João Vitor dos Santos. -
Recife, 2024.
72, tab.

Orientador(a): Maria Medianeira de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras - Bacharelado, 2024.
Inclui referências.

1. Linguística das línguas origininárias. 2. Guarani Mbyá. 3. Léxico-
Gramática. I. Souza, Maria Medianeira de. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Letras
Curso de Letras - Bacharelado

João Vitor dos Santos

Aspectos da Léxico-Gramática do Guarani Mbyá

Orientadora: Maria Medianeira de Souza

Recife, 2024

Agradecimentos

Aos Guarani, nação que contribui com sua cultura e língua para este trabalho, que eu tive o prazer de estudar. A todas as nações originárias e povos oprimidos do mundo.

Aos trabalhadores da UFPE, que fazem a universidade funcionar, especialmente aos terceirizados, o setor mais invisível e vulnerabilizado da universidade, composto em sua maioria por mulheres negras.

À minha família, minha infinita gratidão e meu infinito amor. Obrigado pela paciência e amor. Sou grato por ser fruto, parte, dividir a experiência de viver com vocês.

Às minhas amigas Brenda, Franci e Elis e ao meu amigo Luiz Carlos. Compartilhamos nossas alegrias e tristezas.

À minha orientadora, Medianeira, por topar o desafio, acolhendo e respeitando as minhas ideias, pela paciência, pela orientação calorosa, pelos conselhos, e por me permitir expressar a minha criatividade.

À minha terapeuta, Jucele, por me ajudar a perceber, após um longo período de depressão, que sonhar é possível e que é possível lutar por meus sonhos.

Aos trotskistas de todo o mundo, a quem me juntei ainda no ensino médio, e es minhas camaradas-amigues da Fração Trotskista pela Quarta Internacional aqui de Pernambuco em especial, com quem compartilho a luta pela democracia dos conselhos e a planificação democrática da economia.

À classe trabalhadora de todo o mundo, classe que faz o mundo funcionar, e tem em si o potencial de uma nova sociedade.

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas usadas pelo autor:

Aprim.	Aprimoramento
Elab.	Elaboração
Exte.	Extensão
Para.	Paratática (o)
Hipo.	Hipotática (o)
D.	Dêitico
De.	Determinativo
Dem.	Demonstrativo
Poss.	Possessivo
E.	Específico
N-E.	Não-Específico
N-S.	Não-Singular

E. E.	Epíteto Experiencial
E. I.	Epíteto Interpessoal
Class.	Classificador
Suj.	Sujeito
MTP.	Marcador de Tempo Primário
MTS.	Marcador de Tempo Secundário
Pred.	Predicador
Comp.	Complemento
Adj.	Adjunto
N.	Numerativo
Or.	Ordenativo
Qu.	Quantitativo
Def.	Definido

Abreviaturas usadas por Carvalho:

1	Primeira pessoa do singular
123	Primeira pessoa do plural inclusiva
13	Primeira pessoa do plural exclusiva
2	Segunda pessoa do singular
23	Segunda pessoa do plural
3	Terceira pessoa do singular
3corr	Terceira pessoa correferencial
abl	Ablativo
adit	Aditivo
admir	Admirativo
ag	Agente
along	Alongamento
antig	Antigamente
aten	Atenuativo
aux	Auxiliar
c.	Comitativo
caus	Causativo
col	Coletivo
comp	Comparativo
compl	Completivo
contraf.1	Contrafactual.1
contraf.2	Contrafactual.2
dat	Dativo
des	Desiderativo
desc	Desconhecido
direc	Direcional
dub	Dubitativo
empr.P.	Empréstimo do Português
empr.E.	Empréstimo do Espanhol
enf	Enfático
enquan	Enquanto
ev	Evidência
Excel	Excelência
excl	Exclusivo
exort	Exortativo
fm	Feminino

fnl	Finalidade
frequen	Frequentativo
frustr	Frustrativo
hesit	Hesitação
hipot	Hipotético
incl	Inclusivo
incompl	Incompletivo
ind	Indicativo
instr	Instrumento
intens	Intensivo
interj	Interjeição
limit	Limitativo
líq	Líquido
loc	Locativo
loc.ref	Local referido
MD	Marcador de discurso
mov	Movimento
neg	Negativo
NP	Nominalizador de predicados
NRS	Nome religioso do Deus Sol
pass	Passado
perm	Permansivo
permiss	Permissivo
pert	Pertencente
pl	Plural
possib	Possibilidade
poten	Potencial
prep	Prepositivo
prog	Progressivo
proj-v	Modalidade projetiva
proj	Estado de existência projetado de uma entidade
R1	Prefixer relacional de contiguidade
R2	Prefixer relacional de não contiguidade
R3	Prefixer relacional correferencial
R4	Prefixer relacional genérico e humano
rec	Recíproco
red	Reduplicativo
refl	Reflexivo
rel	Relacional
rem	Remoto
rep	Repetitivo
report	Reportivo
retr	Retrospectivo
son	Sonora
subor	Subordinador
surprs	Surpresa
topic	Topicalização
trans	Translativo
voc	Vocativo

“Os fundamentos do ser foram concebidos na origem da futura linguagem humana, tecida da sabedoria conhecida em sua própria divindade e em virtude de sua sabedoria criadora concebeu como primeiro fundamento o Amor. Antes de existir a cerra, em meio à Noite Primeira, e antes de ter-se conhecimento das coisas, o amor era.” (JEKUPÉ, 2001, p. 43.)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.07
1. CAPÍTULO 1: Referencial Teórico	p. 09
2. Capítulo 2: A língua Guarani Mbyá	p. 27
2.1. ORIGEM DOS GUARANI: Filiação genética do Guarani, o Proto-Tupi, o Proto-Tupi-Guarani, a expansão Tupi e cerâmica Tupiguarani	p.27
2.2. Cultura Guarani; Etno-História, Espiritualidade, Cultura Material, Cosmovisões e Organização Social	p. 33
3. Capítulo 3: Metodologia e Primeiras Hipóteses	
p. 42	
4. Capítulo 4: Descrição e análise dos dados	p. 45
4.1. Análise dos Sistemas de Taxe e Expansão, junto à análise dos grupos nominais a partir do significado experiencial	p. 45

4.2 Análise do Sistema de MODO

p. 57

4.3. Quadro modal esboçado com base em Dooley

p. 62

5. Interpretação dos resultados, Outras Hipóteses e Considerações Finais

p. 63

6. Referências

p. 68

INTRODUÇÃO

Neste trabalho eu me propus a analisar alguns traços da léxico-gramática¹ do Guarani Mbyá² a partir das lentes da Linguística Sistêmico-Funcional. Tratou-se de um duplo desafio: estudar uma língua que não é a minha língua materna a partir de uma teoria construída em base ao chinês e ao inglês. Parte do desafio foi adaptar a teoria que vem sendo usada para estudar as mais diversas línguas pelo mundo, o que demonstra sua produtividade e flexibilidade (para alguns exemplos, ver Caffarel et al (2004))

A escolha pela teoria sistêmico-funcional se deu: (i) por sua orientação sócio-antropológica para o estudo da linguagem; (ii) por suas contribuições à linguística de modo mais geral, e outras áreas do conhecimento (para alguns apontamentos, ver Mendes (2023)); (iii) por sua orientação de caráter totalizante, isto é, multidimensional ; (iv) por nunca ter sido usada para estudar a língua em questão; (v) por seu caráter de teoria criativa, em constante desenvolvimento.

Compreendi a teoria sistêmica como linguística *aplicável*, como Halliday gostava de chamar, que, por esta dimensão mesma, poderia contribuir com a área da linguística das línguas originárias no Brasil (na Austrália, por exemplo, a teoria já vem sendo usada para o estudo das línguas originárias, ver Rose (2004) e McGregor & Wagner (2006)). Não haver estudos anteriores utilizando a teoria ao Guarani me pôs diante de uma série de problemáticas.

¹ Defino léxico-gramática no primeiro capítulo do presente trabalho.

² Ver algumas considerações sobre o Guarani Mbyá no capítulo dois do trabalho.

Em primeiro lugar, a teoria diferencia a descrição linguística de teoria, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o fato de que toda descrição é feita com base em uma teoria:

“Teoria e descrição são ontologicamente distintas sob a perspectiva da linguística sistêmico-funcional: teoria diz respeito à teoria da linguagem humana (ou mais especificamente, por extensão, dos sistemas semióticos em geral); descrição diz respeito a descrições de línguas em particular (ou, por extensão, de sistemas semióticos em particular). Ambas são recursos para a construção da linguagem (teoria) e línguas (descrição)” (CAFFAREL et al apud SÁ, 2016, p. 28).

A Linguística Sistêmica-Funcional sustenta que é universal para as línguas naturais as categorias gerais de unidade, estrutura, classe e sistema³ que formam uma hierarquia chamada escala de ordem. Neste ponto, é importante frisar, que do ponto de vista sistêmico, nada sabemos sobre o Guarani Mbyá; falta estabelecer a relação entre as categorias mais básicas e gerais supracitadas para entender como elas se materializam na língua. Em outras palavras, ainda falta uma descrição sistemática da língua, indo do mais geral ao mais específico.

Foi tendo isto em mente, que me detive em tentar analisar o funcionamento de alguns sistemas da língua. Tive como suporte alguns trabalhos anteriores (que citei ao longo do trabalho) nos quais busquei algumas noções gerais da língua. Mas houve o problema epistemológico já citado: as categorias gramaticais de outras teorias linguísticas não necessariamente correspondem às categorias sistêmicas; em outras palavras, o meu trabalho enfrentou o problema de se propor a analisar aspectos da léxico-gramática da língua antes que as categorias descritivas mais gerais tivessem sido descobertas.

Dada esta problemática, a minha intenção, num primeiro momento, era analisar o Sistema de MODO⁴ da língua. O estudo do Sistema de MODO das línguas se dá levando em consideração os modos verbais que se materializam nas línguas, mas o Guarani Mbyá é uma língua com relativamente pouca morfologia de modo (Freitas, comunicação pessoal, 2023), o que pude verificar nos dados a que tive acesso, logo o meu trabalho não poderia analisar certos aspectos do que me propus. Percebi que poderia estender sem grandes prejuízos para o estudo do Sistema de Modalidade, ainda considerando os significados interpessoais. Foi pela via da Metafunção Interpessoal que adentrei no estudo do Guarani. Foi de grande valia o trabalho de Carvalho (2013) para a compreensão de certos elementos da língua Guarani, que usei para desenvolver reflexões ao longo da minha análise (ver Capítulo 3) e para o estabelecimento de hipóteses sobre os significados interpessoais na língua.

Também me interessou o estudo dos grupos nominais da língua a partir do que a teoria sistêmica chama de Metafunção Ideacional: nossos conhecimentos experienciais e lógicos. Também compondo tal Metafunção, analisei o Sistema de Expansão e o Sistema de Interdependência (ou de *taxis*) para entender como a lógica do Guarani Mbyá se organiza para produzir significados.

³ “a teoria sistêmico-funcional apresenta categorias teóricas fundamentais para a descrição, quais sejam: unidade, estrutura, classe e sistema”. (HALLIDAY apud SÁ, 2016, p. 28)

⁴ Ver capítulo 1 do presente trabalho, para esta e mais definições.

Levantei algumas hipóteses com base no meu pequeno conhecimento da língua; mas o trabalho científico é feito a partir da formulação de hipóteses que podem ser verificadas e derrubadas, e assim, o meu trabalho é válido, desde um ponto de vista científico. Uma maior apropriação tanto da língua (que com este trabalho vislumbrei apenas noções gerais) quanto da teoria possibilitará a formulação de hipóteses mais fortes, e categorias com valor descritivo maior.

Me interessou a ordem do Sistema de MODO, que eu logo verifiquei ser bastante maleável pela própria natureza da estrutura linear da língua. Esta é a primeira hipótese.

Dividi o presente trabalho nesta introdução, e em quatro capítulos e as considerações finais: o capítulo 1, onde eu trago um apanhado geral sobre algumas categorias e características da Linguística Sistêmica-Funcional; neste capítulo estão contidas hipóteses principalmente sobre a léxico-gramática do inglês e, portanto, meu trabalho ganhou um caráter contrastivo e comparativo. Todas as traduções de Halliday (2014) são minhas.

No capítulo 2, eu busquei trazer informações sobre a língua Guarani, seus vínculos genéticos e sobre a filogênese do povo Guarani, da cultura e da língua Guarani. Foi fascinante aprender sobre a cultura e a língua desta grande nação.

No capítulo 3, eu tentei demonstrar meu percurso metodológico e parti para as análises de alguns traços da léxico-gramática da língua no capítulo 4. Neste capítulo, apresento minha descrição. Por fim, nas considerações finais, fiz um apanhado geral tentando sistematizar a discussão e analisar os resultados.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Ghio & Fernández (2008), a Linguística Sistêmica-Funcional (LSF, doravante) tem seu início na Inglaterra no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX. Seus antecedentes se encontram nos trabalhos do linguista britânico John Rupert Firth, nos trabalhos da Escola Linguística de Praga, de Hjelmslev e Benjamin Lee Whorf. Também está relacionada com a sociologia de Basil Bernstein e Mary Douglas, e com os trabalhos de John Sinclair e Ruqaiya Hasan. Vários escritos de Halliday reconhecem sua dívida com a sociolinguística de William Labov. J.R.Firth iniciou, influenciado pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, o estudo da linguagem como parte da vida social, e Halliday continuou a pesquisar a linguagem como fenômeno social.

A LSF pode ser concebida como uma teoria da criação e troca de significados (HALLIDAY, 2001). Entendendo os significados como resultados de processos de interação entre diferentes estratos de semiose social, a LSF pode ser usada tanto para analisar a estrutura de uma língua (que a LSF entende como fazendo parte da semiose social mais ampla) quanto processos semióticos não verbais (LEEUWEN, 2005).

Tal teoria trata os significados como sendo produzidos em situações da vida social, para isto ela incorpora as noções de Contexto de Cultura e Contexto de Situação, trabalhadas por Firth, a partir das elaborações de Malinowski; reelaborando-as. Para a LSF, toda significação é produzida em um Contexto de Situação que é, por sua vez, parte de um contexto mais amplo de cultura. Contexto de Situação passa a significar uma representação abstrata do entorno de um texto. Já o Contexto de

Cultura passa a significar as práticas relacionadas a certas nações e grupos étnicos, suas instituições, ideologias, convenções sociais, e outros aspectos sociais (CABRAL; FUZER, 2014).

Tentei reconstituir um pouco do Contexto de Cultura Guarani através de dados antropológicos no segundo capítulo deste trabalho; o Contexto de Situação foi apenas parcialmente reconstituído na seção metodológica do trabalho (ver Capítulo 3).

Como já mencionado, a LSF considera a linguagem como um sistema sócio-semiótico (um sistema semiótico superior de quarta ordem de complexidade (HALLIDAY, 2001), parte de processos mais amplos de semiose social). Os operadores desse sistema de semiose social são: texto, situação, registro, código, sistema linguístico e estrutura social (Idem). O texto é a unidade semântica basilar do sistema comunicativo; isso significa que nos comunicamos a partir de textos. O texto pode ser considerado como uma realização do sistema linguístico, pois seleciona dentre as múltiplas possibilidades provenientes deste sistema uma forma concreta; o texto é uma opção e potencial linguístico realizado. O texto constitui potencial de significado, selecionando dentre o eixo paradigmático da língua e da cultura. Ademais, o texto é, interpretando-o a partir do Contexto de Cultura, uma criação do Contexto de Situação; que é, por sua vez, uma realização do Contexto de Cultura. Texto e contexto interagem dialeticamente: todo texto tem como contexto um conjunto de textos prévios; isso significa dizer que, em determinado nível de abstração, o texto cria o contexto e o contexto cria o texto. O significado surge justamente da fricção entre texto e contexto.

A situação pode ser descrita, em partes, a partir dos termos que Malinowski sugeriu. Situação é o entorno do texto, consiste nas propriedades gerais que determinam os significados do texto. A estrutura semiótica de uma situação contextual poderia ser descrita analiticamente em três termos: o da atividade social em curso; os papéis sociais envolvidos; e o canal simbólico envolvido: é o que a LSF chama, respectivamente, de Campo, Relação e Modo (todas variantes contextuais). O Campo é a ação social em que o texto está inserido. Relação é o conjunto de papéis sociais em que está envolvida a ação comunicativa. Modo designa a função em que a linguagem está sendo usada na estrutura total da situação.

O registro é a variável da qual o texto pode ser considerado um exemplar; a LSF reconhece dois tipos de variação: a variação dialetal e a variação de registro. O registro pode ser definido como a rede de recursos semânticos que os falantes usam em uma situação total específica: esta rede é facilmente reconhecida pela falante, que usa uma variante da língua para fins comunicativos específicos, delimitados que estão por uma situação que demanda o uso de tal registro. O registro sempre é parte de um gênero, que, por sua vez, pode ser entendido como um conjunto de textos que distinguem por sua função social. O registro se realiza no âmbito do Contexto de Situação, que é, por sua vez, uma realização do potencial de significação do Contexto de Cultura; este, o estrato semiótico que gera o gênero e o torna compreensível. O uso da linguagem sempre ocorre pela via de um ou mais gêneros, e a estrutura social em seu desenvolvimento vai gerando novos gêneros.

O código é o princípio de ordenação semiótica que dirige a eleição de significados para um falante. Os códigos são tipos de ordens simbólicas de significado geradas pelo sistema social (HALLIDAY, 2001). Os códigos regulam a reprodução de valores de uma determinada cultura ou subcultura. São realizados pelo registro. A cultura é transmitida por um código que filtra, define e faz acessíveis os princípios sócio-semióticos de valores.

A estrutura social interage com a língua de três maneiras principais: (i) a estrutura social define e dá significado aos distintos eventos comunicativos e seus Contextos de Situação. Os papéis sociais que os falantes adotam estão relacionados com os contextos comunicativos, e os papéis sociais, ademais, só são possíveis porque há uma estrutura social que os torna inteligíveis, isto quer dizer, realizáveis. (ii) A estrutura social define os padrões de comunicação, os estilos e os significados associados aos textos em situações comunicativas dadas; (iii) a estrutura social se introduz na língua por meio do efeito das hierarquias sociais: as variáveis de dialeto e registro se inserem aqui como aquilo que o sistema linguístico gera interagindo com a estrutura social, e dialeto e registro são formas simbólicas de expressar determinações como a divisão social do trabalho, por exemplo. As hierarquias interferem na formação de classes e castas, que, por sua vez, geram situações comunicativas em que o sistema semântico vai se expressar produzindo formas típicas de uso da língua e de interação.

A interpretação do sistema linguístico como semiótica social compreende: um sistema de significados que dá conta da realidade da cultura; a realização dos traços da cultura através dos estratos da língua, começando pelo semântico que é o que define os textos em suas situações de uso, selecionando os estratos léxico-gramaticais e grafo-fonológico e realizando-os. O potencial de significado de um uso particular da linguagem se associa com os termos gerais de realização grafo-fonológico, léxico-gramaticais e semânticas disponíveis para uma língua dada (HALLIDAY, 2001).

Como já mencionei, para a LSF (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008), a língua é usada para construir e trocar significados. Os significados são construídos junto à situação (nível complementar de semiose), e são realizados pelos estratos semânticos, léxico-gramaticais e grafo-fonológicos da língua.

Para Ghio & Fernández (2008), há, no chamado “mundo ocidental”, duas concepções concorrentes nos estudos gramaticais que têm ambas as suas origens na Grécia Antiga. A primeira é a que considera que o estudo da gramática deve se dar através do estudo das regras internas a uma dada língua, e é a concepção da lógica e da filosofia. A outra perspectiva concebe a língua como um potencial para construir significados, e está ligada à retórica e à etnografia.

Para as autoras, uma gramática funcional tem uma orientação sociológica: ela se preocupa em compreender como o modo com o qual usamos a linguagem, com diferentes propósitos e em diferentes situações, realiza a estrutura de uma dada língua. Uma gramática funcional seria a descrição de um sistema de comunicação humano e permitiria compreender como os falantes constroem e trocam significados. Uma gramática funcional se preocuparia em descrever os textos e as suas situações reais de uso.

Como já dito, a LSF entende que língua e contexto social são níveis complementares de semiose social. A LSF é sistêmica porque entende que os falantes nunca estão obrigados a produzir um determinado texto, mas selecionam entre as múltiplas possibilidades que os estratos linguísticos dispõem para realizar um texto em uma situação dada. A LSF entende a língua como um sistema de opções, em que o falante tem de entrada uma rede de significados que permite a criação de textos a partir de variáveis determinadas. Ela é funcional porque se importa em descrever as funções disponíveis na língua para a materialização de um dado texto.

Em outras palavras, a LSF é sistêmica por levar em consideração o eixo paradigmático da língua: o que poderia vir junto com o quê e o que não pode (agnação⁵), ao invés somente do quê veio junto com o quê (eixo sintagmático), assim, e considerando uma perspectiva filogenética⁶, as línguas vão materializando sistemas que nascem da interação entre os diferentes estratos semióticos; estes estabelecem limites ao mesmo tempo em que criam uma gama de oportunidades em cada língua natural para a produção de um dado texto. O texto é uma realização dos diversos sistemas que as línguas naturais foram desenvolvendo ao longo de seu processo evolutivo; deste modo, a LSF se preocupa em descrever como os múltiplos sistemas das línguas naturais funcionam para que o potencial linguístico de uma língua natural se realize.

Podendo ser entendida como uma teoria dos processos de significação, a LSF sustenta que é universal para as línguas naturais que todo texto gere simultaneamente três tipos de significados: ideacionais, interpessoais e textuais. A criação de significados se dá por falantes semanticamente motivados, e realiza os estratos linguísticos léxico-gramaticais e grafo-fonológicos.

A teoria entende por léxico-gramática um *continuum* entre o que é comumente chamado de gramática (syntax, morfologia) e o léxico (concebendo o léxico como uma forma mais “delicada”⁷ de gramática). De modo que, se analisa léxico e gramática em suas múltiplas inter-relações, sendo então preferível concebê-los, como léxico-gramática (*lexicogrammar*), pois se materializam juntos (mesmo assim, a LSF não confunde léxico e gramática; para estudos do léxico do inglês, ver Matthiessen [1995]). Os estratos semânticos, contextuais da língua, realizam os estratos mais baixos (léxico-gramaticais) que, por sua vez, realizam a grafo-fonologia. Há que se ter em conta que estas generalizações teóricas são abstrações de um sistema complexo (a linguagem) que as realiza simultaneamente.

Os estratos internos da língua se conectam por uma questão de realização. Da mesma forma, a LSF entende que a linguagem produz três significados ao mesmo tempo, de modo que é possível entender esses significados trans-crescendo em três Metafunções que se realizam simultaneamente (e se interrelacionam), que podem ser divididas em: Metafunção Ideacional, Metafunção Textual e Metafunção Interpessoal. Elas são concebidas existindo em um alto grau de abstração. As Metafunções são categorias teóricas que nos ajudam a discernir como os três significados se realizam e são realizados nos estratos mais baixos da língua (léxico-gramática e grafo-fonologia), além de contarem com seus próprios modelos contextuais (em interação com o estrato mais elevado da língua, a semântica). Estas três Metafunções constroem as cláusulas: a Metafunção Ideacional

⁵ Agnação é um termo tomado de empréstimo da antropologia e é o princípio segundo o qual podemos verificar o que pode ser produzido por um sistema ou não: “A agnação é definida sistematicamente com referência à organização ao eixo paradigmático, em uma das unidades da escala de ordens, em um dos estratos, em um ponto do contínuo de instanciação (...) qualquer expressão estabelece infinitas relações de agnação, definidas através de ordens de vários ambientes semióticos e nesse sentido é multidimensional (...) a agnação é representada através da rede de sistemas.” (MATTHIESSEN apud TEIXEIRA, 2017, p. 41)

⁶ A LSF vai relativizar uma série de dicotomias saussurianas, entre elas diacronia/sincronia. Por filogênese se entende o estudo dos sistemas linguísticos no tempo inter-relacionando sincronia e diacronia “Em qualquer sistema é possível examinar sua estrutura interna ou os processos evolutivos que desenvolveram essas estruturas. Eu pessoalmente sigo a perspectiva que coloca essas duas visões em posição de complementaridade, no sentido de que uma pode ajudar a iluminar questões referentes à outra.” (HALLIDAY apud TEIXEIRA, 2017, p. 48-49). Faz parte da categoria maior de semogênese, que ainda inclui a logogênese (a construção de significados ao longo da linha temporal de um texto) e a ontogênese (o desenvolvimento de um sistema linguístico na linha temporal de um indivíduo particular) (para alguns estudos ontogenéticos ver Ghio et al (2017)).

⁷ “In our grammatical perspective they appear, as we have said, as medium delicacy grammar – the most delicate grammar being lexis itself.” (HALLIDAY, 2004, p. 67)

constrói a cláusula como representação da experiência humana (experiência real ou fictícia), e lhe dá coerência lógica (lógica inerente à léxico-gramática de cada língua dada); a Metafunção Textual constrói a cláusula como uma mensagem que comunica certa quantidade de informação, organizando os significados ideacionais e interpessoais em uma estrutura linear; a Metafunção Interpessoal constrói a cláusula como intercâmbio, uma transação entre falante e ouvinte. São três estruturas de significado que se projetam uma sobre a outra, e expressam um tipo de organização semântica da cláusula.

As três Metafunções estão realizadas nas cláusulas a partir de três sistemas correspondentes: o Sistema de Transitividade, que corresponde à Metafunção Ideacional, e que constrói as cláusulas com conteúdo experiencial, e que representa a experiência humana (real ou imaginada) como um processo, em que intervêm atores e circunstâncias como parte desse processo. Junto ao Sistema de Transitividade, estão os subcomponentes lógicos, que oferecem os recursos léxico-gramaticais de estruturação de que uma língua necessita: o Sistema de Interdependência e o Sistema Lógico-Semântico, que vão se dividindo, por sua vez, em categorias mais delicadas.

O Sistema Temático, que corresponde à Metafunção Textual, realiza a cláusula com segmentos textuais. O Sistema de Modo, que corresponde à Metafunção Interpessoal, realiza as relações entre falante e ouvinte. Isso compreende como o falante lida com o que diz, como representa a si mesmo e ao seu público, e a como se posiciona em uma determinada situação comunicativa.

A Metafunção Ideacional realiza a variante contextual Campo. Tem dois subcomponentes: o experiencial e o lógico (CABRAL; FUZER, 2014). O seu Sistema de Transitividade realiza três subcomponentes: os processos, os participantes e as circunstâncias. Os processos do Sistema de Transitividade podem ser divididos em três processos principais: materiais, mentais e relacionais; e mais três processos secundários, que são concebidos como estando nas “bordas” dos processos principais: verbais, comportamentais e existenciais.

Os participantes das cláusulas materiais são cinco: Escopo, Meta, Ator, Beneficiário e Atributo. Os processos materiais podem ser divididos em dois tipos: Criativos e Transformativos. Os Criativos podem, por sua vez, se dividir em dois: Específicos e Gerais. Os Transformativos podem ser divididos em três: de Elaboração, de Extensão e de Intensificação.

Os processos transformativos de elaboração podem ser divididos em: de Estado, de Tamanho, de Cor, de Contato, de Composição, de Quantidade, de Superfície, de Abertura, de Interior, de Luz, de Forma, de Idade, de Operação, de Exterior e de Som. Os processos materiais transformativos de Extensão podem ser divididos em dois: os de Possessão e os de Acompanhamento. Os processos materiais transformativos de Intensificação também podem se dividir em dois: de movimento (modo) e de movimento (lugar). São tipos de circunstâncias nas cláusulas materiais: Extensão, Localização, Ângulo, Modo, Assunto, Causa, Papel, Contingência e Acompanhamento.

As cláusulas mentais têm os seguintes participantes: Experienciador e Fenômeno (que pode ser constituído por grupos nominais ou cláusulas projetadas). Podem ser de quatro tipos: Perceptivo, Afetivo, Cognitivo e Desiderativo. As cláusulas relacionais podem ser de três tipos: Intensivos, Possessivos e Circunstanciais. Podem ocorrer em dois modos: Modo Atributivo e Modo Identificativo. As cláusulas verbais têm os seguintes participantes: Dizente, Verbiagem, Receptor e Alvo. Podem ser de quatro tipos: os de Atividade, os de Semiose, os de Citação e os de Relato. Os

processos verbais de atividade se dividem em Alvo e Fala. Os processos verbais de semiose, por sua vez, se dividem em três tipos: Neutro, Indicação e Comando.

As cláusulas comportamentais podem ser divididas em dois participantes: Comportante e Comportamento.

As cláusulas existenciais têm um participante: o Existente. Dois tipos de circunstâncias: Localização e Modo. Podem ser de três tipos: Neutras, Com Traços Circunstanciais e Abstratas. Os processos existenciais de tipo Neutro se dividem em: Existir e Acontecer. Os processos existenciais de tipo Com Traços Circunstanciais se dividem em dois: de Tempo e Lugar.

Ademais, junto ao Sistema de Transitividade, existe o Modelo de Ergatividade, para dar conta das estruturas e interpretações ergativas. São participantes obrigatórios desse modelo: Processo e Mediador. Podem ser participantes: o Agente, o Beneficiário e o Alcance.

A Metafunção Textual realiza a variável contextual Modo; esse é o sistema responsável por transformar os significados ideacionais e interpessoais num todo coerente e coeso (CABRAL; FUZER, 2014). A Metafunção Textual conta com um Sistema Temático (Tema/Rema) e um Sistema de Hierarquia de Informação (Dado/Novo). O Sistema Temático tem a ver com a organização das mensagens em textos; para este sistema, cada cláusula se relaciona com o desenvolvimento geral do texto. O sistema relaciona o que já foi dito com o que ainda se vai dizer, circunscrevendo um contexto local no texto que marca o ponto de partida do que se diz. Ao ponto de partida do que já foi dito, se designa Tema. Ao resto da cláusula, se designa Rema. O Tema emprega uma posição para o que foi dito inicialmente. É papel do Tema: fazer uma ligação entre a cláusula que está sendo criada e as cláusulas que a precederam; através da reiteração, revelar o assunto de alguns tipos de textos; estabelecer um contexto para o que vem a seguir, ou seja, o Rema. No Sistema Temático, há alguns tipos de Temas: Tema Marcado, Tema Não-Marcado, Tema Textual, Tema Tópico, Tema Experiencial e Tema Interpessoal.

O Sistema de Hierarquia de Informação se realiza do lado do falante e do ouvinte. Dado é o elemento de conhecimento do falante e do ouvinte. Novo é aquilo que o ouvinte não sabe, e aquilo que não é recuperável a partir do discurso precedente.

A Metafunção Interpessoal realiza a variante contextual Relação. Aqui, o discurso é entendido como troca, interação. Um ato de fala implica demandar e receber respostas; o falante adota para si um determinado papel discursivo nesta troca e o ouvinte adota um papel complementar. Se comprehende que os elementos trocados nessa interação podem ser informação ou bens e serviços (Ghio; Fernández, 2008); nas propostas, se pode ordenar, pedir ou oferecer bens e serviços, nas proposições, se pode declarar ou perguntar alguma informação. Os papéis de fala que se realizam na Metafunção Interpessoal são “dar” e “demandar”.

As cláusulas podem se apresentar sob três modos principais (no inglês): imperativo, declarativo e interrogativo. Cada modo determina o uso de certos papéis de fala. O diálogo se constrói através da troca de papéis discursivos e mediante sucessivas negociações das proposições e propostas. A parte da mensagem que carrega o argumento que pode ser debatido é o subcomponente chamado Modo, formado por Sujeito e Finito, e que junto com o Resíduo, formam o Sistema de MODO (grafado com letras maiúsculas na notação sistêmica para diferenciá-lo de seu subcomponente, o Modo). Assim, o

Sistema de MODO existe para dar conta tanto a nível semântico quanto a nível léxico-gramatical da realização do texto enquanto proposição ou proposta.

Ademais, além do Sistema de MODO, a Metafunção Interpessoal também é realizada pelo Sistema de Modalidade. A Modalidade se divide em Modulação (ou modalidade deôntica) e Modalização (ou modalidade epistêmica), que se dividem, respectivamente, em *Obrigação* e *Inclinação*, e *Probabilidade* e *Usualidade*. Realizando a Metafunção Interpessoal como elemento analítico da modalidade está a Polaridade (geralmente realizada pelo Finito). Entre os Recursos Linguísticos Interpessoais estão: o Vocativo, os Adjuntos de Comentário, os Adjuntos Modais, os Expletivos, as Expressões Modalizadoras e os Verbos Modais.

As três Metafunções ainda se dividem em categorias mais delicadas.

O Sistema de MODO, ao qual eu retorno, tem os seguintes componentes: Sujeito e Finito realizando Modo; Predicador, Adjunto e Complemento realizando o Resíduo.

O Sujeito da LSF não é compreendido da mesma forma que o sujeito de outras tradições gramaticais. De acordo com Halliday, (2014) em inglês, noutras tradições gramaticais, o sujeito foi considerado como aquele que estava no caso nominativo⁸, e que apresentava concordância de número e pessoa com o verbo. Na tradição estruturalista, por sua vez, o sujeito foi detectado meramente a partir de sua posição sintática, sem considerar o seu papel semântico. O sujeito da gramática tradicional parte da tradição greco-romana, e isso traz como consequência um viés que considera apenas os traços tipológicos dessas línguas indo-europeias: por exemplo, a moderna tradição gramatical japonesa encontrou grandes dificuldades para encontrar um sujeito nesta língua (TERUYA, 2004).

Segundo Ghio & Fernández (2008), ao longo do tempo, a gramática tradicional criou três noções diferentes de sujeito: um sujeito psicológico, a que corresponderia a definição “àquele de quem se trata a mensagem”; um sujeito gramatical, a que corresponderia “àquele acerca do qual se predica algo”; e um sujeito lógico, a que corresponderia “ao que realiza a ação”. As autoras propõem reinterpretar estas três concepções diferentes de sujeito em termos Metafuncionais: ao sujeito psicológico caberia o papel de Tema; ao sujeito gramatical, caberia o papel de sujeito propriamente; e ao sujeito lógico caberia o papel de Ator.

Na LSF, o Sujeito é interpretado em termos funcionais: isso significa dizer que, por exemplo: (i) ele marca o ponto de referência a partir do qual uma proposta ou proposição vão poder ser discutidas; (ii) que determina a entidade a partir da qual uma certa afirmação pode ser tomada como válida; (iii) também especifica quem vai ser responsável por uma oferta ou ordem, proposta ou proposição; (iv) tal categoria, em termos funcionais, especifica aquele que é levado a sustentar o ponto de vista de uma argumentação.

A LSF faz uso de três estratégias (manobra trinocular) para encontrar o Sujeito em termos funcionais: (i) de baixo para cima, que considera o Sujeito como o elemento nominal que pode ser retomado por um pronome; (ii) ao redor, que considera o Sujeito como aquele elemento que se combina com o Finito no subcomponente Modo; (iii) de cima para baixo; como aquele que carrega a

⁸ “The other part of the classical definition of the Subject, ‘that noun or pronoun which is in the nominative case’, is even more restricted, since the only words in English that display case are I, we, he, she and they (and in formal language also who).” (HALLIDAY, 2014, p.141)

maior responsabilidade modal, a validade pelo que está sendo afirmado, negado, questionado, ofertado ou ordenado. A última acepção de sujeito foi considerada pela tradição gramatical antes da virada estruturalista. Dessa forma, na LSF, o Sujeito é tomado e interpretado em termos interpessoais.

Visto que o Sujeito é de natureza interpessoal, investido de responsabilidade modal, ele interage com outros elementos do Sistema de MODO; por exemplo, os Finitos são as partículas modais que interagem com o Sujeito modalmente responsável, produzindo a base do que pode ser argumentado. Adjuntos de Comentário interagem de forma semelhante com o Sujeito.

Para Halliday (2014), o sujeito passou a ser interpretado em termos meramente sintáticos porque se provou difícil discernir o sujeito do predicado numa descrição do significado que distinguia apenas o tipo ideacional de significado, mas considerado o valor interpessoal do Sujeito, pode-se abrir o espaço para a operação com categorias que, até então, foram confundidas com o sujeito, a exemplo do Tema . Na LSF, o Sujeito pode ou não coincidir com o Tema.

Ademais, para Halliday (2014), o Sujeito está conectado com o Finito:

“Sujeito e Finito estão intimamente ligados, e combinam-se para formar um constituinte que chamamos de Modo (...) O Modo é o elemento que realiza a seleção do modo na cláusula; e é também o domínio de concordância entre o Sujeito e o Finito.” (HALLIDAY, 2014, p. 142)⁹

O elemento Finito é o resto de que eu preciso para formar uma proposição ou proposta, o componente a partir do qual eu crio a estrutura de uma argumentação. De acordo com Halliday:

“O elemento finito, como o seu nome indica, tem a função de tornar a proposição finita. Isto é, a circunscreve; traz a proposição para a terra, para que seja algo que pode ser discutido. Uma boa maneira de tornar algo discutível é lhe dar um ponto de referência no aqui e agora; e é isso que o Finito faz. Relaciona a proposição com o seu contexto no evento de discurso.” (HALLIDAY, 2014, p. 144)¹⁰

Tornar o elemento finito pode se dar de duas formas: uma é por referência ao tempo em que se fala (tempo primário); a outra é através da modalidade. O tempo primário marca presente, passado ou futuro em relação ao momento da enunciação, dessa forma uma enunciação se torna discutível em relação ao momento do ato de fala. O tempo primário interpreta o ato de fala interpessoalmente, pois constrói a dimensão de tempo em que uma determinada enunciação pode ser discutida. Por outro lado, através da modalidade, eu posso tornar uma enunciação provável ou improvável (se for uma proposição), e desejável ou indesejável (se for uma proposta). Uma proposição ou uma proposta,

⁹ “Subject and Finite are closely linked together, and combine to form one constituent which we call the Mood. (...) The Mood is the element that realizes the selection of mood in the clause; and it is also the domain of agreement between Subject and Finite.”

¹⁰ “The Finite element, as its name implies, has the function of making the proposition finite.⁹ That is to say, it circumscribes it; it brings the proposition down to earth, so that it is something that can be argued about. A good way to make something arguable is to give it a point of reference in the here and now; and this is what the Finite does. It relates the proposition to its context in the speech event.”

associadas ao grau de polaridade a que estão ligadas podem se tornar discutíveis. A finitude é assim expressa através de um operador verbal que é temporal e/ou modal.

Como já mencionei, uma característica associada ao Finito é o grau de polaridade: o “é” ou o “não é” em relação a uma proposição, ou o “faça” e “não faça” em relação a uma proposta. O elemento Finito, assim, também expressa polaridade positiva ou negativa, “sim” e “não”. A polaridade é um fator que concorre para tornar uma enunciação discutível. Então, para além de marcar o tempo da enunciação e a modalidade associada a uma enunciação, é papel do elemento Finito marcar o grau de polaridade em termos modais. Estas são as três propriedades realizadas pelo Finito. O Sujeito precede o Finito na maioria das línguas estudadas (CAFFAREL et all 2004), mas o Sujeito vem atrás do Finito em frases interrogativas em língua inglesa (HALLIDAY, 2014).

Outros elementos funcionais que concorrem para a realização do Sistema de MODO são o Predicador, Complemento, e Adjuntos, que juntos formam o Resíduo. Para Halliday:

“O resíduo é constituído por elementos funcionais de três tipos: Predicador, Complemento e Adjunto. Só pode haver um Predicador, um ou dois Complementos e um número indefinido número indefinido de Adjuntos, mas, em princípio, cerca de sete.” (HALLIDAY, 2014, p. 151)¹¹

O Predicador está presente na maioria das cláusulas em inglês, exceto naquelas em que ele é deslocado através de elipse. Ele é realizado por um grupo verbal, exceto o operador temporal ou modal, que como vimos, atua como Finito. O Predicador é um elemento não-finito. Existem cláusulas não-finitas, que apresentam o Predicador, mas nenhum Finito. Cláusulas não-finitas são comuns no modo imperativo em Tagalo (MARTIN, 2004).

Em termos funcionais, a função do Predicador é quádrupla: (i) especifica a referência temporal para além do tempo do ato de fala (realizado pelo Finito), presente, passado ou futuro não relativos ao tempo primário, formando um tempo secundário; (ii) especifica aspectos como gerúndios, participios e infinitivos; (iii) especifica a voz, se ativa ou passiva; (iv) especifica o processo (mental, material, relacional, etc) que é o predicado do Sujeito.

O Predicador e o Finito podem aparecer fundidos, como é usual em japonês (TERUYA, 2004), alemão (STEINER; TEICH, 2004), espanhol (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008) e português (FUZER; CABRAL, 2014), ou podem aparecer separados como é mais comum em inglês (HALLIDAY, 2014). Quando Finito e Predicador não estão fundidos, o Finito geralmente aparece primeiro em cláusulas das línguas inglesa, portuguesa e espanhola, mas algum outro elemento pode ficar entre eles, tornando o grupo verbal descontínuo.

Um Complemento é um elemento que tem potencial para ser Sujeito, mas não o é. Isso significa dizer que o Completo é um elemento que tem potencial para receber um estatuto modal elevado, podendo servir como centro do argumento. É tipicamente realizado por um grupo nominal; qualquer grupo nominal que não esteja funcionando como Sujeito é um Complemento, com a exceção de Adjuntos de Extensão Circunstanciais realizados por grupo nominais, a exceção também inclui

¹¹ The Residue consists of functional elements of three kinds: Predicator, Complement and Adjunct. There can be only one Predicator, one or two Complements, and an indefinite number of Adjuncts up to, in principle, about seven.

grupos nominais que tem adjetivos como centro: isto se dá porque grupos nominais com adjetivos como centro podem funcionar como Atributos, e os Atributos tem apenas uma responsabilidade modal periférica, não podendo servir como o elemento interpessoal Sujeito.

Um Adjunto é um elemento que não pode servir funcionalmente como Sujeito, que não pode ter responsabilidade modal elevada. Isso significa dizer que os argumentos não podem ser construídos ao redor de Adjuntos; em outras palavras, os argumentos não podem ser construídos em volta das circunstâncias, mas podem se construir ao redor de elementos com alta responsabilidade modal, como Sujeito e Complemento. Assim, em uma escala de responsabilidade modal, o Sujeito figura em primeiro, o Complemento em segundo, e o Adjunto em último.

O Adjunto é geralmente realizado por um grupo adverbial ou por uma frase preposicional, isto é, uma preposição seguida de um grupo nominal. A ordem típica do Resíduo em inglês (Halliday, 2014), espanhol (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008) e português (FUZER; CABRAL, 2014) é Predicador > Complemento > Adjunto. Dentre os Adjuntos, em língua inglesa, há dois tipos especiais que não se encaixam completamente no Resíduo e não seguem os princípios de ordenação: os Adjuntos Modais e os Adjuntos Conjuntivos. A distinção entre os dois tipos é Metafuncional: os Adjuntos Modais são interpessoais, enquanto os Adjuntos Conjuntivos são textuais em termos de Metafunção.

Os Adjuntos Conjuntivos estão na fronteira das Metafunções Textual e Interpessoal. São um elemento de contextualização, realizado pela Metafunção Textual. Mas tem um comportamento muito semelhante ao dos Adjuntos Modais, especificamente os Adjuntos Modais de Comentário. Os dois tipos de Adjuntos são bastante semelhantes na sua composição (grupos adverbiais e frases preposicionais) que os diferencia dos Adjuntos Circunstanciais. O que é comum para Adjuntos Conjuntivos e Modais, em oposição aos Circunstanciais, é o fato de ambos construírem um contexto para a cláusula.

Voltando ao Sistema de Modalidade, Halliday (2004) diz que a modalidade é responsável por elaborar a região entre o “sim” e o “não” (a polaridade), sendo parte constituinte dentre as diferentes possibilidades de criar níveis intermediários na construção de proposições e propostas. No caso das proposições, a modalidade recebe o nome de Modalização, e gera graus intermediários de possibilidade chamados de: (i) *probabilidade*, associada ao “talvez sim, talvez não”¹²; (ii) *usualidade*, associada ao “às vezes sim, às vezes não”. Tanto probabilidade quanto usualidade geralmente são realizadas por: (i) um operador finito; (ii) um adjunto modal; (iii) ambos ao mesmo tempo.

No caso das propostas, a modalidade gera graus intermediários chamados na notação sistêmica de Modulação; em um comando, ela gera graus de *obrigação*; em uma oferta, ela representa diferentes graus de *inclinação*. Tanto obrigação quanto inclinação podem se expressar através de um operador finito quanto da expansão de um predicador através de um grupo verbal.

¹² “In a proposition, the meaning of the positive and negative pole is asserting and denying; positive ‘it is so’, negative ‘it isn’t so’. There are two kinds of intermediate possibilities: (i) degrees of probability: ‘possibly/probably/certainly’; (ii) degrees of usuality: ‘sometimes/usually/always’. The former are equivalent to ‘either yes or no’, i.e. maybe yes, maybe no, with different degrees of likelihood attached. The latter are equivalent to ‘both yes and no’, i.e. sometimes yes, sometimes no, with different degrees of oftenness attached. It is these scales of probability and usuality to which the term modality’ strictly belongs” (HALLIDAY, 2004, p. 177)

A maioria dos componentes da modalização e modulação tem um valor modal inferior aos constituintes mais altamente investidos modalmente (representados em português, pelo “sim” e “não”); em outras palavras, o valor modal de um constituinte como “certamente” é inferior, em termos de positividade, a um constituinte como “sim”. Ademais, a modalidade pode expressar aspectos da interação como um valor modal atribuído mediano, alto ou baixo para uma proposição ou proposta; se a orientação do falante é implícita, explícita, subjetiva ou objetiva. Além de dividir a polaridade negativa em direita e transferida (*transferred*). Estas categorias se relacionam entre si.

Halliday (2004) toma exemplos do inglês, e afirma que há diferentes maneiras de gramaticalizar a modalidade entre as línguas do mundo. Neste trabalho, eu optei por investigar o Sistema de Modalidade do Guarani através de dois de seus componentes (Modalização e Modulação) e seus subcomponentes.

A LSF entende o componente lógico da Metafunção Ideacional definindo relações internas ao nível de léxico-gramática (numa perspectiva univariada¹³), de modo que é possível discernir palavra, morfema, grupo, frase, oração, cláusula e complexo clausal em termos funcionais. Um grupo é, em certa medida, entendido como um equivalente a um complexo de palavras (expansão gerada a partir de uma palavra) - um conjunto de palavras relacionadas entre si por meio da construção de relações lógicas (estabelecidas pelas línguas naturais). A diferença entre um grupo de palavras e uma cláusula é entendida como em grande medida uma diferença de grau¹⁴. Já uma frase não necessariamente realiza um processo (do Sistema de Transitividade).

Ghio & Fernández (2008) esquematizam essas relações do seguinte modo: (i) uma oração é constituída por uma cláusula ou um conjunto de cláusulas; (ii) uma cláusula é feita por um grupo ou um conjunto de grupos (dotados de sentido); (iii) grupo que seria, por sua vez, constituído por uma palavra ou um conjunto de palavras; (iv) palavra, constituída por um morfema ou um conjunto de morfemas; (v) morfema, constituído por um fonema ou um complexo de fonemas.

Para Halliday (2014), um complexo clausal é formado a partir de relações lógico-semânticas que vinculam orações em relações de interdependência, como segue a citação:

“Os vários exemplos de complexos de cláusulas em ação na criação do texto são todos baseados no mesmo princípio geral: os complexos de cláusulas são formados a partir de relações lógico-semânticas que vinculam cláusulas, normalmente um par de cada vez, como interdependentes umas das outras.”
¹⁵(HALLIDAY, 2014, p. 432)

¹³ “A univariate structure is an iteration of the same functional relationship: for example ‘and’ as in Bill Brewer, Jan Stewer, Peter Gurney, Peter Davy, Dan’l Whiddon, Harry Hawk, Old Uncle Tom Cobbley and all; ‘equals’ as in Tom, Tom, the piper’s son (Tom = Tom = the piper’s son); ‘is a subset of’ as in newfashioned three-cornered cambric country-cut handkerchief (what kind of handkerchief? – country-cut; what kind of country-cut handkerchief? – cambric, ...); and so on. Such iterative structures are unique to the logical mode of meaning; they are, as noted, formed out of logico-semantic relations.” (HALLIDAY, 2004, p. 451)

¹⁴ “The difference between clause and group in this respect is only one of degree; but it is sufficient to enable us to analyse the structure of the group in one operation, rather than in three operations as we did with the clause.” (HALLIDAY, 2014, p. 361)

¹⁵ The various examples of clause complexes at work in the creation of text are all based on the same general principle: clause complexes are formed out of logico-semantic relations that link clauses, typically one pair at a time, as interdependent on one another.

Compreendidas algumas das categorias com que opera a teoria, Halliday (2014) vai realizar um estudo da léxico-gramática dos grupos nominais, verbais, adverbiais, conjuntivos, preposicionais e das frases preposicionais considerando os três tipos de significado. O que me interessou de sua análise aqui é aquela versa sobre os grupos nominais investigados pelas lentes do significado experiencial.

O autor nos oferece uma análise da estrutura dos grupos nominais a partir do significado experiencial. Formam parte da estrutura destes grupos os seguintes componentes: Dêitico, Numerativo (*Numerative*), Epíteto, Classificador e Coisa (*Thing*).

O Dêitico indica “se algum subconjunto específico da Coisa é almejado ou não; e se sim, qual.¹⁶” (HALLIDAY, 2004, p. 365). É subordinado ao Sistema de Determinação: que o faz ser classificado em específico ou não-específico, demonstrativo e possessivo, e receber significado, ademais, como determinativo ou interrogativo. Marca a proximidade relativa ao ponto de vista do falante que enuncia em relação à Coisa, ou a possessão relativa de um interactante em relação à Coisa (no caso de um possessivo, ex: meu, teu); e cumprindo funções próximas, também pode aparecer na forma de uma palavra de teor interrogativo (ex: qual, quem).

O Dêitico, como o nome sugere, marca um ponto de “aqui-e-agora” em relação ao ato de fala. Constrói um complexo temporal-modal que forma um ponto de orientação para o ouvinte em relação ao falante. O autor cita que alguns dialetos do inglês formam um sistema de localização em três formas (*this, that, yon*) dotado de advérbios locativos correspondentes (*here, there, yonder*). No português, podemos citar os casos conhecidos do “este” (próximo a mim), “esse” (não tão próximo a mim, medial) e “aquele” (distante de mim), todos geralmente demonstrativos e específicos.

O autor se refere ao artigo definido do inglês (*the*) como um exemplo de determinativo e específico, mas que desta vez forma uma dêixis que deve ser recuperada massivamente por meio do contexto¹⁷. Em alguns casos, o Dêitico pode ser realizado por um dos participantes do Sistema de Transitividade, ou mais raramente, por uma circunstância do mesmo sistema.

A maioria dos Dêiticos Determinativos Específicos em inglês estão agrupados em uma categoria numérica que o Halliday chama de não-plural; já os Determinativos Não-Específicos estão no não-singular. O sistema numérico plural e não-plural, o sistema específico e não-específico se aplicam ao estudo do comportamento de todos os grupos nominais; no caso do grupo nominal não ter um componente Dêitico, é não-específico e não-plural¹⁸.

Os Possessivos indicam, como o nome indica, o “aqui-e-agora” por meio de possessão. Específico e Não-Específico podem ser entendidos, em grande medida, como, respectivamente, marcando um membro de uma classe (particular) ou a classe em si (geral) (entes abstratos entram nesta categoria). Os Interrogativos marcam dêixis e modo (de dêixis) interrogativo. O Demonstrativo circunscreve o

¹⁶“whether or not some specific subset of the Thing is intended; and if so, which.”

¹⁷“The word *the* is a specific, determinative Deictic of a peculiar kind: it means ‘the subset in question is identifiable; but this will not tell you how to identify it – the information is somewhere around, where you can recover it’” (HALLIDAY, 2004, p. 367)

¹⁸“(...) if there is no Deictic element, the nominal group is non-specific and, within that, non-singular” (HALLIDAY, 2004, p. 369)

“aqui-e-agora” de forma direta através da localização espaço-temporal de um componente. Já os Determinativos se referem a algum componente preciso (formam polaridade com a indeterminação dos interrogativos, podemos entendê-los em oposição a estes).

Os Dêiticos ainda podem ser agrupados em Totais (que, por sua vez, podem ser positivos ou negativos) ou Parciais (que são, por sua vez, específicos e não-específicos), conscientes ou não-conscientes, além de várias outras formas que não citei aqui. Para este trabalho, procurei analisar os Dêiticos como específicos ou não, singulares ou não, determinativos, demonstrativos, possessivos e interrogativos.

O Numerativo é um componente que indica algum traço numérico da Coisa; seja quantidade ou ordem, seja exato ou inexato. Pode ser dividido em Definido e Indefinido, Quantitativo ou Ordenativo.

Um Numerativo Definido indica um valor exato, seja quantitativo ou ordinal. Já o Numerativo Indefinido não especifica valor exato de quantidade ou ordem. O Numerativo Quantitativo indica quantidade, seja exata ou inexata. O Numerativo Ordenativo, por sua vez, indica, como o nome revela, ordem, seja exata ou inexata.

Um Numerativo Inexato pode ser concebido como exato se esta característica for recuperável no contexto. Já um Numerativo Exato pode se tornar inexato por modificação posterior¹⁹. “Num grupo nominal incongruente que se apresenta como uma variante metafórica de uma cláusula, o Numerativo pode corresponder a uma conjunção (...)”²⁰ (HALLIDAY, 2004, p. 375). Frases incorporadas podem funcionar como Numerativo.

O Epíteto, como o nome indica, denota alguma qualidade inerente ou atribuída da Coisa. Pode ser dividido em termos de significados metafuncionais: deste modo, há Epítetos Experienciais e Epítetos Interpessoais. Geralmente são realizados por adjetivos ou grupos com características qualitativas. Os verbos também podem ser Epítetos.

Os Epítetos Experienciais denotam alguma qualidade da Coisa sem indicar a avaliação subjetiva do falante (ex: “azul” em “A casa azul”); já os Epítetos Interpessoais se diferenciam dos experienciais por expressarem justamente a inclinação subjetiva do falante em relação à Coisa (ex: “amável” em “Aquela casa amável”). Enquanto os Epítetos Experienciais estão geralmente ajudando a definir a Coisa, os Interpessoais comumente não cumprem esta função²¹.

O Classificador indica algum subtipo da Coisa (ex: “zen” em “O zen budismo”, em oposição a outros tipos de budismo). Grande parte das palavras pode funcionar ora como Epíteto, ora como Classificador. A diferença está na função que a palavra desempenha em cada cláusula dada: enquanto o Epíteto indica alguma qualidade experiencial ou interpessoal da Coisa, o Classificador delimita dentre as diferentes possibilidades do existir (real ou fictício) da Coisa, ou seja, circunscreve que subclasse a Coisa em questão pertence.

¹⁹ “On the other hand, an exact Numerative expression may be made inexact by submodification, as in about ten trains, almost the last train.” (HALLIDAY, 2004, p. 375)

²⁰ “In an incongruent nominal group that stands as a metaphoric variant of a clause, the Numerative may correspond to a conjunction.”

²¹ “The principal difference is that experiential Epithets are potentially defining, whereas interpersonal ones are not.” (HALLIDAY, 2004, p. 376)

Halliday cita que as relações semânticas que podem ser desenvolvidas por meio do Classificador são muitas:

“inclui material, escala e escopo, propósito e função, status e posição, origem, modo de operação- mais ou menos qualquer característica que pode servir para classificar um conjunto de coisas num sistema de conjuntos menores²²” (Idem, p. 377).

Em oposição aos Epítetos, os Classificadores não marcam graus de comparação ou intensidade. Ademais, em língua inglesa, alguns Classificadores são marcados com hífen. O Classificador ainda pode corresponder a algum participante ou circunstância do Sistema de Transitividade.

A Coisa (*Thing*) é o centro (*core*) do grupo nominal e corresponde a uma palavra (ou um grupo de palavras) com características nominais: substantivo, nome próprio ou pronome. Pode ser consciente ou inconsciente (Halliday cita que em grande parte da literatura linguística, outro traço analisado, relacionado com esse, foi o estudo em termos de animação²³). Também pode ser subdividida em termos de contabilidade e generalidade.

Ainda levando em conta o significado ideacional, um dos dois componentes lógicos da Metafunção Ideacional é o Sistema Lógico-Semântico, que, por sua vez, se divide no Sistema de Projeção e no Sistema de Expansão. O último realiza a construção de um *nexus clausal*²⁴ através da expansão de uma primeira cláusula por meio de uma cláusula secundária. Halliday (2004) discerne três tipos de expansão, que chama de Sistema de Tipo de Expansão: Elaboração, Extensão e Aprimoramento.

O outro componente lógico da Metafunção Ideacional é o Sistema de Interdependência (ou de grau de *Taxis*²⁵). Simultaneamente com o Sistema Lógico-Semântico, contribui para criar um *nexus* entre cláusulas. Todas as cláusulas ligadas pelas relações do Sistema Lógico-Semântico são interdependentes. O Sistema de Interdependência se divide nos sistemas de Parataxe e Hipotaxe.

Parataxe é o nome dado para marcar a relação de interdependência entre cláusulas de um complexo clausal em que nenhuma das cláusulas exerce uma relação de dominância sobre a outra. Já Hipotaxe se refere à uma relação de interdependência em que uma cláusula exerce dominância sobre outra (ou outras). Para marcar a relação entre cláusulas de igual status (Parataxe) se usa a sucessão de números romanos (1, 2, 3, sendo “1” o componente “iniciador” [*initiating*] e os demais, “continuadores” [*continuing*]); no caso de cláusulas em que existem relações entre um componente (a nível de complexo oracional) dominante e um dominado (Hipotaxe), se usa o alfabeto grego (α, β, e assim por diante, sendo alfa a representação do elemento dominante, e os demais, elementos dominados [dependentes]).

²² “it includes material, scale and scope, purpose and function, status and rank, origin, mode of operation – more or less any feature that may serve to classify a set of things into a system of smaller sets.”

²³ “The conscious/non-conscious distinction can also therefore be looked at as a cline; and it is one that has received a lot of attention in typological linguistics, under the name of animacy.” (Idem, p. 385)

²⁴ “We will refer to any one pair of clauses related by interdependency, or ‘taxis’, as a clause nexus.” (Idem, p. 441)

²⁵ “Two basic systems determine how one clause is related to another; (...) together with some more delicate subsystems that will be discussed below: (i) TAXIS (degree of interdependency).” (HALLIDAY, 2014, 348)

Um texto se forma normalmente através das múltiplas formas possíveis de interação entre os dois sistemas lógicos (considerando a perspectiva univariada) e através de sucessões temporais progressivas no modo de criar nexo clausal, e que podemos descrever desde certos parâmetros (alguns aqui citados), a partir de um texto dado.

Como já mencionado, o Sistema de Expansão se subdivide em Elaboração, Extensão e Aprimoramento. Eu falei abaixo brevemente sobre cada um desses tipos de expansão, e como eles se relacionam com o Sistema de Interdependência, a partir de Halliday (2014).

Quando ocorre a Elaboração, uma cláusula engendra o significado de outra descrevendo-a ou especificando-a. Não se introduz nenhum elemento novo à cláusula elaborada, mas é realizada uma redefinição; ou um comentário sobre algum elemento da cláusula elaborada é feito. “O que é elaborado pode ser a cláusula primária como um todo, ou pode ser apenas alguma parte dela – um ou mais de seus constituintes”²⁶ (Idem, p. 461). Elaboração se relaciona tanto com Parataxe quanto com Hipotaxe, e em inglês, os últimos dois sistemas quando formam um *nexus* de cláusulas com elaborações têm em comum serem realizados por meio dos mesmos grupos tonais na prosódia²⁷.

As elaborações hipotáticas diferem das paratáticas porque as primeiras são introduzidas por componentes com significado que o autor chama de relativo (*relative*) (ex: *who*, *whose*, *which*; *where*, *when*), que servem, por sua vez, como Tema Textual/Tema Tópico, considerado o significado textual. As elaborações paratáticas não deixam marcas tão explícitas, principalmente se elas ocorrem na prosódia²⁸. Elaborações hipotáticas incluem cláusulas relativas não-definidas (que eu falei sobre mais abaixo).

A combinação entre Parataxe e Elaboração pode se realizar com três tipos de relações diferentes: Exposição (“em outras palavras”); Exemplificação (“por exemplo”), Esclarecimento (“para ser preciso”).

No caso da Exposição, a segunda cláusula retoma a primeira no sentido de trazer um novo ponto de vista sobre ela, ou para reforçar a “mensagem”. A relação no complexo clausal pode ser explicitada por meio de expressões conjuntivas (“ou” com o sentido de “de invés de”, “em outras palavras”, “isso significa dizer”, “eu acho”²⁹). Um componente da cláusula elaborada pode ser reiterado, seja através de repetição ou de sinonímia.

Quando há Exemplificação, a cláusula elaboradora retoma a “tese” (*thesis*) da que foi elaborada, para trazer um ponto de vista mais específico sobre ela. Há expressões conjuntivas que marcam essa relação no complexo clausal (o autor cita, “*for example*”, “*for instance*”, “*in particular*”). As Exemplificações estão frequentemente sendo realizadas por componentes coesivos lexicais de hiponímia e meronímia.

²⁶ “The thing that is elaborated may be the primary clause as a whole, or it may be just some part of it – one or more of its constituents”

²⁷ “In terms of realization, the two tactic forms of elaboration have one property in common – tone concord (...). That is, each clause in an elaborating clause nexus is realized by a tone group, and each tone group selects the same tone.”

²⁸ “Paratactic elaborating clauses are, in contrast, often without a marker of the elaborating relationship, especially in speech where the relationship is indicated by tone concord.” (Idem, p. 461)

²⁹ Traduções minhas de exemplos que Halliday oferece.

“Esclarecimento. Neste caso, a cláusula secundária esclarece a tese da primeira cláusula, a respaldando com alguma forma de explicação ou comentário explicativo.³⁰” (Idem, p. 463). O Esclarecimento frequentemente envolve uma mudança na polaridade da cláusula elaboradora em relação à elaborada. O Esclarecimento pode conter algum tipo de comentário avaliativo. Algumas expressões são mais comuns neste tipo de elaboração paratática (Halliday cita “*in fact, actually, indeed, at least*”).

“A combinação entre elaboração e hipotaxe gera a categoria de cláusulas relativas não-definidas (também chamada de “não-restritiva”, “descriptiva”)³¹”(Idem, p.466). Elaboração hipotática é uma forma de trazer informação, caracterização, alguma forma de interpretação sobre a cláusula dominante.

Se a elaboração paratática conta com um Finito, ela assume uma forma muito parecida com cláusulas relativas definidas do tipo “*WH-question*”; uma diferença de significado entre as duas é que, enquanto a última está especificando um componente da primeira cláusula, no caso da elaboração paratática dotada de finito, ela está fornecendo alguma caracterização para um elemento que já está especificado. Também diferem na prosódia³². A última frequentemente é iniciada por um componente como *who, which, whose, when e where*.

Na maioria das elaborações paratáticas em que não há Finito, o Sujeito (do Sistema de MODO) é deixado implícito, e o significado destas cláusulas é menos específico³³. Ademais, o comportamento destas cláusulas não-finitas é semelhante ao das finitas, no sentido de ambas formarem cláusulas relativas não-definidas contrapostas às definidas na grafo-fonologia³⁴. No nível do complexo clausal, há casos em que a cláusula dominada (beta) pode vir antes da dominante (alfa).

A segunda forma de Expansão é a Extensão. Nesta relação, um complexo clausal é construído a partir de uma cláusula secundária que amplia o significado da primária adicionando algo novo a esta. A cláusula secundária pode adicionar significado não dado, operar uma substituição ou apresentar uma alternativa à primeira cláusula.

“A combinação de extensão com parataxe produz o que é conhecido como coordenação entre cláusulas. Normalmente é expresso por *and, nor, or, but*. Nós podemos reconhecer três subtipos principais de extensão paratática, (i) adição, (ii) variação e (iii) alternância.”³⁵ (Idem, p. 472).

“(i) Adição. Aqui um processo é simplesmente unido a outro; não há nenhuma implicação

³⁰ “Clarification. In this case the secondary clause clarifies the thesis of the primary clause, backing it up with some form of explanation or explanatory comment.”

³¹ “The combination of elaboration with hypotaxis gives the category of non-defining relative clause (also called ‘non-restrictive’, ‘descriptive’).”

³² “whereas a defining relative clause enters into a single tone group together with its antecedent, a non-defining relative forms a separate tone group.” (Idem, 465)

³³ “both the domain of the dependent clause and its semantic relationship to its domain are left relatively inexplicit.” (Idem, p. 469)

³⁴ “Again the non-defining clause does form a separate tone group, usually with tone concord; and again there is the corresponding distinction in the punctuation.” (Idem, p. 469)

³⁵ “The combination of extension with parataxis yields what is known as co-ordination between clauses. It is typically expressed by *and, nor, or, but*. We can recognize three major subtypes of paratactic extension, (i) addition, (ii) variation and (iii) alternation.”

qualquer relação causal ou temporal entre eles.³⁶” (Idem, p. 472). A adição tem três subtipos: 1) adição positiva (ex: *and, too, in addition*); 2) adição negativa (ex: *nor, neither*); 3) adição adversativa (ex: *but*). “Adições paratáticas são frequentemente acompanhadas por expressões coesivas que servem como Adjuntos conjuntivos tais como *too, in addition, also, moreover, on the other hand.*”³⁷ (Idem, p. 472). A adição negativa pode realizar polaridade³⁸.

No caso da Variação, a cláusula de extensão realiza uma substituição parcial ou total do significado da primária. A Variação tem dois subtipos: 1) Substituidor (*replacive*), com o sentido de “em vez disso” (ex: extensões iniciadas por *but* não-adversativo³⁹); 2) Subtrativo (*subtraction*), com o sentido de “exceto” (ex: extensões iniciadas por *only*). A Variação frequentemente realiza polaridade no complexo clausal, tornando uma cláusula “positiva” e outra “negativa”.

Quando se dá a Alternância, como o nome indica, o complexo clausal é construído por uma cláusula que se apresenta como uma alternativa à outra. Alguns marcadores no nexo clausal são componentes como *or, either* e conjunções coesivas como *conversely, alternatively, on the other hand.*

A combinação de Extensão com Hipotaxe é bastante rara⁴⁰, gera cláusulas estendidas dependentes, que também podem se dividir em Adição, Variação e Alternância. As cláusulas estendidas finitas aditivas geralmente começam com componentes coesivos como *whereas* e *while*. Não há diferenças muito evidentes entre cláusulas finitas aditivas positivas e adversativas; componentes adversativos podem aparecer em ambas. Hipotaxe e Extensão não formam cláusulas finitas aditivas negativas⁴¹.

No caso da Variação, não há relação em que o Substituidor forme cláusulas finitas. “Para o Subtrutivo a cláusula finita é introduzida por *except that, but (for the fact), that*”⁴² (Idem, p. 474). No caso da Alternância em cláusulas finitas, as marcas da relação alternativa construídas geralmente são *if* e *not*.

As cláusulas estendidas hipotáticas não-finitas incluem realizações de Adição e Variação. Adição negativa e Variação-Alternância não ocorrem nessa modalidade. Estas cláusulas não-finitas geralmente são introduzidas por uma preposição ou por um grupo preposicional. No caso das estendidas de adição positiva, são comuns os seguintes componentes: *apart from, besides, with*. Já em se tratando das de adições adversativas, Halliday (2014) cita *without*. Para as de Variação-Substituidor *instead of* é um exemplo; Variação-Subtrutivo, *other than*. Todas estas são cláusulas de aspecto imperfeito⁴³. Estas cláusulas podem não estar marcadas por expressões conjuntivas, sendo

³⁶ “(i) Addition. Here one process is simply adjoined to another; there is no implication of any causal or temporal relationship between them.”

³⁷ “Paratactic additions are often accompanied by cohesive expressions serving as conjunctive Adjuncts such as *too, in addition, also, moreover, on the other hand.*”

³⁸ “Note that since the linker *nor* embodies negative (clausal) polarity, it attracts the Finite, so the sequence is *nor ^ Finite ^ Subject* (unless the Subject is ellipsed).” (Idem, p. 473)

³⁹ “Note that the *but* here is not adversative, and so is not replaceable by *yet*; nor is it concessive – it does not correspond to hypotactic *although*.” (Idem, p. 473)

⁴⁰ “Compared with paratactic extension, the hypotactic type appears to be fairly rare; it is, in fact, the least common of the combinations of types of expansion with types of taxis” (Idem, p. 474).

⁴¹ “There is no negative additive type of hypotactic extension” (Idem, p. 474)

⁴² “For subtraction the finite clause is introduced by *except that, but (for the fact) that*”

⁴³ “The non-finite form of hypotactic extending is an imperfective clause” (Idem, p. 475)

quase iguais, por tanto, às cláusulas elaboradoras não-finitas; a diferença entre os dois tipos pode ser encontrada na prosódia⁴⁴.

A terceira forma de Expansão é o Aprimoramento: “No aprimoramento, uma cláusula (ou subcomplexo) aprimora o significado de outra, a qualificando de várias maneiras possíveis: por referência a tempo, lugar, maneira, causa ou condição⁴⁵” (Idem, p. 475). O aprimoramento traz significado circunstancial para a cláusula primária.

O aprimoramento paratático gera um tipo de cláusulas coordenadas com traços circunstanciais, os mais comuns sendo os que marcam tempo (*time*) e causa. Estas cláusulas contam geralmente com conjunções como: *then, so, for, but, yet, still*; grupos conjuntivos com *and* como: *and then, and there, and thus, and so, and yet; and* mais conjuntivos que não são estruturais mas coesivos⁴⁶.

Componentes marcadores circunstanciais de tempo que podem ser citados incluem *now, and then*; ajudam a construir cronologia no texto. Um marcador de circunstâncias espaciais de mesmo espaço (*same space*) que pode ser usado como ilustração é *and there*. Componentes marcadores de maneira (*manner*) são de dois tipos: significado (*means*) e comparação; exemplos do último incluem *and so* e *and similarly*; do primeiro tipo, *and in that way* e *and thus*. Geralmente todos estes componentes iniciam as cláusulas desse tipo de Expansão.

Cláusulas expandidas que marcam causa-condicional se dividem em: causa-razão (que se divide, em causa-efeito [ex: *so, and so* e efeito-causa [ex: *for*]]; condição-positiva (ex: *and then*); condição-negativa (ex: *otherwise*); e condição-concessiva (que se divide em concessão-consequência [ex: *still*] e consequência-concessão [ex: *though, but*]). Nos exemplos que Halliday (2014) nos fornece, esses componentes também estão iniciando as cláusulas expandidas.

“A combinação entre aprimoramento e hipotaxe gera o que são conhecidas na gramática tradicional como ‘cláusulas adverbiais⁴⁷’.” (Idem, p. 481) Geralmente o aprimoramento hipotático se restringe a duas cláusulas; realizar mais de duas cláusulas é incomum. Podem contar com um finito ou não. Enquanto o aprimoramento paratático está construindo o fluxo de uma narrativa, por exemplo, o aprimoramento hipotático geralmente não cumpre esta função⁴⁸. As cláusulas finitas são introduzidas por “conjunções de subordinação” (ou grupos conjuntivos) que Halliday chama de “*binder*”⁴⁹. Estas conjunções/grupos conjuntivos servem tanto ao aprimoramento quanto à hipotaxe; tais complexos conjuntivos são derivados de verbos, nomes e advérbios. Abaixo eu citei algumas dessas conjunções/grupos conjuntivos ajudando a realizar diferentes subtipos de aprimoramentos hipotáticos.

⁴⁴ “With the additive and adversative, however, there may be no conjunctive expression; such clauses are therefore identical with non-finite elaborating clauses, except that in speech they are not marked by tone concord.” (Idem, p. 475)

⁴⁵ “In enhancement one clause (or subcomplex) enhances the meaning of another by qualifying it in one of a number of possible ways: by reference to time, place, manner, cause or condition.”

⁴⁶ “that is, a conjunctive expression that is not structural but cohesive” (Idem, p. 478)

⁴⁷ “The combination of enhancement with hypotaxis gives what are known in traditional formal grammar as ‘adverbial clauses’.”

⁴⁸ “Their contribution to the development of discourse is, naturally, very different from that of paratactic chains: in a hypotactic chain, each new link in the chain moves further away from the place in the discourse where the dominant clause is located. In contrast, paratactic chains of enhancement move the discourse forward, as happens in narratives and procedures.” (Idem, p. 482)

⁴⁹ “The finite ones are introduced by a binder (‘subordinating conjunction’).” (Idem, p. 482)

Quando contam com o finito, os aprimoramentos hipotáticos podem ser de: (i) tempo (*time*) (ex: *when, by the time, as soon as, whenever, ever since*); (ii) lugar, que pode ser concreto (ex: *wherever, where*), abstrato (ex: *where*), abstrato com traços concretos (*abstract place shading into matter*) (ex: *as far as*); (iii) maneira (*manner*) que se divide em qualidade (ex: *as ['by chance', 'in the way']*), comparação (ex: *as if*), significado (ex: *whereby*); (iv) causa-condição, que se divide em causa-razão (ex: *as, because, since*), causa-propósito (ex: *so that*), causa-resultado (ex: *so that*), concessão (ex: *even though, as, though, while*), condição-positiva (ex: *if, then, in case*), condição-negativa (ex: *unless*).

Alguns aprimoramentos hipotáticos não-finitos são marcados por uma conjunção estrutural ou uma preposição conjuntiva. Podem ser: (i) de tempo (ex: *before, while*), (ii) concessão (ex: *despite*); (iii) condição (ex: *without*); (iv) maneira-significado (ex: *by*). Outros aprimoramentos hipotáticos não-finitos não deixam marcas explícitas. Em todas estas cláusulas, o Sujeito pode estar elipsado; se entende o Sujeito por referência ao Sujeito da cláusula dominante. Quando o Sujeito é explícito, o tipo mais frequente de realização do Sujeito nestas cláusulas é no caso oblíquo⁵⁰.

Alguns tipos de expansão não deixam marcas tão explícitas como as citadas acima. Halliday (2014) argumenta que, para estes casos, há algumas formas de encontrar as relações lógico-semânticos, seja pelo contexto, ou pela pontuação (no caso da linguagem escrita), por exemplo. O autor ressalta que, de modo geral, cláusulas finitas são independentes⁵¹, e cláusulas não-finitas, dependentes⁵². No caso das cláusulas finitas sem marcas explícitas de expansão, além do contexto e da pontuação, também é possível investigar suas relações lógico-semânticas por recurso à paráfrase. O mesmo vale para as cláusulas não-finitas⁵³.

Para McGregor & Wagner (2006) a distinção entre modos *realis* e *irrealis* é válida para discernir eventos reais de fictícios, por tanto é útil para o estudo da linguagem humana. As modalidades figuram aqui como aspectos secundários do complexo modal-temporal das línguas. Já para Palmer (2001), o que divide os modos *realis* dos modos *irrealis* é o valor de informação de uma proposição.⁵⁴

CAPÍTULO 2: SEÇÃO 1: CONTEXTUALIZANDO A LÍNGUA GUARANI MBYÁ

⁵⁰ “the preferred form in current usage is the ‘oblique’ case (distinct from the ‘nominative’ only in the pronouns him, her, me, us, them” (Idem, p. 486)

⁵¹ “A finite clause is in principle independent; it becomes dependent only if introduced by a binding (hypotactic) conjunction.” (Idem, p. 487)

⁵² “A non-finite clause, on the other hand, is by its nature dependent, simply by virtue of being non-finite.” (Idem, p. 488)

⁵³ “The best solution here is to find the nearest finite agnate clause. If this is a non-defining relative clause, the non-finite is elaborating. If it is a coordinate clause, the non-finite is extending. If it is an enhancing clause, the non-finite is enhancing and could probably be introduced by a conjunctive preposition” (Idem, p. 489).

⁵⁴ “What is at issue is that nothing is being asserted, that there is no information value, because both speaker and hearer accept the proposition. It is for that reason that the proposition is treated as Irrealis, for propositions that are presupposed are not asserted.” (p. 1)

2.1. ORIGEM DOS GUARANI: Filiação genética do Guarani, o Proto-Tupi, o Proto-Tupi-Guarani, a expansão Tupi e cerâmica Tupiguarani

Segundo Rodrigues (1986), o Guarani é uma língua aparentada a dezenas de outras línguas, que formam juntas a família Tupi-Guarani; ademais, o Guarani moderno descenderia do Guarani antigo, língua documentada pelos padres jesuítas.

A família Tupi-Guarani é representada por línguas faladas no Maranhão, no Pará, no Amapá, no Amazonas, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, em Goiás, em São Paulo, no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Fora do Brasil, a família Tupi-Guarani é representada por línguas faladas na Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina.

Rodrigues (1986) sustenta a hipótese da família Tupi-Guarani constituir, junto com outras famílias de línguas, o Tronco Tupi. As outras famílias que formam parte do Tronco Tupi, além da já citada família Tupi-Guarani, seriam: Arikém, Mondé, Ramarama, Tupari, Munduruku e Juruna. Além dessas famílias, entrariam como línguas isoladas a nível de família mas geneticamente associadas ao Tronco Tupi: Aweti, Sateré e Puruborá.

Para Rodrigues (2013), as línguas Tupi são derivações de uma língua falada em tempos remotos, o Proto-Tupi. Derivadas do Proto-Tupi-Guarani, uma língua intermediária entre o Proto-Tupi e as línguas Tupi-Guarani modernas, estariam:

“manayé, Anambé, Apiaká, Araweté, Asuriní do Tocantins (Akuáwa), Asuriní do Xingu, Avá (Canoeiro), Chiriguano (Ava), Emérillon, Guajá, Guajajára, Gurani Antigo, Gurani Pa-raguaio, Guarayo (Guarayú), Guayakí (Aché), Horá (Jorá), Izoceño (Chané), Kaiwá (Kayová, Pái), Kamayurá, Kayabí, Kokáma, Kokamíya (Cocamilla), Língua Geral Amazônica (Nheengatú), Língua Geral Paulista (Tupí Austral), Mbyá (Guaraní), Nandéva (Txiripá), Omágua, Parakanã, Parintintín, Sirionó, Suruí (Majetíre), Takunyapé, Tapieté, Tapirapé, Tembé, Tupí-Kawahíb (Tupí do Machado, Pawaté, Wiraféd, etc.), Tupinambá, Turiwara, Urubú, Wayampi, Wayampi Puku e o Xetá (Serra dos Dourados).” (RODRIGUES, 2013, p. 237)

Baseado em comparação fonológica, o autor vai esquematizar o nível de relação entre as línguas da família Tupi-Guarani, elaborando subconjuntos. As variantes do Guarani estariam inclusas no Subconjunto 1, conjunção de línguas que apresentariam, em relação ao Proto-Tupi-Guarani, as seguintes características: (i) perda das consoantes finais; (ii) conservação do *tx ou sua mudança para ts ou s; (iii) mudança do *ts para h ou s; (iv) mudança do *pw para kw ou k; (v) mudança do *pj para tx ou x.

Para o autor em questão, o Guarani Nandeva descenderia mais intimamente do Guarani Antigo que as outras variedades de Guarani; enquanto o Guarani Mbyá teria um trato fonológico mais conservador em relação ao Proto-Tupi-Guarani que o próprio Guarani Antigo. Já o Avá-Guarani (Chiriguano) teria se separado de um ancestral comum ao Guarani Mbyá e ao Guarani Antigo.

Em *Revendo a Classificação Interna da Família Tupi-Guarani* (2002), Rodrigues & Cabral vão retirar o Kokama, o Omágua e o Kokamiya do grupo de línguas pertencentes à família Tupi-Guarani.

Segundo os autores se trata de línguas: “que não apresentam correspondências regulares de seus subsistemas linguísticos com os respectivos subsistemas de línguas da família Tupí-Guaraní” (RODRIGUES & CABRAL, 2002, p. 332). O Zó’é seria incluído no subconjunto 8.

Para Cabral et al (2014), são muitas as contribuições do linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues para o estudo das relações internas do Tronco Tupi e para a reconstrução do Proto-Tupi. Entre elas, podemos destacar: ter levantado a hipótese de que o Proto-Tupi foi uma língua falada há 5000 mil anos; ter, diferentemente do que era feito na época, levantado a hipótese de que o Guarani e o Tupi antigo não são as variantes mais antigas de uma língua ancestral, isto é, que o Guarani divergiu a cerca de 2500 anos do restante das línguas Tupis, e dessa forma, não seria possível chamar o Tronco Tupi de Tronco Tupi-Guarani, pois o Guarani seria uma língua derivada a menos tempo do Tronco Tupi; ter sistematizado um quadro de relações internas para o Tronco Tupi que considerava dados científicamente mais apurados; ter proposto como origem dos Proto-Tupi a região de Rondônia.

Segundo Rodrigues (2007) o Proto-Tupi teria vinte e oito consoantes. Para Rodrigues (2005), o Proto-Tupi-Guarani teria seis vogais orais. Para o autor, a conservação das seis vogais do Proto-Tupi pelas famílias Tupi-Guarani, Aweti e Mawé poderia indicar que estas famílias se separaram entre si mais tarde. Segundo Nikulin & Carvalho (2022), as famílias Tupi-Guarani, Aweti e Sateré-Mawé são mais próximas entre si do que do restante das famílias Tupi. Ademais, a família Aweti teria se separado do Proto-Mawé-Awetí-Tupí-Guaraní antes das demais. Os autores também argumentam que parte da reconstrução que Rodrigues faz do Proto-Tupi seria problemática, pois para os autores do artigo o Proto-Tupi teria sete vogais, em contraste com as seis sugeridas por Rodrigues.

Para Rodrigues et al (2006), em um estágio anterior à diversificação do Proto-Tupi:

“teria havido um processo de nominalização de um tema transitivo por meio de um prefixo derivacional, cujo resultado teria sido um nome significando o objeto do processo expresso pelo verbo ou o resultado deste” (RODRIGUES; CABRAL; SILVA, 2006, p. 22).

Seria o Proto-Tupi *mi que desempenharia a função de ser a nominalização de um verbo, e que teria derivado para outras formas em línguas Tupi.

Mello (2000), em um trabalho de reconstrução histórica do Proto-Tupi-Guarani, chega às seguintes generalizações: *eir para abelha; *jurumu para abóbora; *ip para acariciar; *ramo para agora; *poj para alimentar; *pina para anzol; *pakuri para bakuri; *enem para besouro; *jurujaj para bocejar; *panam para borboleta; *jemotsaraj para brincar; *ejuj para germinar; miar* para caça; *itu para cachoeira; entre outras.

Para Monserrat (2002), não é absurda a hipótese de um Proto-Tupi com estruturas ergativas. De acordo com Storto (2005), no Proto-Tupi haveria um morfema *ti marcador de voz inversa.

Para Lathrap (1975) seria possível que o Proto-Tupi e o Proto-Aruaque fossem línguas parentadas. O autor localiza a origem do que ele chama de Proto-Tupi-Guarani na margem sul do Amazonas, “um pouco abaixo da confluência com o rio Madeira” (LATHRAP, 1975, p. 84). Para o autor, as línguas do Tronco Tupi são muito assemelhadas, e “grande parte da expansão tupi-guarani

teve lugar num período já sob a observação dos primeiros exploradores europeus” (LATHRAP, 1975, p. 84).

Para Noelli (2008), a expansão dos povos Tupi pelo território brasileiro ocorreu há mais de 2000 anos. Baseado em dados linguísticos e arqueológicos, o autor argumenta que o estabelecimento dos Guarani no Sul do Brasil ocorreu há 2200 anos, e que o Proto-Tupi-Guarani foi falado há 2500 anos. Para o autor, os Tupi são povos historicamente sedentários que transportavam as plantas de cultivo para os locais em que se assentavam, mas também adquiriam o cultivo de plantas dos novos lugares em que se estabeleciam. Ainda segundo o autor, o centro de expansão das tradições de cerâmica Tupi estaria longe do centro original de expansão dos povos Tupi, que estaria localizado, por sua vez, em algum lugar ao sul do rio Amazonas.

Segundo Urban (1992), a expansão da família Tupi-Guarani ocorreu entre 2000 e 3000 anos atrás, e parte da sua dispersão foi muito recente. O autor supõe que os Tupi-Guarani tenham começado a se diferenciar dos demais Tupi em algum lugar entre os rios Madeira e Xingu, supõe também que os Kokama e Omágua façam parte da primeira cisão do grupo Tupi-Guarani, e que os Kokama e Omágua rumaram para o norte em direção ao rio Amazonas. Os Guarani, por sua vez, teriam rumado para o sul, chegando onde é hoje o Paraguai. Os Xerionó teriam rumado para oeste, chegando ao que é hoje a Bolívia.

Para Brochado (1989), os povos Tupis habitavam, quando da invasão europeia, desde o sopé dos Andes até a costa leste do Brasil, vivendo nas terras baixas, rodeando os planaltos habitados por povos falantes de línguas Macro-Jê. Tamanha distribuição geográfica levou à formulação de duas hipóteses sobre a dispersão dos povos Tupis: uma primeira hipótese, que associava o centro de irradiação dos povos Tupis a algum lugar na drenagem do rio Paraná; uma segunda, que atribuía o local de origem dos Tupis às margens meridionais do rio Amazonas. A segunda hipótese foi favorecida pelo fato de nove entre dez das famílias linguísticas Tupi estarem representadas na região entre o rio Madeira e o rio Xingu, no sul da região amazônica. Segundo o autor, é provável que os falantes de línguas Tupis no alto Amazonas sejam provenientes de uma migração de povos Tupi que tenham subido rio acima, e que falassem uma língua parente ao Tupinambá. Os próprios Tupinambás teriam saído da desembocadura do rio Amazonas e atingido a costa atlântica. Os Guarani teriam saído da região imediata ao rio Amazonas descendo do rio Madeira e do rio Guaporé, alcançando o sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai. De acordo com o autor, o método léxico-estatístico glotocronológico permitiria traçar que a diferenciação do Proto-Tupi teria ocorrido há 5000 anos, e a diferenciação do Proto-Tupi-Guarani teria ocorrido há 2500 anos.

Ainda segundo o autor, um tipo de cerâmica policrômica associada aos Tupi foi achada em mais de 1000 sítios arqueológicos, que se distribuem: ao longo do rio Amazonas e seus formadores; na drenagem do Paraná-Paraguai-Uruguai e costa atlântica adjacente; no Nordeste e Leste do Brasil, bem como em rios costeiros. Tradição Policrônica Amazônica seria o nome dado a esta tradição ceramista associada aos povos Tupi, que há 3000 anos atrás se espalharia por diferentes regiões da América do Sul. Para o autor, antes da invasão europeia, os Tupi viviam em casas de madeira cobertas por folhas de palmeiras, ou casas de madeira e barro nos casos do Tupis do Alto Amazonas e do Sul do Brasil; moravam em aldeias de dezenas, centenas, e em alguns casos, de milhares de pessoas. As aldeias seriam sustentadas por uma horticultura avançada. Entre as culturas plantadas podemos citar: mandioca, milho, feijão, batata-doce, amendoim e pimenta.

Ainda para Brochado (1989), os Tupi tinham famílias extensas, organizadas politicamente em torno de um chefe, que às vezes poderia exercer seu poder sobre mais de uma aldeia. Segundo o autor, exércitos Tupi eram muito bem organizados, podiam ser transportados por canoas, os guerreiros vencidos poderiam ser comidos em rituais antropofágicos, e as mulheres capturadas eram tomadas como esposas secundárias. Ademais, o motor das migrações Tupi a partir da Amazônia Central para as novas áreas ocupadas seria o crescimento populacional ocasionado pelo bom manejo ambiental.

Segundo Noelli (1996), o termo mais apropriado para designar a evolução territorial dos Tupi é expansão, ao invés de migração, pois os Tupi teriam ocupado novas terras sem abandonar as anteriores. A partir de dados de datações radiocarbônicas o autor defende que a distribuição e assentamento de povos Tupi por grande parte dos territórios historicamente deles não seria recente, sendo muito mais antiga do que as estimativas que os etnólogos sugeriram, e teria ocorrido há mais de 2500 anos antes do presente. O centro de origem e de posterior expansão dos povos Tupi seria em alguma área entre a margem direita do médio e baixo Amazonas, e estaria circunscrita a leste pelo Tocantins, a oeste pelas bacias do rio Madeira e baixo-médio Guaporé, e ao Sul, por uma linha que vai do médio Guaporé até Tocantins; e dentro desta grande área, a hipótese mais provável seria a de que o Proto-Tupi tenha sido falado por um povo que vivia na região oeste da área descrita.

Em termos arqueológicos, a hipótese mais bem fundamentada seria a que localiza a região de origem dos Proto-Tupi na confluência entre o rio Madeira e o rio Amazonas. Para o autor, os Tupinambás teriam saído da foz amazônica e alcançado o litoral leste brasileiro, descendo até o Trópico de Capricórnio. Os Guarani teriam descido para o sul desde a Amazônia, alcançando a Mesopotâmia sul-americana.

Ainda para o autor, a expansão Tupi seguia um modelo: as aldeias cresciam pelo bom manejo ambiental; novas terras eram preparadas; as aldeias se fracionavam, e os territórios adjacentes à “aldeia mãe” eram incorporados.

Em *Por Uma Revisão das Hipóteses sobre os Centros de Origem e Rotas de Expansão Pré-Histórica dos Tupis* (1994), Noelli vai defender que evidências em que os linguistas se apoiam para a sustentação da hipótese de um Proto-Tupi-Guarani falado há 2500 anos, baseadas na glotocronologia, estão ultrapassadas, pois as evidências arqueológicas mostrariam que os Guarani já teriam ocupado o Rio Grande do Sul e o Paraná há mais de 2000 anos, e os Tupinambás já estariam presentes no Piauí há mais de 1800 anos, logo o autor supõe que o Proto-Tupi-Guarani dataria de mais tempo. Ademais, as teses de etnólogos que supuseram que os Tupi estavam assentados a pouco tempo no leste do Brasil, baseados na similaridade cultural entre os Tupi do litoral, também estariam ultrapassadas diante das evidências trazidas pelas datações radiocarbônicas.

Para o autor, o cruzamento de dados linguísticos e arqueológicos tende a aproximar o local de origem dos Tupi a algum lugar da margem sul do Médio Amazonas. A cerâmica Tupinambá estaria ligada com a cerâmica do Baixo Amazonas, enquanto a cerâmica Guarani estaria ligada à cerâmica do Sudoeste da Amazônia, especialmente com a cerâmica produzida pelos povos falantes de línguas Pano. Para o autor, houve uma tripla divisão no Proto-Tupi, que resultou na derivação das línguas Kokama, Guarani e Tupinambá. Ademais, os dados sugeririam uma expansão radial dos povos Tupi a partir de um raio localizado próximo ao rio Amazonas.

Ainda segundo o mesmo autor:

“A demografia influía diretamente na divisão das aldeias e no ritmo da expansão. Juntamente com o aumento demográfico, as relações de parentesco e as alianças teriam ditado as regras de divisão dos grupos locais. Concomitantemente ao crescimento demográfico, o manejo agroflorestal ditaria um ritmo expansivo ainda mais lento do que conceberam os pesquisadores. Além das plantas típicas da roça, os Tupi manejavam um largo número de vegetais que só podiam ser aproveitados depois de muitos anos de seu plantio.” (Noelli, 1996, p. 129)

Por sua vez, para Almeida (2008), é possível dizer que o berço dos Tupi pode ser encontrado na Amazônia Oriental. A partir de datações radiocarbônicas em um sítio arqueológico chamado Bela Vista, o autor encontra vestígios de ocupação Tupi em 2500 anos antes do presente.

Para Heckenberger et al (1998), o centro original de dispersão dos Tupi não é a Amazônia Oriental nem Central, mas o sul da região amazônica. As teses de Lathrap, Noelli e Brochado, já aqui esboçadas, partiam da premissa de que a Tradição da Cerâmica Policrômica estariam associadas aos povos Tupi, e em segundo lugar, que estas cerâmicas seriam mais antigas na Amazônia Central que em qualquer outro lugar da América do Sul. Sobre a tese dos autores citados, os autores do artigo fazem as seguintes ressalvas: (i) algumas áreas com cerâmica semelhante à atribuída aos Tupi não foram ocupadas por povos Tupi; (ii) não há ligação histórica e etnográfica entre a cerâmica policrômica atribuída aos Tupi e os povos Tupi; (iii) a possibilidade de trocas interculturais entre povos de troncos linguísticos distintos deveria ser inserida no modelo. Os autores defendem que as evidências linguísticas e etnológicas se sobrepõem às evidências arqueológicas em termos de capacidade explicativa da origem dos Proto-Tupi, situando em algum lugar do sul da Amazônia (entre o alto Tapajós e o alto Madeira) a origem dos Proto-Tupi, em contraste com a hipótese de Lathrap, Noeli e Brochado, que viam as origens dos Proto-Tupi em algum lugar às margens do curso principal do médio Amazonas.

De acordo com Kashimoto & Martins (2008), a condição de aridez no sul da Amazônia entre 3500 anos e 1500 anos antes do presente, deve estar entre as causas da migração de povos da família Tupi-Guarani para o centro-sul brasileiro. Segundo os autores, a história da arqueologia associa muitos sítios arqueológicos da região aos povos Tupi, sítios esses que na literatura arqueológica vem sendo englobados como parte de uma Tradição Tupiguarani, sem hífen. A literatura também dividiria a Tradição Policrômica Amazônica, tradição essa associada aos povos Tupi em geral, em duas subtradições, uma Tupinambá e outra Guarani. À subtradição Guarani corresponderia:

“a predominância de recipientes de cerâmica com a superfície externa corrugada, com vasilhas (tigelas de beber, tigelas, panelas e talhas) com fundo predominantemente cônic; por outro lado, entre as vasilhas tupinambás, predominam as com formato esférico ou em meia calota, sendo raras as com fundo cônic. As tigelas para beber, encontradas nos sítios guaranis e tupinambás, se diferenciam ainda, respectivamente, por possuírem pintura externa, boca redonda e fundo cônic ou pintura interna, boca quadrangulóide e fundo semi-esférico.” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p. 132).

As vasilhas Guarani teriam a função de preparar e servir alimentos, mas também poderiam ser usadas como urnas funerárias. A cerâmica Guarani teria como características os seguintes elementos:

“vasilhas cerâmicas com bocas de contorno redondo ou arredondado, com formas predominantemente fundas; as bases são, em geral, cônicas nas vasilhas médias/grandes, ou arredondadas nas vasilhas pequenas: os cambuchí caguaba e os cambuchí possuem bordas com delineamento extrovertido e com ombros, com pintura externa, acima do diâmetro máximo; os ñaembé ou ñaembiru podem apresentar pinturas internas; poucos pratos rasos e assadores (rasos ou planos).” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p. 132).

De acordo com Ribeiro (2008), a tradição ceramista Tupiguarani chegou ao sul do Brasil no primeiro século depois do início da Era Cristã, e não chegou a se estabelecer nos planaltos acima de 600 metros. Inicialmente teria existido nas calhas dos grandes rios: “após os locais elevados mais próximos e, finalmente, afastaram-se para junto de pequenos cursos d’água e vertentes, sempre em áreas planas onde havia floresta (subtropical, atlântica, em galeria) ou arbustiva litorânea.” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p. 161)

Os aspectos predominantes da Tradição Tupiguarani no sul do Brasil seriam os seguintes:

“técnica de confecção é o acordelado, antiplástico arenoso (areia fina e grossa - mal distribuída na pasta), argiloso (hematita) e cerâmica triturada; apresenta fendas nos roletes, bolhas de ar, mau cozimento ou incompleto; a fratura é irregular e a dureza varia entre 3 e 4.” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p. 161).

Ainda segundo o autor, o material lítico associado a essa tradição seria:

“composto de lâminas de machado polidas afiadores-em-canaleta, lascas, batedores, polidores, matéria corante, talhadores, raspadores, tembetás, placas peitorais, etc. Material ósseo: pontas, contas-de-colar, anzóis; dente: contas-de-colar; conchífero: contas-de-colar e pingentes; tembetás de resina.” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p.161).

Segundo os autores, os povos associados à Tradição Tupiguarani no sul, faziam arte através da cerâmica:

“As vasilhas pintadas evidenciam que o grupo atingiu ou praticava, além do simples domínio de uma tecnologia ou meio de subsistência, também a arte. Atribuímos às mesmas, função ritualística e não utilitária múltipla, como acontece com as demais, aproveitadas para cocção, depósito e consumo de alimentos ou d’água. São as razões desta conclusão: 1. Não haver sido registrada a ocorrência de fuligem ou resíduos carbonizados (infelizmente não recolhidos e submetidos à análise), tanto no interior como exterior, particularmente das pequenas e médias; 2. A maior complexidade para confeccioná-las, como a preparação e o emprego dos engobes branco e vermelho e, ainda, a aplicação dos motivos de decoração; 3. Tratam-se das

peças com melhor acabamento, desde a escolha do antiplástico, o que vai refletir-se no tratamento da superfície e as com maior quantidade de formas complexas. As grandes urnas poderiam apresentar, num primeiro momento, função utilitária e/ou ritualística, respectivamente como depósito d'água e/ou preparação de bebidas para as grandes festas; num segundo momento, ritualística, pois eram aquelas utilizadas como urnas funerárias.” (KASHIMOTO & MARTINS, 2008, p. 168).

2.2. Cultura Guarani; Etno-História, Espiritualidade, Cultura Material, Cosmovisões e Organização Social

De acordo com Melià (2004), o que foi o descobrimento, do ponto de vista europeu, resultou num enorme encobrimento das nações e culturas indígenas que aqui existiram e existem. Para os autores, a postura inicial do colonizador em relação aos Guarani foi negar, persistentemente, a religiosidade Guarani; chegou-se mesmo a acreditar, nas primeiras décadas da colonização, que os Guarani eram um povo ateu. Com o tempo, contudo, foi absurdo continuar negando a religiosidade Guarani, e os padres colonizadores passaram então a tentar extirpar a religião tradicional Guarani. Dessa forma, a interpretação de que os Guarani eram uma tábula rasa em termos religiosos deu lugar à interpretação de que a sua religião era diabólica e precisava ser substituída pelo cristianismo.

Para o autor, a língua Guarani foi tomada pelos colonizadores como bárbara. Foram criadas com a colonização uma série de políticas para extirpar as línguas indígenas, e com elas o Guarani. O colonizador também acreditou não haver uma economia indígena.

Ainda para Melià (2004), a recepção por parte dos Guarani dos sacerdotes que iniciaram as reduções foi contraditória, indo desde a acolhida até o ataque verbal e armado. Os jesuítas teriam simpatizado mais, em relação a outros sacerdotes católicos, com os Guarani, permitindo que estes preservassem alguns de seus elementos culturais, mas punindo a sua nudez e a sua religião. Ao mesmo tempo, os autores advertem que as reduções eram uma forma de sujeição dos Guarani, que em nome do ganho de almas acarretou em aculturação, servindo de modo geral ao processo global de colonização.

De acordo com Melià (1990), o relato dos exploradores confirma as evidências arqueológicas, segundo as quais haveria uma grande abundância de produtos agrícolas, de um modo geral, entre os Guarani antes da colonização. Segundo a autora, os Guarani ocupavam as melhores terras das bacias dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná e do sopé dos Andes, as terras mais aptas para o cultivo de milho, feijão, mandioca, abóbora, entre outros gêneros.

Para Melià (1990), o modo de vista Guarani não se abstrai da questão da terra, pois a terra é um elemento constitutivo do modo de ser Guarani. Os Guarani mantêm dois tipos de relação com a terra, segundo a autora:

“A terra os adapta, impõe-lhes condições e determina variações em seu modo concreto de viver: há variações nos padrões de povoamento, na dimensão de suas aldeias e na densidade de sua demografia. A cerâmica é um dos produtos que registra logo as condições ecológicas: se há predomínio de milho ou se depende mais da mandioca; se os cultivos permitem grandes

excedentes para a festa, ou se limitam a quantidades mais reduzidas de alcance pouco mais que familiar. Ao mesmo tempo, os Guarani não se deixam determinar inteiramente pelo ambiente; eles buscam sua terra, da qual têm conhecimentos experimentais consideráveis: elegem ambientes aptos, escolhem determinadas paisagens, preferem determinadas formações vegetais onde podem assentar-se e cultivar." (MELIÀ, 1990, p. 35)

O conhecimento teórico e prático dos Guarani em relação ao manejo da terra estaria evidenciado na língua, que distingue vários tipos de solo. Ademais, os Guarani não têm uma visão produtivista do solo, mas a visão de o que a terra possibilita o modo de ser Guarani, lança as bases nas quais vai se assentar a sua cultura. Essa relação fica explicitada pela palavra que os Guarani usam para terra, *tekoha*, em que *teko* significa modo de ser, modo de estar. A *tekoha* produziria assim, relações econômicas, sociais e político-religiosas.

Para a autora, a busca de uma terra-sem-mal por parte dos Guarani, serve tanto a propósitos religiosos quanto a motivos econômicos, e está relacionada à percepção do mal da terra:

A busca da terra-sem-mal não é senão um elemento, ao lado de outros, de um sistema de reciprocidade, ameaçado de múltiplas formas, porém sempre procurado como definição essencial. Deste modo, a própria busca da terra-sem-mal manifesta diversas formas, desde a migração real até o "caminho espiritual", celebrado ritualmente e praticado asceticamente. Em todas essas formas, sem embargo, há inerente um xamanismo, já que a percepção do mal não é nunca uma mera constatação técnica, senão um discernimento no qual entram em consideração tanto fatores ecológicos como tensões e perturbações sociais e inquietudes religiosas. (MELIÀ, 1990, p. 42)

Para Souza (2002), a família-grande Guarani constituía a produção comum, a união política e religiosa. As famílias-grandes Guarani eram formadas por famílias nucleares que não tinham diferenciação por provirem de uma mesma linhagem, e era no seu âmbito que ocorriam as relações econômicas. Para o autor, nestas famílias, quem exercia a autoridade era o pai, prevalecendo a patrilinearidade sobre a matrilinearidade. Baseado em dados etnográficos, o autor pondera que existe nas famílias Guarani a contribuição de cada família elementar à *chica* e formas de solidariedade no preparo da comida.

O tipo de produção Guarani deveria ser caracterizado como doméstico, em contraste com aldeão ou tribal, embora o autor ressalte que o tipo de produção aldeão possa ter ocorrido em condições ecologicamente favoráveis. O padrão de produção Guarani seguiria um modelo baseado na divisão sexual do trabalho: seria dever das mulheres o plantio, a colheita, e o preparo das carnes, por exemplo. Também existiria uma divisão etária na produção e reprodução: as meninas carregariam água e cuidariam dos irmãos, enquanto os meninos trabalhariam na roça.

No que diz respeito aos laços afetivos, os homens teriam uma ligação maior com as mães do que com os pais, e os filhos tendem a tornar-se, após o casamento, cada vez mais distantes dos pais.

Para o autor, com o casamento, tender-se-ia a formar uma nova unidade de consumo, simbolizada pelo fogo e pela panela da nova família. A figura masculina de poder teria, dentre outras, as seguintes funções:

“organizar tarefas de mutirão para a coleta de materiais utilizados na construção das habitações coletivas, coordenar tal construção, orientar o trabalho masculino na derrubada de áreas florestais (seja para a fundação de um novo espaço habitacional, seja para a criação de uma nova área de roçado), liderar expedições de coleta, de guerra, etc. Posteriormente, o rendimento originado das atividades coletivas era distribuído em parcelas destinadas individualmente a cada família nuclear; o número de esposas e de filhos determinava o tamanho e o número de parcelas destinadas a cada homem adulto (a poligamia poligínica existia, mas era quase exclusiva dos chefes político-religiosos).” (SOUZA, 2002, p. 229)

A organização econômico-social Guarani, que se organizaria a partir do parentesco, possuía vantagens: facilitava o aparecimento de alianças parentais, que dinamizava a comunidade e as trocas comunitárias; permitia uma distribuição territorial mais equilibrada; “*capacitava a organização de migrações coletivas e viabilizava a criação de contingentes guerreiros numerosos*” (SOUZA, 2002, p. 231). O parentesco estruturaria as relações econômicas e de consumo.

Ainda segundo o autor, os Guarani realizam mutirões, sendo uns voltados para o benefício de determinada pessoa, enquanto outros são voltados para o bem-estar geral da comunidade. O trabalho coletivo Guarani tem um caráter lúdico, sentido praticamente inexistente no trabalho coletivo das sociedades industrializadas modernas. Dentre outros elementos da configuração do trabalho nas sociedades Guarani pode-se citar:

“a prática de roças coletivas, a instituição da família-grande como unidade de produção e consumo, a posse coletiva das áreas de caça e das terras de lavoura, a realização de caçadas e de pescarias também coletiva (num vínculo entre diferentes famílias-grandes), a ausência quase completa de um comércio intragrupal (a não ser por troca de serviços)” (SOUZA, 2002, p. 232)

O contato frequente com o mundo não-indígena estaria dificultando a manutenção de tradições, de modo que a família-grande como centro de produção e reprodução da vida estaria perdendo seu dinamismo, e sendo substituída por formas cada vez mais individuais de trabalho. Por outro lado, o pensamento religioso Guarani atua como uma barreira para o processo de individualização do trabalho e para o surgimento de uma lógica mercantil, uma vez que este pensamento atribui um caráter volitivo aos atos de troca e produção, estimulando o trabalho comunitário. Na sociedade Guarani antiga, não haveria prestígio social atribuído para um indivíduo por motivos econômicos, e o trabalho era realizado por um sentimento de pertencimento grupal. Ademais, a religião tradicional Guarani significava o trabalho e todos os aspectos da socialização Guarani. Não fazia parte da sociedade tradicional Guarani a preocupação econômica:

”Sem dúvida, a falta de uma maior preocupação econômica com o desenvolvimento da produção tornava – como ainda torna – a sociedade Guarani vulnerável a periódicas dificuldades; mas, em contrapartida, permitia e permite, ao homem Guarani, o convívio com uma liberdade – tanto cosmológica quanto ontológica – muito valorizada.” (SOUZA, 2002, p. 239)

Uma parte significativa da produção Guarani era convertida em bebidas alcoólicas, o ato de beber exercia um papel religioso e simbólico instaurado nesta sociedade desde tempos muito remotos. Para o autor, o pensamento social Guarani limita a ação utilitária sobre a natureza, uma vez que este pensamento vê a natureza como um sistema simbólico de contornos espirituais que torna a ação de trabalhar com a natureza algo místico. Espíritos de animais e plantas fazem parte desse pensamento social. Os Guarani viveriam seu ser Guarani conforme as estações do ano, e após um período de fartura, poderiam viver um período de penúria relativa. Mas estes momentos eram entendidos dentro da cosmovisão Guarani como momentos tão naturais quanto o passar do tempo:

“A existência de um período anual de penúria não intimidava a sociedade Guarani, nem mesmo seus indivíduos. Por que eles responderiam a uma questão que não era sequer formulada? A mentalidade guarani é conformada pela idéia de que a ascensão e o declínio são movimentos contrários/complementares imanentes às existências pessoal e social; foi assim desde antes do início dos tempos. São assim também explicadas as agruras da vida Guarani atual, entendidas como partes da decadência apocalíptica que hoje – segundo acreditam – nos cerca.” (SOUZA, 2002, p. 242)

Para Clastres (1990), os Guarani têm como característica a grande religiosidade: “Poucos povos testemunham uma religiosidade tão intensamente vivida, vínculos tão profundos aos cultos tradicionais, vontade tão férrea de manter em segredo a parte sagrada do seu ser” (CLASTRES, 1990, p. 10). Ao que acrescenta:

“A substância da sociedade guarani é seu mundo religioso. Se o seu ancoradouro nesse mundo se perder, então a sociedade se desmoronará. A relação dos guarani com seus deuses é o que os mantêm como Eu coletivo, o que os reúne em uma comunidade de crentes. Essa comunidade não sobreviveria um só instante à perda da crença.” (CLASTRES, 1990, p. 10-11)

Para o autor, seria através de sua fé que os Guarani continuam enquanto nação. Ademais, o profetismo dos povos Tupi-Guarani, seria, na visão do autor, uma resposta à crise de suas sociedades, ganhando assim os profetas uma significação política:

“Não podemos nos deter aqui sobre a razão de ser desse profetismo tupi-guarani, de aparição bem anterior à chegada dos ocidentais. Indiquemos simplesmente que ele traduzia, no plano religioso, uma profunda crise da sociedade e que essa mesma crise estava certamente muito ligada à lenta mas segura emergência de potências de dominação territorial. Em outros termos, a sociedade tupi-guarani como sociedade primitiva, sociedade sem Estado, via surgir de seu seio essa coisa absolutamente nova, um poder político separado que, como tal, ameaçava deslocar a antiga ordem social e transformar radicalmente a relação entre os homens. Não se saberia explicar a aparição dos karai, os profetas, sem articular com essa outra aparição, a dos grandes mburuvicha, os chefes. E a facilidade, o fervor com que os índios respondiam aos apelos dos primeiros, revela bem a profundidade da desordem em que os mergulhava a inquietante figura dos chefes; os profetas de modo algum pregavam no deserto.” (CLASTRES, 1990, p. 11-12)

Para Clastres (1990), uma característica que uniria a pregação dos sábios Guarani de hoje e de antigamente, é a pregação de uma terra sem males; mas à medida em que a invasão europeia se consumou, essa pregação deixou de ter como característica ser um lugar concreto na terra, que poderia ser alcançado através de uma migração, e passou a significar a vinda de um tempo sem males:

“por não poder doravante realizar o sonho de atingir ywy mara éy, a Terra Sem Mal, através da migração religiosa, os índios atuais esperam que os deuses lhes falem, que os deuses lhes anunciem a vinda dos tempos das coisas não-mortais, da completeza acabada, desse estado de perfeição no e através do qual os homens transcendem sua condição. Se eles não se colocam mais em marcha, permanecem à escuta dos deuses e sem repouso fazem ouvir as Belas Palavras que interrogam os divinos.” (CLASTRES, 1990, p. 12)

Ao que acrescenta que, terminada a possibilidade das migrações religiosas, o desejo de eternidade dos Guarani se aprofundou do lado da “Palavra e extravasou-se do lado do logos” (CLASTRES, 1990, p. 12). Ainda para o autor, os Guarani desenvolveram, em relação a outros povos indígenas sul-americanos, menos mitos, mas ao mesmo tempo desenvolveram um sistema de pensamento reflexivo:

“Que pensa o pensamento guarani? Pensa o mundo e a infelicidade do mundo, coloca a questão das causas: por que os homens são humanos demais? Ele tenta uma arqueologia do mal, quer fazer uma genealogia da infelicidade. Por que nós, belos adornados, os eleitos dos divinos, somos expostos a uma existência doente de imperfeição, de inacabamento, incompletude? Amargura da evidência que se impõe aos pensadores guarani: nós, que nos sabemos dignos de viver a vida dos que estão no alto, vemo-nos reduzidos a viver aquela dos animais doentes. Queremos ser deuses e só somos homens. Objeto de nosso desejo: ywy mara ey~ a Terra Sem Mal; espaço de nossa condição: ywy mba'e megua, a terra má.” (CLASTRES, 1990, p. 13)

De acordo com Hirsh & Alberico (1996), desde os primeiros encontros entre os Guarani e os espanhóis, os cronistas fizeram registros da eloquência existente entre os primeiros. Entre os Guarani, a eloquência está associada aos líderes, e há papéis bem definidos para os oradores em sua sociedade. Entre os Guarani Mbyá há três tipos de líderes associados ao dom da oratória: os líderes políticos; os líderes religiosos; os donos da palavra e do conhecimento. A oratória deles se expressa nas assembleias que os Guarani fazem habitualmente. Entre os Guarani a produção oral serve para produzir, reproduzir e transmitir valores simbólicos da comunidade, e neste processo se somam estratégias de poder e formas de memória social. Os autores descrevem que durante a época das rebeliões indígenas, os líderes religiosos Guarani desempenhavam o papel de através do canto e da dança incitar a rebelião.

Segundo Schaden (1974), as aldeias Guarani consistem em casas isoladas, de modo que não é possível determinar um centro. As grandes casas que abrigavam a família-grande dos Guarani

antigos, à altura da observação de Schaden, existiam apenas, e de maneira minoritária, entre os Guarani Kaiowá, sendo inexistentes entre os Mbyá e Ñandeva, que viviam em pequenas casas habitadas por famílias nucleares. O autor observa o processo de aculturação, mais avançado nesse sentido entre Mbyá e Ñandeva, na construção e arquitetura das casas, que param de seguir os parâmetros da cultura tradicional, para se parecerem cada vez mais com as casas não-indígenas da respectivas regiões de entorno das aldeias Guarani.

Os Guarani observados por Schaden tinham o hábito de usar roupas ocidentais, e não ficavam nus na presença de estrangeiros à aldeia. Também mediam pobreza e riqueza relativamente ao número de roupas que uma pessoa tinha.

Para o autor, os Guarani não pensam em um mundo habitado por eles sem pesca ou caça, mas a base da sua alimentação vem da lavoura. Muitos Guarani à altura das observações de Schaden trabalhavam para não-indígenas, e realizavam trocas comerciais com estes. O uso de objetos industrializados dispensava a fabricação de cerâmica. Entre os Guarani daquela época predominava o espírito comunitário no trabalho, e um indivíduo não era valorizado por sua posição socioeconômica; ao mesmo tempo, à medida em que começava a se introduzir o trabalho individualizado, começavam a surgir ideias sobre um sujeito vadio ou trabalhador, e as noções de pobre e rico iam lentamente se estabelecendo.

O autor descreve que o trabalho serve como meio para a manifestação de ideias religiosas, com a religião jogando um grande papel na teleologia do trabalho Guarani. Desse modo, o autor ressalta que o ciclo econômico anual Guarani é um ciclo religioso, que acompanha o desenvolvimento de várias culturas agrícolas, especialmente a cultura do milho: “*Na medida em que existe calendário religioso e social, este é o do milho.*” (Idem, p. 40). Os Guarani costumavam fazer um plantio de milho apenas, e este era usado para a produção da *chica* (bebida fermentada). O milho tradicional Guarani é um milho de grão mole, a ele é atribuído valor sagrado e é o que melhor se presta à produção da *chica*.

Os Guarani observados por Schaden (1974) também praticavam a coleta de vegetais, além de caça e pesca, porém com um valor secundário em suas economias. Os Guarani majoritariamente haviam substituído suas armas tradicionais por armas de fogo para a caça, fabricando arcos e flechas, de modo geral, para a venda.

Para o autor, o senso de propriedade pessoal entre os Guarani é grande. O valor que atribuíam ao dinheiro que, segundo o autor, é parte de um processo de aculturação, era mais simbólico que real. A noção de roça pessoal começava a surgir como efeito da aculturação, assim como o trabalho individual. Também é ressaltado o papel dos mutirões nas comunidades, que poderiam servir para o bem-estar de uma família ou da comunidade inteira. Os mutirões geralmente eram seguidos de uma grande festa. Schaden (1974) também reitera o caráter lúdico que ainda assumia certas modalidades de trabalho nas comunidades Guarani.

O trabalho para fazendeiros das regiões de entorno das aldeias, chamado pelos Guarani de *changa*, é elencado pelo autor como um dos motivos da desorganização econômica dos Guarani, que deixam de cultivar as próprias lavouras para cultivar nas fazendas dos não-indígenas, e dessa atividade provinha todo o dinheiro que a maioria dos Guarani conseguia. O trabalho realizado para não-indígenas, ao mesmo tempo, introduziu novas formas de associação indígena. Em algumas comunidades se realizava, por exemplo, a produção coletiva de artefatos culturais para a venda.

O autor ainda ressalta o papel do Estado brasileiro no processo de aculturação das comunidades Guarani.

Schaden (1974) ressalta que a noção de alma é indispensável para entender a cosmologia Guarani, e que ela está ligada com a visão Guarani acerca da concepção. Em se tratando desta última, no pensamento tradicional a ligação entre concepção e relação sexual seria obscurecida pela visão de que a concepção tem contornos sagrados: “hoje em dia muitos Ñhandéva já admitem que as crianças são ‘feitas pelo pai’, mas a crença antiga é que são mandadas por Ñanderuvutsú e Ñanderykey.” (Idem, p. 107).

Schaden acrescenta: “A criança é, pois, enviada pelos deuses. O pai a recebe em sonho, conta o sonho à mãe e ela fica grávida. Quando a mãe concebe sem que o pai tenha sonhado é que o ayvú(kué) (alma) já vinha procurando a mulher para por meio dela nascer ou renascer” (Idem, p. 108). A criança do sexo masculino é considerada filho do pai, a de sexo feminino, da mãe.

Os Guarani concebem diferentes modos de encarnação e reencarnação:

Pode Ñandedjára (“Nosso Senhor”) mandar aos pais uma criança que ainda não viveu neste mundo. É por ocasião do nascimento que lhe é conferida a alma, néé (“fala”). Em caso de reencarnação, é sempre o espírito duma criança falecida que renasce pela mesma mãe, dando-se a concepção ou no momento da morte ou mais tarde, sem necessidade de relações sexuais. E se a criança não se reencarna logo após a morte, há o recurso de se realizarem vários djeroky (danças religiosas) com tal fim; semanas ou meses após. Depois dessas cerimônias, o ñíanderú vai “em sonho” à região celeste de Tupátsy (“Mãe de Deus”), que então reúne todas as crianças que se encontram com ela. A escolha fica a critério do fíanderú, que pode trazer a mesma ou outra, mesmo de sexo diferente. (Idem, 109)

Através da concepção Guarani de reencarnação se fortalecem os laços familiares e entre as gerações, a vida cotidiana estando ligada, desta forma, intimamente ao divino. Ao mesmo tempo, Schaden (1974) nota que há visões concorrentes sobre a reencarnação entre os Guarani.

O *djasukávy* é para os Guarani o princípio de todas coisas, tanto dos deuses quanto do mundo criado. Todo filho concebido é fruto do *djasukávy*. A maioria dos Guarani concebe que todas as pessoas são dotadas de duas almas, embora alguns concebam até mesmo quatro (os Kaiowá professam a dualidade das almas de modo mais forte). Schaden ressalta que a ideia de pluralidade das almas é frequente entre as nações originárias sul-americanas. No caso dos Guarani em geral, se destaca a visão de alma como dualidade, em que uma alma expressa a parte mais sagrada e elevada do ser, enquanto a outra alma é responsável por personificar os instintos e a volição.

No caso dos Guarani Ñhandeva se concebe a existência de três almas, representadas por sombras. Uma é boa e vai para o paraíso (*yváy*), e é representada por uma sombra que vai para frente ou para trás. A segunda alma (*anguéry*) é má, e após a morte fica vagando por perto de onde o finado foi enterrado, e é representada por sombra que vai para a esquerda. Anda à noite, e pode trazer a doença

e a morte. A terceira alma (*avyú'kuê*) é representada por uma sombra que vai para a direita, após a morte fica vagando pelos ares, e não é má.

Alma e linguagem (*ayvú*) se relacionam em pensamento reflexivo de modo sagrado nesta cultura, o lugar de *ayvú* é o peito:

Ayvú significa propriamente linguagem; às vezes também se ouve dizer, níeê, fala. O ayvú - ou: os ayvú, conforme o caso - é de origem divina, isto é, participa da natureza dos espíritos sobrenaturais. É responsável pelos desejos, sentimentos e manifestações mais nobres do indivíduo. A função primordial, básica, da alma é a de conferir ao homem o dom da linguagem; daí a designação. É fato interessante por mostrar que se coloca em primeiro lugar a idéia da comunicação inter-humana, em consonância, aliás, com a filosofia da vida, característica das sociedades tribais, que encara o ser humano antes de tudo como animal social, como fragmento do grupo. O indivíduo vale socialmente na medida em que é parte da comunidade e em que se comunica com os companheiros. (Idem, 112)

Atsygyuá é mais um conceito espiritual dos Ñhandeva, e se aproxima do que chamamos de temperamento. Está relacionado com figuras prototípicas de animais. Schaden cita que, se, por exemplo, um Guarani tem temperamento pacífico e bondoso, seu *atsygyuá* é de borboleta. A sede de *atsygyuá* no corpo é na parte inferior do rosto. *Atsygyuá* se desenvolve com o passar dos anos; a *atsygyuá* se forma com o comportamento, não é um caráter dado de antemão.

Entre Mbyá também existe a concepção de três almas: “Admitem os Mbüá (Rio Branco) a existência de três almas em cada indivíduo, duas boas e uma ruim, as quais se manifestam através da comunicação, i. e., por meio da linguagem e de um processo que diríamos comparável à telepatia.” (Idem, 116). As almas podem sair do corpo quando o indivíduo está vivo, e uma das almas tem caráter protetor e sai do corpo quando o indivíduo dorme. Se, no entanto, as três almas saem do corpo ao mesmo tempo, neste caso o indivíduo morre.

“Por ocasião do nascimento, aliás, já está determinado o dia da morte. Cada qual vem ao mundo trazendo o seu destino.” (Idem, p. 117). Desse modo, nem sempre os curadores podem salvar seus pacientes.

Para dar vazão ao seu ser espiritual, os Guarani fazem uso de *parahêi* (reza). O canto, a dança e o ritmo se unem dando forma ao *parahêi*, que é sempre cantado. Pode ser realizado comunitariamente ou no seio da família. Schaden (1974) cita que o *parahêi* faz parte do ser coletivo e individual do Guarani ao mesmo tempo. Os espíritos podem dar *parahêi* aos indivíduos através de sonhos. Nos casos de *parahêi* coletivo, não é raro que os participantes entrem em estado de êxtase e chorem. Os Guarani tentam não “abusar” do *parahêi*, e assim como Clastres (1990) cita, Schaden argumenta que o *parahêi* é uma parte do ser Guarani que eles preferem manter oculta aos estranhos. O *parahêi* tem um sentido de “posse” e de algo quase material.

Schaden ainda analisa a distinção do *parahêi* entre as comunidades de maior coesão social e aquelas em processo de desintegração. Nas últimas, o *parahêi* vai sendo percebido como ineficaz por defeitos atribuídos à comunidade, e vai deixando de ser praticado.

Schaden (1974) cita que os Guarani em geral enxergam a doença como tendo causas exógenas; fruto de feitiçaria e má intenção de terceiros. Em casos de epidemias, não é incomum que surjam desconfianças e desagregação no seio da comunidade. Os Guarani dão um sentido muito racional à chamada “magia negra”; é algo que é feito a partir de determinadas técnicas, que por seu caráter de apreensibilidade, o autor enxerga como um traço quase “naturalista” da religiosidade Guarani.

Há feitiços e contra-feitiços. Os feitiços podem causar a doença e a morte, e através de um contra-feitiço, um feitiço pode ser neutralizado. Entre os Kaiowá, para impedir um contra-feitiço, há a prática do endereçador do feitiço desenterrar o corpo do morto, ou parte dele, e lançá-lo em um rio. Já uma técnica Kaiowá de contra-feitiço é pegar uma mecha de cabelo do morto e queimar uma cobra numa fogueira junto à sepultura do morto.

Schaden ressalta que por conta da desagregação das comunidades, por conta do contato, começaram a surgir entre os Guarani várias etiologias díspares e concorrentes sobre as doenças, assim como várias visões sobre a cura.

Para Schaden (1974) o Guarani tem uma relação ambivalente diante da morte. Assim como há *parahéi* para evitar a morte, há *parahéi* para morrer e se juntar aos deuses. Entre os Kaiowá estes últimos *parahéi* são chamados de *oñíeégupt*. Há um tipo especial de morte que os Guarani temem, que é vista como a aniquilação total: a morte da alma.

Em se tratando de folclore, para além de um patrimônio comum compartilhado com nações falantes de línguas da família Tupi-Guarani, os Guarani também têm folclore próprio, e a prática de absorver aspectos de outros folcroles, integrando-os à sua cosmovisão.

Schaden (1974), em diferentes pontos de seu livro, vai discutir possíveis influências de ideias que os padres missionários deixaram na cosmovisão Guarani:

“Não sabemos em que medida se justificaria a suposição, já cautelosamente aventada, mas afinal não aceita por Nimuendajú, de que a crença na destruição do mundo no futuro remonta aos dias da catequese jesuítica, tendo-se originado talvez de uma reinterpretação do Apocalipse de São João.” (Idem, p. 163)

Elementos citados tanto por Clastres (1990) quanto por Schaden (1974) e Meliá (2004), como concepções que norteiam o mundo e a vida Guarani, são o fim do mundo e a chegada à uma terra sem males:

“Os mitos do Dilúvio, do Incêndio Universal e de outros cataclismos do passado são histórias de função exemplar que se projetam no porvir como perigos, pairando assustadores sobre o destino da humanidade. A Terra em que vivemos está condenada à destruição em futuro mais ou menos próximo, expectativa que não pode deixar de ser motivo de pânico para os que nela vivem. Daí a necessidade psíquica de procurar uma tábua de salvação, que o Guarani veio encontrar no mito da Terra sem Males, hoje elemento genuíno de sua cultura.” (Idem, p. 161)

Na cosmovisão Guarani, o fim do mundo e a chegada a uma terra sem males por vezes anda junto, embora ambas as visões não sejam compartilhadas homogeneousmente pelos subgrupos da nação Guarani.

Os Guarani compartilham a concepção de *aguydjê* “que se pode traduzir por bem-aventurança, perfeição e vitória.” (Idem, p. 164). Este pode ser interpretado como o objetivo de vida Guarani. Na tradição cultural, é um estado que se pode alcançar sem antes morrer, sendo também entendido como um lugar, às vezes, distante no Oceano, e implica em se juntar aos deuses.

Ainda de acordo com Schaden (1974), o Paraíso Guarani é um lugar seguro, sem fome nem doenças ou morte. É um lugar em que poderão trabalhar e desenvolver suas atividades econômicas com fartura, embora algumas comunidades Guarani vejam um paraíso sem trabalho, que o autor considera resultado da desagregação comunitária. O autor vai entrar em mais detalhes sobre a concepção de paraíso para cada subgrupo Guarani.

No caso dos Mbyá, o autor elenca que parece ser mais forte neste subgrupo a noção de paraíso em sua cosmovisão. Para eles, o paraíso é um grande pomar de árvores baixas, sem ameaças, com fartura de caça e pesca e grande abundância nos cultivos; lá encontrarão seus entes falecidos. À altura das observações de Schaden, os Mbyá também eram o subgrupo que mantinha mais forte a prática da migração.

Para Veiga (2007), faz parte da cosmovisão Guarani entender a vida como uma peregrinação em busca do Pai Sagrado (*Nhanderuvutsú*). Buscam na terra um lugar com condições ecológicas onde possam viver em seu modo de ser (*nhande reko*). São herdeiros de toda a terra e não se sentem presos necessariamente a lugar nenhum. Só em época recente, com as demarcações de seus territórios, sentiram a necessidade de se estabelecer em determinado lugar e aí permanecer. Os Guarani também desenvolvem um vínculo sagrado com suas antigas terras (*tekohá*).

Para Montardo (2007) os Guarani enxergam as moradas dos deuses no extremo dos quatro pontos cardinais, além das aldeias divinas que julgam existir nos limites da terra. Os comos Guarani seria ao mesmo tempo horizontal e vertical. As almas vivem em aldeias divinas e reencarnam quando o pai e a mãe rezam aos deuses. Para a autora, o *jeroky* (que Schaden grafou como *djeroky*) pode ser interpretado como um caminho, que os Guarani percorrem através do canto e da dança, o *parahêi* (reza), em busca da perfeição, para tornar seus corpos mais leves e se juntar aos deuses.

Segundo Carvalho (2013):

“A população do povo Guarani no Brasil, segundo dados da Fundação Nacional da Saúde Indígena (FUNASA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (2008) é de aproximadamente 51.000 indivíduos, sendo 31.000 Kaiowá, 13.000 Nhandéwa e 7.000 Mbyá.” (p. 22).

Ademais:

“Atualmente no Brasil os Guarani estão localizados em diversas regiões. Na região sul estão concentrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na região Sudeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito

Santo, e na região Centro-Oeste no estado de Mato Grosso do Sul.”(Idem, p. 22)

Capítulo 3: Metodologia e Primeiras Hipóteses

Eu analisei quarenta cláusulas disponíveis no trabalho de Carvalho (2013) a partir do significado experiencial e lógico, e vinte cláusulas a partir do significado interpessoal. Fiz a escolha de considerar as cláusulas descritas por Carvalho como formando parte de complexos de cláusulas maiores. Quanto à escolha das cláusulas que eu analisei, tomei a decisão de seguir o fluxo textual inerente à descrição do autor.

Em relação ao Sistema de MODO da língua, Halliday & McDonald (2004) argumentam que não existe um elemento similar ao Finito em chinês, o que Yang (2021) reitera. Para Halliday (2014) uma das funções centrais do Finito é marcar tempo primário, sendo uma das formas de tornar a cláusula finita (pelo encerramento do cenário temporal da cláusula). Segundo Dooley (2006), Taylor (1984), Dietrich (2010), e Carvalho (2013) o tempo em Guarani é formado pelo contexto, ou por partículas temporais.

“A língua Kaiowá, morfológicamente, flexiona o verbo por meio de prefixos e clíticos pronominais marcadores de pessoa e número.” (CARDOSO, 2008, p. 66). Para a variante Mbyá, segundo Martins (2003): “O verbo é flexionado por prefixos pessoais específicos, prefixos relacionais e pronomes clíticos, por sufixos que marcam o modo (...)” (p. 49). Em nenhum dos casos os verbos flexionam tempo. Lembrando que o Finito da LSF marca: (i) Tempo primário; (ii) Modalidade; (iii) Polaridade.

De acordo com Dooley (2006) os verbos recebem tempo do contexto ou de partículas de tempo. Então ao menos que: (i) haja uma partícula temporal que forme um tempo contrastivo com o tempo contextual; (ii) existam duas ou mais partículas temporais diferentes fornecendo tempo a diferentes verbos ao longo do que Taylor (1984) chama de prótase e apódose; os verbos vão receber um tempo primário. Deste modo, a distinção que Halliday (2014) faz entre tempo primário (Finito) e tempo secundário (Predicador) deve ser relativizada para o Guarani.

A classe das partículas desempenha um papel importante para os significados interpessoais da língua, uma vez que marca tempo e modalidade. As partículas temporais de acordo com Taylor (1984): “são, na verdade, indicadores tanto de modo quanto de tempo”, o que Dietrich (2010) e Carvalho (2013) reiteram (como ao invés de modo verbal, marcarem modalidade). Diante disso, primeiro levantei a hipótese de que não existia o Finito do Sistema do MODO da língua, mas o contexto e as partículas temporais (que também marcam modalidade) finalizam (ou abrem) o cenário temporal da cláusula. Depois, considerando que a outra forma de tornar uma cláusula finita nas línguas do mundo, como Halliday (2014) argumenta, é através da modalidade, levantei a hipótese de que possa existir um Finito modal na língua em questão. O Finito seria assim modal e não temporal.

Mas segundo Carvalho (2013), marcadores de modalidade do Mbyá fazem parte da classe das partículas e não dos verbos, de forma que não há evidências de que os verbos marquem modalidade (e possam se tornar finitos por isso). E o Finito, como a LSF pensou, é um verbo, não uma partícula.

De modo que seria forçoso chamar estas partículas de finitos. Não há evidências nos trabalhos pesquisados sobre a existência de um verbo finito nos termos que a LSF concebe para o Guarani.

A minha hipótese difere da análise de Dooley (2006) de que existe finito na língua. O autor não argumenta para embasar a questão, nem revela de qual concepção de finito ele parte (ou seja, seu enquadramento teórico).

As partículas modais-temporais cumprem um papel importante na língua, qual seja, a de formar um tempo primário ou secundário nas cláusulas. Por esta característica, eu as categorizei como Marcadores de Tempo Primário ou Secundário (MTP e MTS, respectivamente).

Em relação ao significado experiencial dos grupos nominais, a argumentação sobre tempo e modalidade de Carvalho (2013), que apresento a seguir, foi fundamental para a análise dos Epítetos Experienciais. Segundo o autor:

“Os dados analisados fundamentam a ideia de que o que a noção de tempo é expressa em combinação com a noção de modalidade epistêmica, ambas fundadas em realidades vividas. Vimos que a noção de passado é muito importante, assim como a distinção entre passado recente e remoto. Por outro lado, a noção de futuridade se confunde com a noção de algo hipotético, irrealis, e não de tempo como em línguas como o Francês.

“Por outro lado, não há marcas nas palavras que constituem núcleos de predicados que expressam tempo seja presente, passado ou futuro. A noção de passado associa-se, como mostramos, a partículas epistêmicas. Estas são marcas sintáticas que operam sobre predicados. São recorrentes em relatos, pois têm como função distinguir o recente, atestado ou não atestado, do remoto atestado ou não atestado, e estes do tempo mítico (não testemunhado, mas histórico) (Carvalho, 2013, p. 117)

Se os marcadores de passado se expressam simultaneamente em combinação com a modalidade epistêmica, ou seja, se na língua Guarani, por exemplo, algo é visto, é necessário se ter em conta que alguém viu algo (no passado), o passado expressa algum nível da experiência do falante que deve ser considerada como sendo ou não atestada. Desta forma, os marcadores de passado foram analisados como Epítetos Experienciais por denotarem a qualidade da evidência, a qualidade de algo atestado por alguém.

E se, ao mesmo tempo, os marcadores de futuro são *irrealis*, eles expressam a ideação dos falantes de que “algo se projeta para o futuro”. Deste modo, os marcadores de futuro foram analisados como Epítetos Experienciais por expressarem a qualidade de que “algo se projeta para o futuro”. Não se trata de Epítetos Interpessoais, pois o caráter *irrealis* do futuro é compartilhado pela comunidade linguística em questão.

Algumas das conclusões que o autor chega são as seguintes:

“Embora Mbyá considere o tempo cronológico, entre o agora, o antes e o depois, o que conta mesmo com respeito ao passado e ao presente é o fato de que ambos são do escopo da certeza, daí porque marcar o que é

reportado para passado é de sua importância para os Mbyá (Tambeopé). Entretanto, o tempo passado não é um mero tempo verbal, opera sobre tipos diferentes de pedicações e se associa às noções de atestado ou não pelo falante (atestado por outro).

“O depois do agora é visto como irrealis, como hipótese, daí tudo o que é identificado como tendo seu término em um tempo coincidente com o término do que está acontecendo, ou seja, no T0, entra no escopo da modalidade deônica ou empática.” (CARVALHO, 2013, p. 124-125).

O que, do meu ponto de vista, corrobora a hipótese de que os marcadores temporais do Guarani expressam qualidades, a saber, (i) ter sido ou não atestado, (ii) se projetar para o futuro (algo que não está simplesmente dado como em português). Ainda para corroborar minha última cogitação: “O projetivo rã projeta um evento para adiante no tempo. Configura-se como hipótese e é independente do desejo do sujeito.” (CARVALHO, 2013, p. 104).

Ademais, a distinção que Halliday (2014) faz entre os tipos de expansão que contam ou não com um elemento finito pode ser relativizada, se se considera a inexistência do Finito tal como postulado para o inglês em Guarani Mbyá.

Assim como outras línguas Tupi, o Guarani Mbyá apresenta uma série de prefixos relacionais. O prefixo relacional *-t* foi analisado como um Dêitico Possessivo Não-Específico com base na descrição de Martins (2003):

“O prefixo {t-} codifica a 3a pessoa não especificada, ou a “posse absoluta”. Segundo Seiler (1983 apud Velázquez-Castillo, 1993), esse tipo de prefixo pode ser entendido como um “desrelacionador”, usado nas línguas para transformar termos inherentemente relacionais em não relacionais. (p. 41).

Levantei a hipótese de que tanto no nomes quanto nos verbos estes prefixos cumprem um papel dêitico, pois marcam um ponto de referência exterior ao discurso através das pessoas que estão codificando. Deste modo, são, no geral, específicos, por se referirem a uma pessoa determinada. Na hipótese que esbocei, este não é o caso apenas do prefixo relacional *t-*, que marca uma entidade inespecífica. Todos são marcadores de posse, algo que a literatura já investigou (ver Martins [2003], Cardoso [2008]), por isso classifiquei-os como dêiticos possessivos.

Quanto ao prefixo relacional *-r*, o interprei ao longo da análise como um Dêitico Possessivo Específico, por estar evidente que pessoa está codificando através da relação de posse, ainda de acordo com a análise de Martins (idem):

“Esses prefixos ocorrem em construções possessivas identificando o elemento possuído, sempre que o possuidor, que pode ser tanto um pronome clítico quanto um *nomina*, vier imediatamente expresso na locução” (p. 39).

Também interpretei o morfema relacional *-o* como um Dêitico Possessivo Específico, desta vez por marcar a terceira pessoa fora do discurso, como segue citação de Martins (idem): “Há ainda um outro prefixo de terceira pessoa, que pode ser incluído entre os relacionais {o-}: o-= ng-- gu- “3a pessoa reflexiva”, que assinala um possuidor correferente ao sujeito da oração.”(p. 42).

Quanta à análise dos grupos nominais, procurei me manter atento ao Contexto de Cultura e sua já citada grande religiosidade. Pode-se estranhar que eu tenha classificado componentes como “serva” e “beija-flor” como Classificadores ou Epítetos Experienciais, ou seja, ajudando a definir a Coisa que quase todas as vezes é Nhanderu. No entanto, a religiosidade Guarani defende que Nhanderu está em toda a criação, ele se desdobra em sua própria criação; é parte de sua própria criação e todas as coisas têm uma essência divina. Segue trecho de um canto mítico Guarani:

Havendo-se erguido
da sabedoria contida em sua própria divindade
e em virtude de sua sabedoria criadora,
pariu a essência da palavra-alma
que viria a expressar-se: humano;
da sabedoria contida em sua própria divindade
e em virtude de sua sabedoria criadora,
criou nosso Pai o fundamento da linhagem-linguagem humana
e fez que se pronunciasse como parte de sua própria divindade.

Antes de existir a Terra, em meio à Noite Primeira,
antes de ter-se conhecimento das coisas,
criou o fundamento da linhagem-linguagem humana
que viria tornar-se alma-palavra.

E fez o Grande Espírito que se formara parte e Todo. (JEKUPÉ, 2001, p. 42, grifos meus)

Para o pensamento Guarani, ser, palavra e alma estão interligadas em sentido divino. A própria linguagem tem uma significação divina. O mundo manifesto tem uma essência divina: “O ser fundamenta-se no fato de ter sido desdobrado de nosso **Pai Primeiro**, o ser fez-se parte da divindade primeira como **medula, palavra-alma, da coluna do Criador**” (p. 56, grifos meus).

Não pretendo com isso argumentar em sentido filosófico ou teológico. Mas foi a partir da minha sensibilidade a respeito do que li sobre a religiosidade Guarani que comprehendi que as coisas criadas neste relato mítico, estão, num plano ontológico, ligadas, intimamente, ao espiritual. Tomei a decisão de fazer este trabalho respeitando o que entendi por Contexto de Cultura Guarani.

CAPÍTULO IV: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados a seguir foram coletados na dissertação de Carvalho (2013) já glosados e traduzidos. Trata-se de um texto-registro que faz parte do gênero Relato Mítico, que podemos entender como um micro-gênero do macro-gênero Histórias Coletivas (MARTIN; ROSE, 2008). É uma narrativa Guarani sobre a origem do Sol e da Lua. Os elementos do Contexto de Situação que pude recuperar a partir de Carvalho (2013) são os de que, os fragmentos que formam este relato mítico foram coletados: (i) entre as pessoas mais velhas das comunidades Guarani Mbyá do estado do Espírito Santo; (ii) dentre estes, o que praticam a religiosidade tradicional Guarani. As minhas descrições estão na segunda linha de cada tabela. Não pude descrever a partir das variantes do modelo de contexto da LSF por que não encontrei informação contextual suficiente.

- 1) Análise dos Sistemas de Taxe e Expansão, junto com a análise dos Grupos Nominais a partir do significado experencial

1)	Nhanderu tenonde ma dje ywy ombodjera ma wy								
	D. N-S.	D. Poss.	D. Poss. N-E.			Class.	D. Poss .E.		
	nhande-	r-u	t-enonde	ma	dje	ywy	o-mbo-djera	ma	wy
	1 incl	R ¹ -pai	R ⁴ -frente	MD	Report	terra	3-caus-criar	MD	prog
	Nosso pai superior, contam, ao criar terra								

Interpretei ao longo da análise a primeira pessoa inclusiva como um Dêitico Não- Singular pelo fato da marcação de pessoa possivelmente marcar dêixis; o mesmo valeu para a marcação de outras pessoas. *-u* (Pai) é o centro do grupo nominal (Coisa). Há ainda *ywy* (terra), que interprei como Classificador por estar delimitando o conjunto de coisas criadas por *-u*.

1 1 (Apri. Para. de Tempo)

2)	oiko raka'e, oiko ranhe raka'e, apy ko aŷ,							
	Coisa/ E. E.	E. E.	Coisa/ E. E.	N. O.	E. E.	D. Dem. E.	D. Dem. E.	
	o-iko	raka'e	o-iko	ranhe	raka'e	apy	ko	aŷ
	3-existir	pass.rem	3-existir	primeiro	pass.rem	aqui	nesta(terra)	atual
	ele vivia antigamente,vivia primeiro antigamente, aqui nesta (terra) atual							

O texto segue com uma cláusula independente que classifiquei com um Aprimoramento, por trazer informação circunstancial à primeira cláusula, e de Tempo, por delimitar uma região temporal para

os fatos. Tanto os marcadores de passado quanto os marcadores de futuro, por marcarem modalidade epistêmica e modo irrealis, respectivamente, como argumentei na sessão anterior, foram interpretados como Epítetos Experienciais. –o codifica a terceira pessoa do singular, e o verbo –iko foi interpretado como um Epíteto Experencial, em primeiro lugar, porque Halliday (2014) argumenta que verbos também podem ser Epítetos, e no caso do verbo em questão, expressa a qualidade de existir. Em segundo lugar, o Mbyá é classificado por Martins (2003) como uma língua verbo-adjetiva, ou seja, aquele tipo de língua em que a classe dos adjetivos encontra dificuldades para ser reconhecida por procedimentos morfossintáticos, e a função adjetiva é desempenhada por componentes identificados morfossintaticamente como verbos.

Tanto *apy* (aqui) quanto *ko* (nesta) foram interpretados como Dêiticos Demonstrativos Específicos, por não se referirem a pessoas, mas a locais fora do discurso.

2 1 (Aprim. Para. de Lugar Concreto)

3)	apy nhande, aŷ djaiko awã py,					
	D. Dem . E.	D. N-S.		D. N-S./ E. E.		
	apy	nhande	aŷ	dja-iko	awã	py
	aqui	1 incl	atual	1 incl-existir	fnl	loc
	aqui onde nós passamos a viver					

A terceira cláusula do texto também é independente, e também é um Aprimoramento, desta vez por trazer significado circunstancial sobre o local em que o locutor passou a viver. –iko cumpre a função de Epíteto Experiencial.

2 α (Exte. Hipo. de Adição Positiva)

4)	kowa'e ywy re ombodjera ma oikowy,							
	D. Dem. E.		Class . .	D. E. Poss.	Coisa/ E. E.		Coisa/ E. E.	
	ko	wa'e	ywy	r-e	o-mbo-djera	ma	o-iko	wy
	esta(nesta)	NP	terra	R ^{1-rel}	3-caus-criar	MD	3-existir	Prog
	esta terra que ele foi gerando							

Tratei 4 como Extensão por agregar significado não contido na cláusula anterior, do tipo Adição-Positiva, por seu modo de adicionar significado não realizar ressalvas sobre os significados contidos em 3. Em 4, *wa'e* é a marca formal da relação de dependência que tal cláusula estabelece com a cláusula seguinte, descrita por Martins (idem) como um elemento muito produtivo de relativização da língua, e que se distingue de outras línguas Tupi-Guarani por sua grande flexibilidade sintática. O prefixo relacional –o está codificando o sujeito (Coisa), centro do grupo nominal. –djera (criar) foi interpretado como Epíteto Experiencial, em parte pelos mesmos motivos apresentados para 2.

β 1 (Elab. Para. de Exposição)

5)	a'ewy ma dje ombodjera ywy,				
				Coisa/ E. E.	E. E.
	a'ewy	ma	dje	o-mbo-djera	ywy
	então	MD	report	3-caus-criar	terra
	nisso, contam, ele gerou a terra				

5 cumpre uma função parecida com 1, no sentido de ser uma cláusula de Exposição. Mantém uma

relação de dependência com a cláusula anterior, e é livre formalmente em relação à cláusula seguinte (por ser um texto, todas as cláusulas mantêm uma relação de dependência semântica cruzada entre si). Está cumprindo a função de elaborar a cláusula antecessora. – *o* está codificando o sujeito (que cumpre a função de centro do grupo nominal).

2 1 (Elab. Para. de Esclarecimento)

6a)	dje a'e ogwerekō raka'e peteī embigwai rā'i,			
	D. De m. E.	Coisa/ E. E.		
	Dje	a'e	ogu-er-eko	
	report	3	3-caus.c.-existir	

	E. E.	N. O.	Class.	E. E.
6b)	raka'e	peteī	embigwai	rā-'i
	pass.rem	um	servo	proj-aten
Contam, que ele ia ter (tinha) com ele, antigamente, uma futura serva				

6 é livre formalmente em relação às cláusulas do entorno. Também é uma Elaboração, porque está adicionando significado em relação à cláusula antecessora. Esclarece que –*o* também tinha uma serva, adiciona esta informação ao mesmo tempo em que esclarece que tipo de relação semântica se estabelece entre a cláusula anterior e esta. *peteī* é uma Numerativo Ordenativo. *Embigwai* é um Classificador porque delimita que tipo de ente –*o* tinha consigo. –*o* cumpre a função de ser o centro do grupo nominal.

2 α (Aprim. Hipo. C. A de Causa-Propósito)

7)	ka'ay oitykua wa'erā,			
	Class.	Coisa/ E. E.		E. E.
	ka'a-y	o-itykua	wa'e	Rā
	mate-liq.	3-preparar (chá)	NP	proj
	futura preparadora de chimarrão			

A cláusula em 7 é um Aprimoramento porque trás significado circunstancial para 6 (uma serva, que seria preparadora de chá). É formalmente livre em relação à cláusula anterior e mantém uma relação de dependência formal em relação a 8, expressa pelo relativizador *wa'e*. –*o* mais uma vez cumpre a função de codificar o sujeito (que é o centro do grupo nominal). *ka'a-y* delimita que tipo de chá a serva prepara, portanto é um Classificador. Em 7, vemos mais uma vez um verbo (*itykua*) cumprir a função de Epíteto Experencial.

β 1 (Aprim. Para. De Tempo)

8a)	a'ewy ma, ywy ombodjera oikowy adja, a'ewy ombodjera,			
		Class.	Coisa/ E. E	Coisa/ E. E.
	a'ewy	ma	ywy	o-mbo-djera
	Então	MD	terra	3-caus-criar
				3-existir

8b)				Coisa/ E. E.
	wy	adja	a'ewy	o-mbo-djera
	prog	durante	então	3-caus-criar
	então, durante esse tempo que gerou a terra, então a gerou			

A cláusula em 8 é dependente em relação à 7 por questões formais expressas após 7. É livre em

relação à cláusula seguinte. *ywy* cumpre mais uma vez a função de Classificador, pois está implicando que foi *nesta terra* que a gerou, delimitando o cenário espaço-temporal em que atua a Coisa. Verbos mais uma vez cumprem a função de Epítetos Experienciais. É um Aprimoramento de Tempo porque está adicionando significado temporal circunstancial.

2 α (Exte. Hipo. de Adição Adversativa)

9a)	ywy omboai’i oikowy wa’erā ombodjera raka’e tatu worita”i					
	Class.	Coisa/ E. E.		Coisa/ E. E.		E. E.
	ywy	o-mbo-ai-’i		o-iko	wy	wa’e
	Terra	3-caus-corromper-aten		3-existir	prog	NP
						proj

	Coisa/ E. E.	E. E.	Class.	E. E.
9b)	o-mbo-djera	raka’e	tatu	worita-’i
	3-caus-criar	pass.rem	tatu	bolinha-aten
para corromper a terra (ia criar), naquele tempo, tatu bolinhazinha				

Em 9, -o está novamente codificando o sujeito (que é o centro do grupo nominal). *Tatu* é um Classificador, pois delimita a criação de -o, e tem como Epíteto Experiencial *worita*.-o cumpre mais uma vez a função de coisa, sendo anáfora de *Nhanderu*. Trata-se de uma Extensão porque se está adicionando significado não dado em relação à cláusula antecessora, e não reelaborando-a. É formalmente dominante em relação à cláusula seguinte por conta da atuação do relativizador *wa’e*. Outra vez, verbos e marcadores de modalidade epistêmica são Epítetos Experienciais. É uma Extensão do tipo Adição-Adversativa pelo sentido que *ai* (corromper) fornece à cláusula.

β 1 (Elab. Para. de Esclarecimento)

10)	(e’ia rami),txingyre’i			
	Coisa			
	e’i	a	rami	txingyre-’i
	dizer	?	comp	tatu-aten
	como dizem, txingyre’i (tatuinho)			

10 é formalmente dependente em relação à cláusula anterior, por motivos já expressos, e é formalmente livre em relação à cláusula seguinte. É uma Elaboração porque está apenas descrevendo como chamam o tatu, de Esclarecimento por trazer “como dizem” (chamam) o tatu.

2 1 (Exte. Para. de Variação – Substituidor)

11a)	nhande aŷ guigwa kuéry kyr̄igwewe dja ndoikuawai marami pa,						
	Coisa			E. I.	N. N-S.	Class.	
	nhande	aŷ	gui	gwa	kuéry	kyringwe-	we
	1incl	atual	abl	pert	col	crianças	dja (empr.P.)
						adit	já

	D. Poss. E.					
11b)	nd-	o-ikuuai	we-i	marami	pa	
	neg	3-saber	adit-neg	como	desc	
nós que vivemos hoje, os mais novos já não sabemos como as coisas são						

Em 11, a primeira pessoa inclusiva desempenha a função de Coisa. É dependente em relação à cláusula anterior por motivos já expressos. É formalmente livre em relação à cláusula seguinte. *Kuéry* cumpre a função de um Numerativo Não-Singular. *kyringwe-* é um Classificador pois está delimitando

quem dentre “nós” não sabe. *-o* está codificando a pessoa que possui “o não saber”. É uma Extensão de tipo Variação-Substituidor, pois a relação semântica que estabelece com a cláusula antecessora é de acréscimo e mudança do que já sabíamos sobre a criação da terra (em termos parafrásicos “nós já não sabemos”).

2 1 (Elab. Para. de Esclarecimento)

12)	mba'ewa'e pe pa tx̄gyre'i,			
	D. N-E.			Coisa
	mba'ewa'e	pe	pa	tx̄gyre-'i
	o que	dat	desc	tatu-aten
	o que é tatuinho,			

12 é formalmente livre em relação às cláusulas ao seu redor. É uma Elaboração poque reitera o que já sabemos (ou em termos parafrásicos, “já não sabemos”) sobre a Coisa.

2 α (Aprim. Hipo. C. A. de Maneira-Qualidade)

13)	pawē gui kyrīwe'i wa'e a'e wa'e ma (expl do narrador)						
	Class.		E. I.			Coisa	
	pawē	gui	kyrī-	we-'i	wa'e	a'e	wa'e
	todos	abl	pequeno-	adit-aten	NP	esse	NP
	mais pequeno de todos, esse que...						

13 é formalmente livre em relação à cláusula antecessora e formalmente dominante em relação à cláusula seguinte (relação mais uma vez expressa pelo relativizador *wa'e*). É um Aprimoramento Hipotático, o que o faz ter a função de Cláusula Adverbial em relação à cláusula antecessora. Tal relação se produz porque está funcionando como um modificador (“mais pequeno de todos, deste que é o tatu”) da cláusula antecessora. Modifica a qualidade do tatu da cláusula antecessora, por isso é do tipo Maneira-Qualidade. *A'e* cumpre a função de centro do grupo nominal, que tem por Classificador *pawē*.

β α (Aprim. Hipo. de Tempo)

14)	nhanderu ombodjera raka'e ywyomboai'i wa'erā (expl do narrador)						
	Coisa	Coisa	Coisa/ E. E.	E. E.	E. E.	Coisa/ E. E.	E. E.
	Nhande	r-u	o-mbo-djera	raka'e	ywy	o-mboai'-i	wa'e
	1incl	R ¹ -pai	3-caus-criar	pass.rem	terra	3-corromper-aten	NP
	nosso pai gerou antigamente o que ia corromper a terra						

Em 14., *Nhande* é parte da Coisa, que tem como outra parte *-u* (pai). Ambos os prefixos relacionais cumprem a função de marcar o possuidor que também é a Coisa. É uma cláusula dominada em relação à cláusula antecessora, e dominante em relação à cláusula sucessora (relação expressa por *wa'e*). Aprimoramento de Tempo (que trás informação circunstancial sobre o tempo em que “Nosso Pai gerou”).

β 1 (Exte. Para. de Adição-Positiva)

15)	a'egui ombodjera raka'e yary awi,					
	D. Dem . E.		Coisa/ E. E.	E. E.	Class.	
	a'e	gui	o-mbo-djera	raka'e	yary	awi
	esse	abl	3-caus-criar	pass-rem	cedro	também

depois, gerou, antigamente, também o cedro

15 é uma cláusula dominada por motivos já expressos. Em relação à cláusula seguinte é formalmente livre. Trata-se de uma Extensão, pois trás mais informação sobre o que *Nhanderu* gerou (*yary*). *Yary* delimita o que *Nhanderu* gerou e é o Classificador. *A'e* está mais uma vez cumprindo o papel de Dêitico Demonstrativo Específico. A codificação de pessoa por *-o* deixa mais uma vez este prefixo relacional na função de Coisa. O marcador de modalidade epistêmica *raka'e* foi novamente classificado por mim como Epíteto Experiencial. É uma Extensão do tipo Adição-Positiva por incluir um novo elemento ao que já sabemos (*yary*).

2 1 (Exte. Para. de Adição-Positiva)

16)	ywyra gui ma yary ranhe ombodjera raka'e						
	Class.		E. E.	N. O.	Coisa/ E. E;	E. E.	
	ywyra	gui	ma	yary	ranhe	o-mbo-djera	raka'e
	árvore	abl	MD	cedro	primeiro	3-caus-criar	pass.rem
	das arvores, antigamente, ele gerou primeiro o cedro						

16 é formalmente livre em relação às cláusulas ao seu redor. Trata-se de uma Extensão porque está acrescentando novo significado sobre o *yary*; está dizendo que ele veio primeiro. Do modo com que está acrescentando está informação se trata de uma Extensão do tipo Adição-Positiva. Aqui, o prefixo relacional, que codifica a pessoa, está mais uma vez desempenhando a função de Coisa. *Ywyra* é um Classificador que tem *yary* por Epíteto Experiencial.

2 α (Aprim. Hipo. de Esclarecimento)

17a)	a'ewa'e aedjawí'i ma nhaneramoi kuéry yma rupi, yma guive omobe'u wy						
	D. Dem. E.		E. E.		Class.	D. Poss. E./ Coisa	Class.
	a'e	wa'e	aedjawí'-i	ma	nhané-	r-amō ⁱ	kuéry
	esse	NP	todos-aten	MD	1incl-	R ¹ -avô	col

17b)	yma	r-upi	yma	gui	we	o-mo-bem'u	wy
	E. E.	D. Poss. E.	E. E.			D. Poss. E.	
	antig	R ¹ -pelo	antig	abl	adit	3-caus-contar	prog
	isso tudo nossos avôs desde antigamente falava						

17 é formalmente livre em relação à cláusula antecessora. Mantém uma relação de dominância em relação à cláusula seguinte (expressa mais uma vez por *wa'e*). Novamente, aqui os prefixos relacionais codificam a pessoa. *nhané-* e *kuéry* são Classificadores. *Amō* é o centro do grupo nominal. O prefixo relacional *-r* é um dêitico da Coisa.

α β (Exte. Hipo. de Adição-Positiva)

18a)	ma ombodjera awi raka'e pyáwy omonhendu wa'erā ma,				
		Coisa/ E. E.		E. E.	
	Ma	o-mbo-djera	awi	raka'e	
	MD	3-caus-criar	também	pass.rem	

18b)	pyáwy	o-mo-nhendu	wa'e	rā	Ma
	E. E.	D. De. E/ Coisa		E. E.	
	de.noite	3-caus-sonido	NP	proj	MD
	ai gerou também para anunciar a noite				

Esta cláusula mantém relações de dependência cruzada em relação às cláusulas ao redor (relações estabelecidas por *wa'e*). O sujeito, que é codificado pelo prefixo relacional *-o*, é deixado implícito na tradução para o português. Cumpre a função de Coisa. *Pyáwy* é um Epíteto Experiencial porque delimita uma qualidade de *Nhanderu* (“criador da noite”). É uma Extensão de Adição-Positiva porque agrupa novas informações ao texto.

β 1 (Aprim. Para.. de Tempo)

19)	ombodjera raka' e retxútxa,		
	Coisa/ E. E.	E. E.	Class.
	o-mbo-djera	raka' e	retxútxa (empr.E.)
	3-caus-criar	pass.rem	coruja
	gerou antigamente a coruja		

19 é um Aprimoramento Paratático de Tempo, trás significado circunstancial sobre quando se gerou *retxútxa*. É dominada formalmente em relação à cláusula anterior e livre em relação à sucessora. Aqui o prefixo relacional –o cumpre o papel de Coisa. A coruja é um Classificador (delimita a criação de *Nhanderu*).

2 1 (Elab. Para. de Exposição)

20)	retxútxa awi ombodjera raka'e retxútxa'i,				
			Coisa/ E. E.	E. E.	Class.
retxútxa	awi	o-mbo-djera	raka'e	retxútxa'-i	
coruja	também	3-caus-criar	pass.rem	coruja-aten	
também ele gerou antigamente a coruja, a corujinha					

20 é livre formalmente em relação às cláusulas ao redor. É uma Elaboração, pois reitera o que *Nhanderu* criou. É uma Elaboração do tipo Exposição porque relata a criação de *Nhanderu*. O prefixo codifica a pessoa que é o centro do grupo nominal. Aqui, mais uma vez, *retxúútxa-*'i é um Classificador pelos motivos já expostos.

2.1 (Exte. Para. De Variacão-Substituidor)

21 é formalmente livre. É uma Extensão do tipo Variador-Substituidor porque vai servir para acrescentar novos significados nas cláusulas seguintes. O prefixo relacional –*o* cumpre a função de Coisa. *A* 'e é um Dêitico Demonstrativo Específico.

2 1 (Aprim. Para. de Causa-Efeito)

22 também é formalmente livre. É um Aprimoramento de Causa-Efeito porque trás significado circunstancial, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação de causa e consequência com a cláusula anterior (“estava gerando a terra para trazer estas coisas de cima”). Cumpre a função de centro do grupo nominal. *Ko* é um Dêitico Demonstrativo Específico. O grupo nominal tem por Classificador *mba’ma* (coisas que Nhanderu criou), que tem por Epítetos Experiencias *ywa* e *pyte*.

2 α (Exte. Hipo. de Adição-Positiva)

23)	ogweru mba’emo’i nhaderu pe warā wa’e ma								
	Coisa	Class.	D. N-S.	D. Poss. E./Coisa			E. E.		
	o-gwer-u	mba’emo’i	nhande-	r-u	pe	wa	rā	wa’e	Ma
	3-caus.c.-trazer	coisas-aten	1incl-	R ¹ -pai	dat	fnl	proj	NP	MD
	e para trazer as coisinhas								

Em 23 as pessoas codificadas pelos prefixos relacionais são o centro do grupo nominal (*o-*, que estabelece concordância com *-u*) e dêitico (*r-*, que marca a possessão de *-u*). Outro centro do grupo nominal, que é referenciado por *o-*, é *-u*. O marcador de modalidade epistêmica *rā* foi novamente tratado como Epíteto Experiencial. A cláusula expressa uma relação de dominância em relação à cláusula seguinte (*wa’e*). É uma Extensão porque agrupa novas informações em relação à cláusula anterior (que era para “trazer as coisas para Deus”, de modo que também é do tipo Adição-Positiva).

β 1 (Exte. Para. de Causa-Propósito)

24a)	maino’i raka’e ombodjera raka’e (maino”i ma ogweru raka’e)			
	Class.	E. E.	Coisa/ E.E.	E. E.
	maino’i	raka’e	o-mbo-djera	raka’e
	beija-flor	pass-rem	3-caus-criar	pass.rem

24b)	Class.	Coisa	E. E.
	maino”i	ma	o-gwer-u
	beija-flor	MD	3-caus.c.-trazer
ele gerou beija-flor, antigamente, gerou beija-flor para trazer			

24 é dominada em relação à cláusula anterior (*wa’e*). Tem como sujeito e centro do grupo nominal a pessoa codificada pelo morfema relacional *-o* (terceira pessoa do singular). É formalmente livre em relação à cláusula posterior. Tem como Classificador *maino’i* (delimita a criação de *Nhanderu*). É uma Extensão do tipo Causa-Propósito porque especifica que gerou *maino’i* “para trazer”, estabelecendo causalidade, adicionando significado.

2 1 (Aprim. Para. de Causa-Razão)

25)	amaraywi nhanderu okaru oikowy awā						
		D. N-S.	D. Poss. E./ Coisa	Coisa	Coisa./ E. E		
	amaraywi	nhande-	r-u	o-karu	o-iko	wy	awā
	?	1incl-	R ¹ -pai	3-comer	3-existir	prog	fnl
	 para Deus ficar se alimentando					

25 é formalmente livre em relação às cláusulas ao redor. Trata-se de um Aprimoramento do tipo Causa-Razão, pois trás significado circunstancial em relação à cláusula anterior (para Nhanderu se alimentar), apontando um propósito. Aqui, mais uma vez, os prefixos reacionais estão codicando as

pessoas; o prefixo relacional *-r* codifica uma pessoa correferente ao elemento nominal citado, e é o centro do grupo nominal. O verbo *-iko* é um Epíteto Experiencial da Coisa.

2 1 (Elabo. Para. de Esclarecimento)

26)	mba'emo o'u oikowy awā, a'ewy (...ma)						
	Class.	Coisa	Coisa/ E. E.				
	mba'emo	o-'u	o-iko	wy	awā	a'ewy	ma
	coisas	3-ingrir	3-existir	prog	fnl	então	MD
para ficar se alimentando das coisas, então,							

26 é formalmente livre. O prefixo relacional *-o* codifica um sujeito que cumpre o papel de Coisa. *Mba'emo* é um Classificador porque delimita que Nhanderu estava se alimentando.

2 1 (Exte. Para. de Causa-Propósito)

27)	ombodjerapa ma ywy (ywy) odjapopa ma wy ma a'e							
	Coisa		Class.	Coisa				Cois a
	o-mbo-djera-pa	ma	ywy	o-djapo-pa	ma	wy	ma	a'e
	3-caus-criar-compl	MD	terra	3-fazer-compl	MD	abl	MD	3
ele terminou de criar a terra, depois que terminou de fazer, ele...								

Em 27 a Coisa está expressa por *a'e* (e que poderia ser um dêitico) e sendo codificada segundo a hierarquia de pessoa da língua por *-o*, que também poderia cumprir a função de gerar dêixis, mas foi classificado como Coisa por retomar o centro do grupo nominal. *Ymy* é um Classificador pois delimita o que *Nhanderu* criou. É uma Extensão porque acrescenta que Nhanderu terminou de criar a terra, e de Causa-Próposito, pois forma o ponto textual em que, por reiteração de Nhanderu, vai ser introduzido o elemento de “desafiar a vida”.

2 1 (Aprim. Para. de Causa-Razão)

28a)	e'ia rami tekoatxy...oa'ã wy wi ae ma raka'e (expl. do narrador)					
	D. Dem. E	D. Poss. N-E.		Coisa		
	e'i	a-rami	t-eko-	atxy	o-a'ã	Wy
	dizer	esse-comp	R ⁴ -existir-	dor	3-testar	Prog

28b)	Wi	ae	ma	raka'e		
				E. E.		
	também	enf	MD	pass.rem		
como dizem, antigamente também era para desafiar a vida mortal mesmo...						

28 é formalmente livre em relação à cláusula antecessora e sucessora. A funciona como um Dêitico Demonstrativo Específico. O prefixo relacional *-t* é mais uma vez um Dêitico Possessivo Não-Específico. É um Aprimoranto porque trás significado circunstancial (que “criou a terra para desafiar a vida mortal”), e de Causa-Razão, pois estabelece um paralelo de volição em relação à postura do que foi criado.

1 α (Extensão. Hipo. de Condição-Negativa)

29a)	peteī kunhatā'i i wa'e ka'ay oitykua oikowy wa'erā'i re					
	N. O,	Class.		E.E.		
	peteī	kunhatā'i -i	wa'e	ka'ay		
	um	moça-aten	NP	chimarrão		
29b)	o-itykua o-iko wy wa'e rā'-i r-e					

	Coisa/ E. E.	Coisa/ E. E.		E. E.	D. Poss, E.
	3-preparar (chá)	3-existir	prog	NP	proj-aten
em uma moça futura preparadora de chimarrão					

29 é formamente livre em relação à cláusula antecessora e dominante com relação à cláusula seguinte (dominância mais uma vez expressa por *wa'e*). É uma Extensão por que introduz novos elementos sobre a *kunhatāi*, já citada no texto, e estabelece uma relação semântica de Condição-Negativa por que era “pra desafiar a vida numa moça futura preparadora de chá”, ou seja, introduz um condicionamento negativo para o fato de ter criado *ywy* e a *kunhatāi*.

β 1 (Aprim. Para. de Causa-Resultado)

30)	ta'y ryru oikowy ra'e				
	D. Poss. N-E	D. Poss. E.		Coisa/ E. E.	E. E.
	t-a'y	r-ryru		o-iko	wy
	R ⁴ -filho	R ¹ -conceptáculo		3-existir	prog
ele tinha gerado um filho					

Em 30, o prefixo relacional *-o* codifica a terceira pessoa, que é reiteração de *Nhanderu*, e é o centro do grupo nominal. *Ra'e* é um marcador de modalidade epistêmica e, portanto, Epíteto Experiencial. Trata-se de um Aprimoramento, pois trás mais circunstâncias para a criação, de Causa-Resultado, pois estabelece uma relação de finalidade, finalidade esta que foi ter gerado um *a'y*. É formalmente dependente em relação à 29.

2 1 (Exte. Para. de Adição-Negativa)

31)	aŷ tekoatxy rami e'ŷ ta wy (expl. do narrador)						
		D. Poss. N- E/ Coisa	Clas s.				
	aŷ	t-eko-	atxy	rami	e'ŷ	ta	wy
	atual	R ⁴ -existir-	dor	comp	neg	pont	prog
mas não é como a vida imperfeita atual							

Em 31, o prefixo *t-* codifica o possuidor não especificado. É uma Extensão, pois agraga que “não é como nossa vida imperfeita atual”, estabelecendo uma relação de perfeição-imperfeição entre a vida antes e a vida agora, portanto do tipo Adição-Negativa (a vida perfeita é subträida). *Eko* é o centro do grupo nominal.

2 1 (Elab. Para. de Esclarecimento)

32)	aŷ nhande kuéry tekoatxy rami e'ŷ (expl. do narrador)						
	E. E.	D. N-S.	N. N- S.	D. Poss. N- E./ Coisa	Class.		
	aŷ	nhande	kuéry	t-eko-	atxy	Rami	e'ŷ
	atual	1incl	col	R ⁴ -existir-	dor	Comp	neg
não é como a nossa vida imperfeita da atual							

32 é livre em relação às cláusulas ao redor. É uma Elaboração de Esclarecimento pois reitera que “não é como a nossa vida atual”. *Nhande* e *kuéry* são Dêitico e Numerativo Não-Singulares. O verbo *-eko-* atua como centro do grupo nominal (é traduzido para o português como vida). *Atxy* é um Classificador, pois delimita que vida é (uma vida imperfeita) e *aŷ* é um Epíteto Experiencial desse Classificador.

2 1 (Exte. Para. de Tempo)

33a)	oikuua awā marami pa tenondewe re (tenonde re) (expl. do narrador)			
	Coisa			
	o-ikuua	awā	marami	Pa
	3-saber	fnl	Como	Desc

33b)	t-enonde	we	r-e	t-enonde	r-e
	D. Poss. N-E.		D. Poss. E.	D. N-E./ Coisa	D. Poss. E
	R ⁴ -frente	adit	R ¹ -rel	R ⁴ -frente	R ¹ -rel
para ele saber mais adiante como é					

Em 33, o prefixo relacional *o-* que codifica a terceira pessoa reitera Nhanderu, que é o centro do grupo nominal. A cláusula é formalmente livre em relação às cláusulas ao redor. É uma Extensão de Tempo, pois por paráfrase, podemos elaborar que é acrescida uma informação, que é “saber mais adiante como as coisas são”.

2 1 (Aprim. Para. de Condição-Positiva)

34)	ko ta'y apyre-pyre'i tadgy apyre-pyre'i kuéry rekorā (expl do narrador)							
	D. Dem.	D. Poss. N-E	E. E.	D. Poss. N-E./ Class	E. E.	N. S.	N-D. Poss. E./ Coisa	E. E.
	ko	t-a'y	apyre-pyre'-i	t-adgy	apyre-pyre'-i	kuéry	r-eko	rā
	esse	R ⁴ -filho	ultimo-red-aten	R ⁴ -filha	ultimo-red-aten	col	R ¹ -existir	proj
a vida futura de todos esses caçulhos e caçulas								

34 é formalmente livre. É um Aprimoramento, pois trás significado circunstancial (“para saber como é a vida futura de todos estes caçulas”), de Condição-Positiva, pois a relação que estabelece que a cláusula anterior é de condicionamento (“para ele saber”). *Ko* atua como Dêitico Demonstrativo Específico e *-eko* é o centro do grupo nominal (Coisa).

2 1 (Elab. Para. de Esclarecimento)

35)	oikuua awā rupi awi ma oikuua woi raka'e a'e (expl do narrador)							
	Coisa		D. Poss. E.		Coisa		E. E.	Coisa
	o-ikuua	awā	r-upi	awi	ma	o-ikuua	woi	raka'e

3-saber fnl R¹-pelo Também MD 3-saber cedo pass.rem 3
ele tinha previsto para compreender também

35 é formalmente livre em relação às cláusulas ao redor. O prefixo *o-* codifica a terceira pessoa, que é o centro do grupo nominal. É uma Elaboração de Esclarecimento porque reitera (“também”) a vida que *Nhanderu* havia previsto para seus filhos.

2 1 (Exte. Para. de Alternância)

36 e 37 são formalmente livres em relação às cláusulas ao redor. 36 é uma Extensão porque trás a voz de *Nhanderu* sobre os fatos, de Alternância, porque coloca na narrativa, significado dito por *Nhanderu*. A primeira pessoa do singular (*txee*) é a Coisa. O marcador de aspecto repetitivo (*dju*) atua como qualidade do que *Nhanderu* faz.

2 1 (Exte. Para. de Condição Positiva)

37a)	ywa pyte py, a'ewy ma txera'y ryru'i ke eraa						
	Clas. s.	E. E.				D. De. E.	D. Poss. E./Class
	ywa	pyte	py	a'ewy	ma	txe	r-a'y
	céu	centro	loc	então	MD	1	R ¹ -filho

	D. Poss. E.		Coisa.
37b)	r-ryu-i	ke	e-ra-a
	R ¹ -conceptáculo-aten	des (preciso)	2-caus.c.-ir
	no centro do céu, então você precisa levar o meu filhinho		

37 é formalmente livre. A segunda pessoa do singular atua como centro do grupo nominal. O prefixo relacional *r-* codifica a pessoa possuidora de *a'y*. É uma Extensão, pois introduz novas informações, de Condição-Positiva (“você precisa”). *Ywy* e *ay* são Classificadores porque delimitam as partes de *Nhanderu*, que é centro da maioria dos grupos nominais do texto analisado até aqui e é o possuidor do filho nesta cláusula.

2 α (Exte. Para. de Lugar Abstrato com Traços Concretos)

38 é formalmente livre em relação à cláusula anterior e formalmente dominante em relação à cláusula sucessora (*ramo* e *wa'e*). É uma Extensão, pois acrescenta informação sobre para onde precisa ser levado o filho de Nhanderu, de Lugar Abstrato com Traços Concretos, pois o mundo ainda estava em formação. Tem dois centros nominais *-ape* e *kunhatāi*.

β 1 (Exte. Hipo. Condição-Positiva)

39)	- a'ewé ri aarā ma, e'i, a'e rami wy								
			Coisa	E. E.			D. De. E.		
	a'ewe	ri	a-a	rā	ma	e'i,	a'e	rami	wy
	anuênciā	se	1-ir	proj	MD	disse	esse	comp	prog
- confirmou (dizendo) está bem, eu irei, depois...									

39 é formalmente dependente em relação à cláusula antecessora e livre com relação à cláusula seguinte. É uma Extensão, pois acrescenta que a entidade “irá depois”, do tipo Condição-Positiva, pois estabelece uma relação causativa. A primeira pessoa do singular é o centro do grupo nominal.

2 1 (Aprim. Hipo. de Causa-Condição: Causa-Efeito)

40)	Nhanderu tape oetxauka agwe rupi oo							
	Coisa	D. Poss. E. /Coisa	D. Poss. N- E.	D. Poss. E.			D. Poss. E.	D. Poss. E.
	Nhande-	r-u	t-ape	o-etxa-	uka	agwe	r-upi	o-o
	1incl	R ¹ -pai	R ⁴ -caminho	3-ver-	c.prep	loc.ref	R ¹ -pelo	3-ir
Deus fez ela ver o caminho pelo qual ela foi								

40 é formalmente livre. É um Aprimoramento, pois trás informação circunstancial sobre o destino de um participante da narrativa, do tipo Causa-Condição: Causa-Efeito, por estabelecer uma relação de causa (que irá depois) condicionada (*Nhanderu* fez ela ver o caminho). *Nhanderu* termina esta parte do texto analisada como centro do grupo nominal (Coisa). Neste último caso, interpretei o prefixo relacional *-o* como marcando que o possuidor de *-etxa* não é *Nhanderu*, portanto, não é o centro do grupo nominal.

2) Análise do Sistema de MODO

41)	Oo wy aipo e'i,			
	Suj. /Pred.		Comp.	Pred.
	o-o	wy	aipo	e'i
	3-ir	prog	ev.son	disse
Já indo ele falou,				

De acordo com Dooley (2006) – *aipo* é uma expressão modal, por este motivo eu a

interpretei como um Complemento. *O-* é o Sujeito pela codificação de pessoa da língua.; *-e'i* foi interpretado como um Predicador por realizar o processo verbal “dizer” (ver distinção de processos do Sistema de Transividade e sua realização como Predicadores do Sistema de MODO das línguas na parte 1 do presente trabalho).

Interpretei Nhanderu como Sujeito, por ser a elemento mais altamente investido de modo modal na cláusula. O prefixo *o-* está codificando a terceira pessoa que também é Nhanedru, –*ape po’i* é o segundo componente mais altamente investido, por isso o classifiquei como Complemento. –*exta* realiza um processo comportamental, portanto é o Predicador. *Raka’e* foi classificado como Marcador de Tempo Primário.

43)	a'egui peteĩ tape gwatxu awi (explicação do narrador)					
	Adj.		Adj.	Suj.	Adj.	
	a'e	gui	peteĩ	t-ape	gwatxu	awi
	esse	abl	um	R ⁴ -caminho	largo	também
	e também, um caminho grande					

Em 43, *-ape* é investido modalmente, e tem responsabilidade modal para ser Sujeito. Não há Predicador.

O prefixo relacional *r-* codifica uma pessoa que pode ser recuperada no contexto do cláusula, mas não está expressa na tradução. Mesmo assim o classifiquei como Sujeito. *-ape* é o segundo maior componente investido modalmente. *Porã* tem um investimento modal periférico.

Em 45, *r-* codifica o Sujeito. *-ape* é novamente Complemento. *-wai* é uma circunstância e, portanto, é um Adjunto.

46)	iporāwa'e rupigwae'ŷ				
	Adj.		Suj.		
	i-porā	wa'e	r-upi	gwa	e'ŷ
	R ² -bem	NP	R ¹ -pelo	pert	neg
	não é do bem.				

Em 46, *r-* novamente codifica a pessoa que é o Sujeito. *Porā* é um Adjunto por ter uma responsabilidade modal muito periférica.

47)	a'ewy ma aipo e'i raka'e:				
					Suj./ Pred.
	a'ewy		ma	aipo	e'i
	então		MD	ev.son	disse
	Então, antigamente ele disse				

Aqui o Sujeito está marcado pela morfologia do verbo, que realiza o processo verbal “dizer”, e por isto é Predicador. *Raka'e* é um Marcador de Tempo Primário.

48a)	- eraa ke txera'y, rerowāe awā rami ke eraa, e'i				
	Comp./Pred.		Suj.	Suj. /Comp.	Comp.
	e-ra-a		ke	txe	r-a'y
	2-caus.c.-ir		des	1	R ¹ -filho
	2-caus.c.-chegar				

48b)	awā	rami	ke	e-ra-a	e'i
				Comp./ Pred.	Suj. /Pred.
	fnl	comp	des	2-caus.c.-ir	disse
	- é preciso que você leve meu filho, faça ele chegar com você, disse,				

Em 48, a primeira pessoa e a pessoa codificada através de possessão por *r-* são o Sujeito. A segunda pessoa é o Complemento. O processo verbal “*e'i*” (que também marca Sujeito) e o processo material “*a*” são os Predicadores.

49)	- ywa pyte py aikoa py, eraa aegui erowāe ke,									
	Adj.	Comp.	Suj.	Adj.	Suj./ Pred.			Suj./ Pred.		
	ywa	pyte	py	a-iko	a-py	e-ra-a	a'e	gwi	e-ro-waẽ	ke
	céu	centro	loc	1-existir	esse-loc	2-caus.c.-ir	esse	abl	2-caus.c.chegar	des
	- no centro do céu onde estou, leve, você precisa chegar									

Para Dooley (2006), *-ro* é um sufixo verbal derivacional, que acoplado com *-e*, como é o caso, desempenha função causativa; assim, interpretei *-ro* como Predicador. - *waẽ* também foi interpretado como Predicador, de uma cláusula que tem *-e* como Sujeito.

50)	e'i rire py Nhanderu oo ma, rire							
	Suj. / Pred.	Adj.		Comp.	Comp.	Pred.		Adj.
	e'i	rire	py	nhande-	r-u	o-o	ma	rire
	disse	depois	loc	1incl-	R ¹ -pai	3-ir	MD	depois
	disse, depois o nosso Deus partiu, depois							

A morfologia do verbo *e'i* marca um Sujeito que não é Nhanderu. Este é um Complemento. Há dois Predicadores: *e'i* e *o* (que eu interpretei como processo comportamental).

51)	tape oetxauka agwe rupi oo ta ma wy							
		Suj.	Adj.	Comp.	Suj.	Suj.	Adj.	
	t-ape	o-etxa-	uka	agwe	r-upi	o-o	ta	ma
	R ⁴ -caminho	3-ver-	c.prep	loc.ref	R ¹ -pelo	3-ir	poten	MD
	antes de ir pelo caminho indicado							

Aqui (51) os prefixos relacionais estão cumprindo a função de Sujeito, que na tradução para o português está tendo sua função referencial cumprida pelo verbo “ir”. *-uka* foi interpretado como um Adjunto por acrescentar significado circunstancial ao Complemento *-agwe*, é o componente mais investido modalmente depois dos componentes investidos pelos prefixos relacionais. De acordo com o léxico de Dooley (2006) *-ta* é um marcador de aspecto, função que no português e no inglês, por exemplo, é exercida pela morfologia do verbo, mas que no Guarani tem uma estrutura à parte. Eu o interpretei como um Adjunto por ele acrescentar significado circunstancial de presteza à ação realizada.

52)	(oo ta ma wy ma), aipo e'i						
	Suj./ Pred.	Adj.				Adj.	Comp. /Pred.
	o-o	ta	ma	wy	ma	aipo	e'i
	3-ir	poten	MD	prog	MD	ev.son	disse
	já partindo ela (a jovem grávida) comunicou						

Em 52 há dois Predicadores: *-o* e *e'i*. O marcador de aspecto *ta* é novamente um Adjunto. A morfologia do verbo *e'i* marca desta vez um Complemento, que tem por Sujeito a terceira pessoa do singular codificada por *o-*.

53)	(omemby ryru'i pe idjaywu wy)				
	Suj. / Comp.			Pred.	
	o-memby	r-ryru-'i	pe	i-djaywu	wy
	3.corr-filho	R ¹ -receptáculo-aten	dat	R ² -falar	prog
	falando para o seu próprio filho				

Em 53, o Sujeito é codificado como terceira pessoa do singular por meio do prefixo *o-*,

estabelecendo uma relação com o segundo componente mais altamente investido, *-meby*, que é o Complemento. O verbo *djaywau*, que é um processo verbal/comportamental, é codificado como possuído pelo Sujeito, é o Predicador.

54)	-djaa ma nderu oo agwe rupi,						
	Pred.			Comp.	Suj./ Pred.	Adj.	
	dja-a	ma	nde-	r-u	o-o	agwe	r-upi
	12(3)-ir	MD	2-	R ¹ -pai	3-ir	loc.ref	R ¹ -pelo
	-vamos por onde seu pai foi,						

Em 54, há novamente dois Predicadores: *-a* e *-o*. O Sujeito é codificado pelo morfema relacional *o-*. O Complemento é codificado como possuído pelo morfema *r-*. *Agwe* é o componente mais baixamente investido em termos modais, e é o Adjunto.

55)	nderu oo agwe rupi djaa ma						
	Suj.		Co m./ Pred .	Adj.		Pred.	
	nde-	r-u	o-o	agwe	r-upi	dja-a	Ma
	2-	R ¹ -pai	3-ir	loc.ref	R ¹ -pelo	12(3)-ir	MD
	vamos por onde seu pai foi						

Aqui (55), o Complemento é mais uma vez codificado pelo prefixo relacional *o-*, que possui o verbo *-o*, que é o Predicador. O Sujeito é a segunda pessoa do plural. *-a* também é Predicador. *Agwe* figura como Adjunto.

56)	e'i ramo, (mba'erei katu'e'ŷ ae ma kuaray) (explicação do narrador)								
	Suj/ Pred.		Adj.		Adj.				Comp.
	e'i	ramo	mba'e	rei	katu	e'ŷ	ae	ma	kuaray
	disse	subor	coisa	à.toa	boa	neg	enf	MD	Sol
	quando disse isso,o Sol não é coisa boa qualquer mesmo								

Em 56, o Sujeito é codificado pela morfologia do verbo *e'i*, que também é Predicador. O Sujeito está implícito na tradução para o português. O segundo elemento em termos de investimento modal, o Complemento, é *kuaray*. *Mba'e* e *katu* figuram como elementos com responsabilidade modal periférica, e são Adjuntos.

57)	kuaray mba'erei katu'e'ŷ ae ma wy ombowáí wy								
	Comp.	Adj.		Adj.	Pred.	Pred .		Suj.	
	kuaray	mba'e	rei	katu	e'ŷ	ae	ma	wy	o-mbo-wa ⁱ
	Sol	coisa	à.toa	boa	neg	enf	MD	prog	3-caus-reagir

o Sol não é coisa boa qualquer mesmo, ele respondeu

Em 57, o Sujeito é codificado pelo morfema *o-*. O Predicador é o verbo copular formado por *e'ŷ ae* (possível processo relacional). *Mba'e* e *katu* são circunstâncias, não formam a base do que vai ser argumentado, são Adjuntos.

58)	-djaa ma wy, e'i				
	Pred.			Suj./Pred.	
	dja-a	ma	wy	e'i	
	12(3)-ir	MD	prog	disse	
	então vamos, disse				

Em 58, *-a* e *e'i* são Predicadores (processo material/comportamental e processo verbal, cada um por sua vez). A morfologia de *e'i* codifica o Sujeito.

59)	a'ewy dja otxy ogweraa ma iny					
		Adj.	Comp.	Suj. / Pred.		Adj.
	a'ewy	dja	o-txy	o-gwera-a	Ma	iny
	então	já	3.corr-mãe	3-caus.c.-ir	MD	perm
	então já estava levando a sua própria mãe					

Em 59, o Sujeito codificado por *o-*, é deixado implícito na tradução para o português. *O-* também codifica a posse da terceira pessoa sobre *txy*, que figura como um Complemento. *Dja* é um Adjunto, junto com o marcador de aspecto *iny*.

60)	- mamo rupi pa djaa, e'i ramo,-koo rupi djaa							
	Adj.			Pred.	Suj./Pred.		Adj.	
	mamo	r-upi	pa	dja-a	e'i	ramo	koo	r-upi
	aonde	R ¹ -pelo	desc	12(3)-ir	disse	subor	esse	R ¹ -pelo
	- por onde vamos, após dito,-vamos por aqui,							

Em 60, o Sujeito é codificado pela morfologia de *e'i*, que também é um processo verbal, Predicador. Outro Predicador da cláusula é novamente *-a*. *Koo* e *mamo* são Adjuntos, por serem significado circunstancial.

4. 3. Quadro modal esboçado com base no léxico de Dooley (2006):

Modalização

POLO POSITIVO

Modulação

PROBABILIDADE	USUALIDADE	OBRIGAÇÃO	INCLINAÇÃO
ke (imperativo), na (com urgência), ma rã (que será realizado com certeza)	vaipa (muito), porã (bom)	ke (imperativo), na (com urgência), nei kato (faça-o), ae ri (como foi indicado)	vaipa (muito), porã (bom)
toove (que vá mais adiante),	pota (querer algo a alguém), jeruri (pedir a alguém por algo)	toove (que vá mais adiante)	pota (querer algo a alguém), jeruri (pedir a alguém por algo)
tove (que seja), rã nda'u (parece que), nhi'ã (talvez)		tove (que seja)	nda'u (será que),
ambe (espere um pouco),	nharymba (que pena!)		mba'e ta ha'e rami (como pode ser?)
nda (constatação de fato duvidoso)	mburu (não faz mal)		mburu (não faz mal),
regua rei (não é possível)	Teve (lamentavelmente)	jevy rei (ainda mais essa!), regua rei (não é possível)	ta'vy (descontentamento), he'ia i ma (incredulidade), kore (irritação)

POLO NEGATIVO

5. Interpretação dos Resultados, Outras Hipóteses e Considerações Finais

Em primeiro lugar, chama a atenção o recurso relativamente massivo à dêxis por parte da língua, na forma de morfemas relacionais, além de outras formas relativamente mais comuns; esta é uma hipótese do presente trabalho.

Ainda em relação aos prefixos relacionais, eu também os classifiquei como possivelmente desempenhando a função de Coisa, em especial o prefixo relacional -o.

Considerado o nível complementar de semiose social que é o Contexto de Cultura da língua em que o Contexto de Situação está inserido realizando um registo do gênero Relato Mítico, não é de se surpreender que de um olhar trinocular “de cima” (investigando o conteúdo experiencial dos grupos nominais em questão) *Nhanderu* seja o centro (a Coisa) de grande parte dos grupos nominais, considerando a importância que a espiritualidade tem para os Guarani, e que este texto é justamente uma realização deste Contexto de Cultura no sistema linguístico da língua. Às vezes *Nhanderu* é retomado por um morfema relacional, quando este último, justamente, cumpre o papel de ser a realização do centro do grupo nominal.

Para Martins (2007) a ordem linear do Guarani Mbyá está mudando de uma ordem OV (Objeto, Verbo) para uma ordem VO (Verbo, Objeto) (mudança que no Guarani Paraguaio estaria mais avançada), o que tornaria a estrutura linear mais flexível (pelo processo mesmo de mudança). O autor cita que as ordens AOV (Agente, Objeto, Verbo) e AOV (Agente, Objeto, Verbo) são apenas preferenciais, podendo o Guarani Mbyá acomodar diferentes ordens lineares. Embora possivelmente não exista uma relação correferencial entre o Agente que Martins (2007) cita e o Sujeito do Sistema de MODO analisado, entendi que a ordem dos constituintes do Sistema de MODO é em grande medida flexível por este motivo, como pode se ver nos exemplos analisados. Dooley (2006) cita que a estrutura linear do Guarani Mbyá é SVO (Sujeito, Verbo, Objeto) mas também chama a atenção para a flexibilidade da língua. Pude verificar o Predicador ocorrendo na última posição (por exemplo, as cláusulas 52, 58 e 60).

Os prefixos relacionais ainda podem desempenhar o papel de Sujeito do Sistema de MODO. Em relação a este último, os prefixos relacionais estão cumprindo a função de investir com responsabilidade modal diferentes componentes (hipótese), o que deve ser analisado mais detidamente em trabalhos futuros, e o que, em certo nível, se relaciona com o sistema de hierarquia de pessoa da língua (FREITAS, 2011).

Olhando para o comportamento destes morfemas relacionais, que no presente trabalho analisei como dêiticos de conteúdo experiencial, levantei a hipótese de que no estudo desde “baixo” (considerando a perspectiva trinocular), eles cumprem a função de morfemas interpessoais, considerando o modelo para a descrição da léxico-gramática da palavra presente em Mathiessen (2016). Esta hipótese poderia ser averiguada mais detidamente em trabalhos futuros.

Esbocei o seguinte quadro para o Sistema de MODO da língua: o Guarani é uma língua sem finito, como o mandarim; o subsistema de Modo é formado por Sujeito (que pode ser um morfema relacional), Marcador de Tempo Primário ou Secundário (quando este é realizado) e Predicador, que associados com a polaridade, formam o argumento (no caso de proposição) que pode ser debatido, ou a proposta, que pode ser aceita, recusada, etc. A finitude é realizada pelo contexto ou pela classe das partículas. Os Complementos e os Adjuntos formam o Resíduo, que adiciona significados ao que está sendo argumentado ou proposto. Falta analisar se o Predicador realiza polaridade no Mbyá.

A morfologia relacional da língua investe diferentes constituintes com responsabilidade modal que não sabemos se é alta, média ou baixa. Faz falta um estudo extensivo e abrangente, e falta analisar como o Sistema de MODO se realiza diante dos diferentes modos verbais da língua, além de sua realização correlacionada com os casos do Mbyá.

O Sistema de MODO do Guarani Mbyá difere e se assemelha ao de outras línguas pesquisadas nos seguintes aspectos: de acordo com Rose (2004), o Pitjantjatjara, língua do tronco Pama–Nyungan, não existe o equivalente ao Sujeito do inglês, o componente que recebe a responsabilidade modal mais elevada é chamado de Mediador.

Nas cláusulas imperativas, o Sistema de MODO gera os subsistemas de: Orientação, em que a relação de obrigação pode ser construída diretamente ou indiretamente, a depender do sufixo final do verbo; Obviedade, em que a relação de obrigação pode ser construída mais ou menos como auto-evidente, a depender dos componentes modais; Força, em que a obrigação pode ser construída como alta, baixa, média, a depender dos grupos tonais utilizados pelo falante. As cláusulas imperativas ainda podem ser divididas naquelas de modo jussivo, oblativo, sugestivo e optativo. Há cinco grupos tonais realizando os graus de obrigação no subsistema de Força.

Nas cláusulas indicativas, há uma divisão básica entre as cláusulas declarativas, perguntas do tipo “sim-não” e “nya”-interrogativas.

Em chinês, língua do tronco sino-tibetano, de acordo com Yang (2021), os componentes básicos do Sistema de MODO são: Sujeito, Predicador, Complemento, Modalidade, Adjunto e Modo. Sujeito e Predicador formam juntos o subcomponente Modo (não confundir com o Modo do Resíduo). Como já citado, não existe finito na língua.

Diferente do Sujeito do inglês, o Sujeito do chinês não desempenha um papel na marcação do modo da cláusula⁵⁵. A Modalidade é realizada por verbos modais ou advérbios modais. O Modo é realizado por partículas no fim das orações como *ba*, *ma* e *na*.

Em Telugo, língua dravídiana, segundo Prakasam (2004), não existe a relação Sujeito-Finito que existe em inglês. A finitude das cláusulas é marcada: (i) pelo tom; (ii) marcação de gênero-número-pessoa; (iii) a partícula interrogativa *ã*. As cláusulas de tom ascendente e tom descendente são não-finitizadas. É mais uma língua sem finito. Uma divisão fundamental do Sistema de MODO da língua é entre as cláusulas polarizáveis e não-polarizáveis.

Em francês, língua do tronco indo-europeu, de acordo com Caffarel (2004), as cláusulas no modo indicativo são realizadas com a presença do Sujeito, Finito e Predicador; enquanto as cláusulas no modo imperativo contam com o Predicador e o restante do Resíduo. O Sistema de MODO do francês inclui: um elemento-QU, Modo Interrogador, Sujeito, Finito, Predicador, Complemento, Adjunto. As perguntas não-polares têm um tom descendente.

⁵⁵ “Unlike the Subject in English, it plays no part in marking the mood of the clause.” (YANG, 2021, p. 34)

No japonês, língua isolada, “não há necessidade de postular um elemento Finito distinto na estrutura interpessoal da cláusula.”⁵⁶ (TERUYA, 2004, p. 194), pois o que se consideraria finito sempre se realiza com o Predicador; este último realiza a polaridade na língua. O Predicador gera a função de Negociador dentro do Sistema de Negociação. O indicativo é o modo não-marcado. As proposições se dividem em: conclusivas, de suposição, perguntas de tipo “sim-não” e perguntas elementais. As propostas podem ocorrer nos modos: jussivo, optativo, sugestivo, oblativo e proibitivo. O falante cumpre geralmente o papel de Mediador e não de Sujeito

No alemão, língua do tronco indo-europeu, de acordo com Steiner & Teich (2004), a escolha do modo pode ocorrer tanto por recursos léxico-gramaticais quanto pelo tom. O modo indicativo é caracterizado pela presença do Sujeito e do Finito. O modo imperativo impessoal é não-finito.

No tagalo, língua do tronco austronésio, segundo Martin (2004), no modo imperativo o Finito geralmente não aparece. No modo indicativo o Finito se realiza no caso das proposições. As proposições indicativas-interrogativas-polares contam com um tom ascendente.

A estrutura do Sistema de MODO do vietnamita, língua do tronco austro-asiático, talvez seja a mais diferente das que eu citei até aqui. De acordo com Thai (2004) seu Sistema de Modo não se divide em Modo e Resíduo, mas em Negociatório e Restante (*Remainder*). O Negociatório se divide em Predicador e Negociador. O Predicador realiza um processo. O Negociador se realiza através de partículas interrogativas polares, partículas interrogativas elementais e partículas imperativas. Não existe Sujeito e não existe Finito.

Após uma breve comparação com o Sistema de Modo de outras línguas, voltei à discussão sobre a análise dos dados. O Guarani é uma língua aglutinante (DOOLEY, 2006), então considerando os traços tipológicos das línguas sob as quais a LSF foi desenvolvida e comparando com os traços tipológicos do Guarani, não é de se surpreender que uma palavra em Guarani realize mais de uma categoria da teoria.

Quanto ao Sistema de Modalidade, Carvalho (2013) analisou a modalidade deôntica e a modalidade epistêmica no *corpus* já citado neste trabalho e chegou às seguintes generalizações: marcadores de modalidade deôntica: *t(a)* ‘permissivo’, *rā* ‘projetiva’, *ta* ‘potencial’; marcadores de modalidade epistêmica: *kuri*, *karamboae* ‘atestado pelo falante’, *ra'e*, *araka'e* ‘atestado por outro’, *dje* ‘conhecimento coletivo’, *aipo* ‘evidência sonora’. O *corpus* analisado é uma narrativa, que por seu caráter, pode ser entendida como uma série de proposições. A minha hipótese é que as mesmas partículas podem atuar na construção de propostas, mas é preciso encontrar tais ocorrências na língua em uso. Para acomodá-las ao Sistema de Modalidade é preciso investigá-las quanto ao grau de polaridade em que elas estão envolvidas. Se elas também realizam propostas, é possível dividi-las em graus de obrigação e de inclinação, e graus de usualidade e probabilidade.

⁵⁶ “is no need to posit a distinct Finite element in the interpersonal structure of the clause.”

O quadro que esbocei com base no léxico de Dooley (2006) foi feito com base na inferência do valor modal e polar de algumas expressões, é preciso estudar a modalidade do Mbyá com relação à língua em uso.

Com base no quadro que fiz baseado no léxico feito por Dooley (2006) eu cheguei às seguintes generalizações: (i) grande parte dos componentes podem servir para realizar ambas Modulação e Modalização; (ii) alguns componentes só realizam uma das modalidades. Além disso, é preciso fazer pesquisas mais extensas com outros registros e com outros gêneros para termos um quadro geral do Sistema de Modalidade da língua.

Em se tratando dos Sistemas de Expansão e *Taxis*, as relações hipotáticas se realizaram pelo que chamei de marcadores formais de dependência, isto é, o complexo clausal, na maioria das ocorrências de hipotaxe, se deu por componentes já descritos como produtivos nas línguas para criar relações de dependência (*wa'e* e *ramo*, que também são nominalizadores). Para Martins (2003), outro modo de criar cláusulas relativas no Mbyá recorrentemente é o recurso ao relativizador *-emi*, mas não identifiquei-o na minha análise. Expansões paratáticas ocorreram com maior frequência, o que parece apontar que são a forma não-marcada de gerar expansão na língua. Não verifiquei a ocorrência das conjunções subordinativas já descritas, como *aguã*, *e'y re*, *rāgue py*, *rire* (ver Cardoso, 2008; Dooley, 2006, Martins, 2003). Generalizar outros tipos de relações lógico-semânticas a partir do *corpus* analisado não é possível, seria necessário um estudo exaustivo.

Também identifiquei Cláusulas Incorporadas e a realização do Sistema de Projeção (ver Halliday 2014) no texto em questão, mas analisá-las seria fugir ao escopo do presente trabalho.

De acordo com a hipótese de Carvalho (2013), o futuro em Guarani Mbyá é irrealis. Este junta-se com os modos da língua que também têm um caráter irrealis. Segundo Matins (idem), o Guarani Mbyá tem os seguintes modos verbais nas orações independentes: Indicativo, Imperativo e Exortativo. Os seguintes modos verbais nas orações subordinadas: subjuntivo e consecutivo. De acordo com a autora, o modo indicativo é não marcado. O modo imperativo tem formas próprias apenas para a segunda pessoa, e forma negação com *-eme*. O modo exortativo vem marcado “ta= (t= antes de vogais) proclítico ao radical verbal” (MARTINS, 2003, p. 121).

Ainda segundo a autora, modo subjuntivo é construído por meio do acréscimo de *-ramo*. O modo subjuntivo ao mesmo tempo é marca de hipotaxe. O modo consecutivo é construído por meio do acréscimo de *-rire*, que também marca hipotaxe.

Para Palmer (2001), todas as formas do modo imperativo são *irrealis*⁵⁷: O subjuntivo também é um modo *irrealis*, retomando a questão sobre a veracidade da informação vista no capítulo 1⁵⁸.

Junto ao futuro, o subjuntivo e o imperativo parecem formar a “região” do *irrealis* do Guarani Mbyá. Deste modo, o Mbyá difere e se assemelha a algumas línguas Nyulnyulan da Austrália em termos de *irrealis* nos seguintes aspectos: de acordo com McGregor & Wagner (2006), o *irrealis*, de modo geral, nestas línguas, se realiza em construções em que o falante se refere a um mundo possível, mas não ao mesmo mundo do presente/passado/futuro vivido. Em comparação com o Mbyá, o futuro também não é atestado em algumas destas línguas. Em Nyulnyu, o *irrealis* se realiza num sufixo que marca não-passado, enquanto em Warrwa o futuro é *irrealis* como em Guarani Mbyá.

O trabalho com a LSF permitiu levantar novas hipóteses e olhar o Mbyá a partir de outra perspectiva.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Fernando Osório. O complexo Tupi na Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Fernando. O Complexo Tupi da Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2008.

BROCHADO, J. A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrônica Amazônica. Dédalo, São Paulo, 1989, 27:65-82.

CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara et al. A linguística histórica das línguas indígenas do Brasil, por Aryon Dall'igna Rodrigues: perspectivas, modelos teóricos e achados. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 30, n. spe., p. 513-542, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445090644999061809>.

CABRAL, Sara; FUZER, Cristiane. Introdução à Gramática Sistêmica-Funcional em Língua Portuguesa. Campinas, Mercado das Letras, 2014.

⁵⁷ “The first is usually regarded as the polite command - Imperative (...) but, unlike the Imperative proper, in which the verb is in the second person it has a verb in the third person. In form it is like the second, which is Jussive The third is a wish (Volitive) and the fourth another example of obligation (Obligative). All are deontic (and irrealis).” (PALMER, 2001, p. 110).

⁵⁸ “As argued in 1.1.2, the distinction between the indicative and the subjunctive is associated with assertion and non-assertion, and one of the reasons for non-assertion is that the speaker has doubts about the veracity of Proposition.” (Palmer, 2001, p. 111)

CARDOSO, Valéria. Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani). Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 2008. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2008.431965>.

CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). *Language Typology: A Functional Perspective*. Berlin, General Editor, 2004.

CAFFAREL, Alice. Metafunctional profile of the grammar of French. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). *Language Typology: A Functional Perspective*. Berlin, General Editor, 2004, p. 77-136.

CARVALHO, Mauro. *Tempo, Aspecto e Modalidade na Língua Guarani Mbyá (Tambeopé)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2013.

CLASTRES, Pierre. *A Fala Sagrada: Mitos e Cantos Sagrados do Índios Guarani*. Campinas, Papirus Editora, 1990.

DIETRICH, W. Tiempo, aspecto y evidencialidad en guaraní. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 67–83, 2010. DOI: 10.20396/liames.v10i1.1511.

DOOLEY, Robert. *Léxico Guarani, Dialetos Mbyá*. Sociedade Internacional de Linguística (SIL), 2006.

FREITAS, Maria. *Hierarquia de Pessoa em Avá-Guarani: Considerações a partir da Morfologia Distribuída*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

GHIO, Elsa; Fernández, Delia. *Lingüística Sistémico Funcional: Aplicaciones a La Lengua Española*. Santa Fé, Waldhuter Editores, 2008.

GHIO; NAVARRO; LUKIN (orgs). *Obras Esenciales de M.A.K Halliday*. Santa Fe, Ediciones UNL, 2017.

HALLIDAY, Michael. *El Lenguaje como Semiótica Social: La interpretación del Lenguaje y Significado*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2001.

HALLIDAY, Michael. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. Abingdon, Routledge, 2014.

HALLIDAY, M.A.K; MCDONALD, E. Metafunctional profile of the grammar of Chinese in. *Language Typology: A Functional Perspective*. CAFFAREL, A.; MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. (Ed.). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.

HECKENBERGER; NEVES; PETERSEN. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. São Paulo: Revista de Antropologia, v. 41, nº 1, 1998.

HIRSH, S; ALBERICO, A. El don de la palabra. Un acercamiento al arte verbal de los Guaraní de Bolivia y Argentina. Buenos Aires, Anthropos, v. 91, p. 125-137, 1996.

JEKUPÉ, Kaka. Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani. São Paulo, Ap Editora, 2001.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. A problemática arqueológica da tradição cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: André Prous; Tania de Andrade Lima (Org.). Os Ceramistas Tupiguarani. 1 ed. Belo Horizonte: Sigma, 2008, v. I, p. 149-178.

LATHRAP, D. O Alto Amazonas. Lisboa, Verbo, 1975.

MARTINS, G. R. A problemática arqueológica da tradição cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: André Prous; Tania de Andrade Lima (Org.). Os Ceramistas Tupiguarani. 1 ed. Belo Horizonte: Sigma, 2008, v. I, p. 149-178.

MARTINS, Marci. Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

MARTINS, Marci. Ordem dos Constituintes no Guarani Mbyá: tem o Mbyá uma Ordem de Palavras Dominantes? In: CABRAL & RODRIGUES (org). Línguas e Culturas Tupi. Campinas, Editora Curt Nimuendajú, 2007.

MARTIN, J. R. Metafunctional profile of the grammar of Tagalog. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). Language Typology: A Functional Perspective. Berlin, General Editor, 2004, p. 255-302.

MATTHIESSEN, Christian. Lexicogrammar Cartography: English Systems. Tokyo, International Language Sciences Publishers, 1995.

MATYHIESSEN, Christian. Morfologia Sistêmico-Funcional: A Léxico-Gramática da Palavra. In: VILLAlVA, A; SOUZA, E (orgs). Estudos de Morfologia - Recortes e Abordagens - Vol. 2. Campinas, Editora Mercado das Letras, 2016, p. 15-79.

MELIÀ, Bartolomeu. A Terra sem Mal dos Guarani: Economia e Profecia. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 33, p. 33-46, dez. 1990.

MELIÀ, Bartolomeu. El Don, La Vengaza y Otras Formas de Economía Guarani. Assunción, Editora Centro de Estudios, 2004.

MENDES, José. Contribuições da Linguística-Sistêmico-Funcional para o aprimoramento e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento. Tese de Doutorado, USP, 2023.

MONSERRAT, Ruth. Línguas Tupi e Ergatividade. In: Cabral, A. S.; RODRIGUES, A. I. Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, t. 1, p. 327-37, Belém: EDUFPA, 2002.

NIKULIN, A; CARVALHO, F. O sistema vocálico do Proto-Tupi: uma nova proposta reconstrutiva. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Revista de Ciências Humanas, v. 17, 2022. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0035>.

NOELLI, Francisco. As hipóteses sobre os centros de origem e as rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia, v. 39: p. 7-53, 1996.

NOELLI, Francisco. POR UMA REVISÃO DAS HIPÓTESES SOBRE OS CENTROS DE ORIGEM E ROTAS DE EXPANSÃO PRÉ-HISTÓRICAS DOS TUPIS. Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 107–136, 1994. DOI: 10.15448/1980-864X.1994.1.29071. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/29071>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NOELLI, Francisco. The Tupi Expansion. In: SILVERMAN, H; ISBELL, W (orgs). Handbook of South American Archaeology. Berlim, Editora Springer, 2008.

PALMER, Frank. Mood and Modality. Cambridge, Cambrige University Express, 2001.

PRAKASAM, V. Metafunctional profile of the grammar of Telugu. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). Language Typology: A Functional Perspective. Berlin, General Editor, 2004, p. 479-534.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana S. A. Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: Cabral, A. S.; Rodrigues, A. D. Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história, pp. 327-337. Belém: UFPA, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, [S. l.], v. 3, n. 2, 2013. DOI: 10.26512/rbla.v3i2.16264. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16264>. Acesso em: 16 nov. 2023.

RODRIGUES, A. I. As Vogais Orais do Proto-Tupi. In: RODRIGUES, A. D. I; CABRAL, S. A. (orgs). Novos Estudos Sobre Línguas Indígenas. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 2005.

RODRIGUES, A. I. Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo, Editora Loyola, 1986.

RODRIGUES, A. I; CABRAL, S. A. Revendo a classificação interna da família tupí-guaraní. In: Cabral, A. S.; RODRIGUES, A. I. Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, t. 1, p. 327-37, Belém: EDUFPA, 2002.

RODRIGUES, A. I; CABRAL, A. S; SILVA, B. C. Evidências Lingüísticas para a Reconstrução de um Nominalizador de Objeto **-Mi- em Proto-Tupí. Vitória da Conquista, Estudos da Linguagem: Pesquisas em Línguas Indígenas, v. 4, n. 2, p. 21-39, dez. de 2006.

SCHADEN, Edgon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

STEINER, E; TEICH, E. Metafunctional profile of the grammar of German. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). Language Typology: A Functional Perspective. Berlin, General Editor, 2004, p. 139-183.

STORTO, Luciana. Caso e Concordância nas línguas Tupi. São Paulo, Estudos Lingüísticos, v. XXXIV, p. 59-72, 2005.

TAYLOR, John. Marcação temporal na língua Kaiwá. Brasília: Sociedade Internacional de Linguística (SIL), 1984.

TERUYA, Kazuhiro. Metafunctional profile of the grammar of Japanese. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). Language Typology: A Functional Perspective. Berlin, General Editor, 2004, p. 185-251.

THAI, Minh. Metafunctional profile of the grammar of Vietnamese. In: CAFFAREL, A; MARTIN, J; MATHIESSEN, C (orgs). Language Typology: A Functional Perspective. Berlin, General Editor, 2004, p. 397-428.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: M. C. Cunha (org.), História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 87-102, 1992.

YANG, Shu. A Systemic Functional Study of Modality in Modern Chinese. Guangzhou, Editora Springer, 2021.

MCGREGOR, W; WAGNER, T. The Semantics and Pragmatics of Irrealis Mood in Nyulnyulan Languages. Sydney, Oceanic Linguistics, Vol. 45, No. 2, Dec., 2006, pp. 339-379.